

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANE IANZEN MACHADO

ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS DE LIVROS ELETRÔNICOS NO BRASIL:
ATITUDES DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

CURITIBA

2013

ADRIANE IANZEN MACHADO

ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS DE LIVROS ELETRÔNICOS NO BRASIL:
ATITUDES DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Área de concentração: Gestão da Informação e do Conhecimento do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Egon Walter Wildauer.

CURITIBA

2013

M149a Machado, Adriane Iansen
Atualização de conteúdos de livros eletrônicos no Brasil: atitudes do mercado editorial brasileiro. / Adriane Iansen Machado. -- Curitiba, 2013. 98f.

Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Universidade Federal do Paraná - UFPR

1. Livros eletrônicos. 2. Mercado Editorial Brasileiro. 3. Atualização de conteúdo. I. Título.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	IV
LISTA DE GRÁFICOS.....	V
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	VII
RESUMO.....	VIII
1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 TEMA.....	12
1.2 PROBLEMA	12
1.3 OBJETIVO GERAL	12
1.3.1 Objetivos específicos	12
1.4 JUSTIFICATIVA	12
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	16
2 LITERATURA PERTINENTE	17
2.1 TRANSIÇÃO DOS LIVROS IMPRESSOS PARA OS ELETRÔNICOS	17
2.1.1 Evolução dos livros eletrônicos.....	20
2.2 OS FORMATOS DOS ARQUIVOS DE LIVROS ELETRÔNICOS.....	21
2.2.1 Estrutura do ePub.....	24
2.2.2 Livro aplicativo	28
2.2.3 HTML5 como futuro para livros eletrônicos.....	29
2.2.4 <i>Softwares</i> para edição de livros eletrônicos.....	31
2.3 DIREITO AUTORAL.....	33
2.3.1 DRM – <i>Digital Rights Management</i>	36
2.4 DEFASAGEM DE CONTEÚDO	38
2.4.1 Sistemas para gestão de conteúdo.....	39
2.4.2 Processo de publicação e edição de livros	41
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	46
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE 1 – Instrumento de pesquisa – Questionário / Entrevista.....	89
APÊNDICE 2 – Editoras que retornaram aos contatos	93
ANEXO I.....	95
ANEXO II.....	96
ANEXO III.....	97
ANEXO IV	98

LISTA DE SIGLAS

3G, 4G	-	Terceira geração, quarta geração
ANL	-	Associação Nacional de Livrarias
CBL	-	Câmara Brasileira do Livro
CMS	-	<i>Content Management Systems</i>
CSS	-	<i>Cascading Style Sheets</i>
DCMI	-	<i>Dublin Core Metadata Initiative</i>
DRM	-	<i>Digital Rights Management</i>
ePub	-	<i>Eletronic Publishing</i>
FIPE	-	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
HTML	-	<i>Hypertext Markup Language</i>
HTML5	-	<i>Hypertext Markup Language, version 5</i>
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDC	-	<i>International Data Corporation</i>
IDPF	-	<i>International Digital Publishing Forum</i>
ISBN	-	<i>International Standard Book Number</i>
Jucepar	-	Junta Comercial do Paraná
KF8	-	<i>Kindle Format, version 8</i>
LIBRE	-	Liga Brasileira dos Editores
OCF	-	<i>Open Container Format</i>
OEB	-	<i>Open eBook Forum</i>
OEBPS	-	<i>Open Ebook Forum Publication Structure</i>
OPF	-	<i>Open Packaging Format</i>
OPS	-	<i>Open Publication Structure</i>
PDF	-	<i>Portable Document Format</i>
SNEL	-	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
W3C	-	<i>World Wide Web Consortium</i>
WHATWG	-	<i>Web Hypertext Application Technology Working Group</i>
XHTML	-	<i>Extensible Hypertext Markup Language</i>
XML	-	<i>Extensible Markup Language</i>

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Tendência na produção de títulos
- Gráfico 2 - Formatos de *e-books* suportados por *e-readers*
- Gráfico 3 - Expositores excluídos e sua classificação
- Gráfico 4 - Linha editorial dos respondentes
- Gráfico 5 - Sua editora publica livros eletrônicos?
- Gráfico 6 - Há planos para iniciar a publicação eletrônica?
- Gráfico 7 - Linha editorial das editoras que publicam livros eletrônicos
- Gráfico 8 - Média mensal de publicações eletrônicas
- Gráfico 9 - Formatos de livros eletrônicos publicados
- Gráfico 10 - Conversão de livros interna ou terceirizada
- Gráfico 11 - Ferramentas usadas para conversão interna
- Gráfico 12 - Edição dos arquivos após convertidos
- Gráfico 13 - Sobre o *design* dos arquivos
- Gráfico 14 - Design em *tablets*
- Gráfico 15 - Design em *smartphones*
- Gráfico 16 - Design em *e-readers*
- Gráfico 17 - Uso de sistemas DRM
- Gráfico 18 - Distribuição dos e-books
- Gráfico 19 - Procedimento adotado para atualizar conteúdos
- Gráfico 20 - A editora se interessaria por um sistema de atualização?
- Gráfico 21 - Fidelizaria os clientes?
- Gráfico 22 - Reduziria a pirataria?
- Gráfico 23 - Fidelidade de autores
- Gráfico 24 - Encareceria o processo?
- Gráfico 25 - Forma de disponibilizar atualizações: automaticamente
- Gráfico 26 - Forma de disponibilizar atualizações: download
- Gráfico 27 - Não adquiririam um sistema de atualização
- Gráfico 28 - Clientes devem comprar nova edição
- Gráfico 29 - Atualizações como prestação de serviços
- Gráfico 30 - Atualizações consideradas nova obra

Gráfico 31 - Sistema de atualização como alternativa para edições defasadas

Gráfico 32 - Consideram perda de ganho

Gráfico 33 - Fidelizaria clientes

Gráfico 34 - Evitaria pirataria para clientes cadastrados

Gráfico 35 - Nuvem de palavras sobre acesso via Login e Senha

Gráfico 36 - Nuvem de palavras sobre HTML5

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Formatos de arquivos (ano e responsável)

Quadro 2 - Conteúdo padrão do arquivo mimetype

Quadro 3 - Conteúdo padrão do arquivo container.xml

Quadro 4 - Exemplo de conteúdo de um livro – content.opf

Quadro 5 - Exemplo de conteúdo de um sumário – toc.ncx

Quadro 6 - Ferramentas para criação e conversão de arquivos em ePub

Quadro 7 - Editoras que fornecem atualização de conteúdo para obras impressas

Tabela 1 - Produção e vendas do setor editorial brasileiro

Tabela 2 - Amostra e porcentagem de participantes

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o panorama editorial brasileiro no que se refere às publicações de livros no formato eletrônico. Discorre sobre a transição dos livros impressos para o formato eletrônico e o modo como este formato de publicação vem afetando o setor editorial brasileiro. Ainda, aborda a lei do direito autoral, de n. 9.610/1998, vigente no Brasil, na qual os editores baseiam-se com o propósito de buscar proteção legal para seus conteúdos, e também apresenta informações sobre sistemas de gerenciamento de direitos que restringem as opções de uso dos arquivos eletrônicos por parte dos clientes/leitores. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com definição de amostra não probabilística por conveniência de 169 editores, dado o perfil da pesquisa, cujo levantamento dos dados foi realizado com a aplicação de questionário e entrevistas às principais editoras do Brasil, buscando o entendimento destas a respeito da publicação de livros eletrônicos e sua opinião sobre suas atualizações. A pesquisa foi realizada com as editoras brasileiras participantes da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2011, consideradas no seu âmbito as principais do mercado editorial. Identificou-se que o mercado editorial brasileiro está timidamente adotando as publicações eletrônicas, bem como se pode verificar que o formato ePub vem sendo o arquivo mais adotado pela maioria dos editores e que o uso de DRM é realizado massivamente pelos editores. Verificou-se, pela pesquisa empírica, o interesse dos editores em um sistema para atualização de conteúdo, bem como a possibilidade de uso dos arquivos internos ao ePub (HTML, XHTML) em conjunto com sistemas CMS para possibilitar a gestão de atualizações de conteúdos e o lançamento de versões de obras atualizadas aos clientes/leitores.

Palavras-chave: Livro eletrônico. Mercado editorial brasileiro. DRM. Defasagem de livros impressos. Atualização de conteúdos.

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XV, quando Gutenberg introduziu a prensa como meio de disseminar o conteúdo de livros, o homem vem se interessando pela impressão em grande escala e em demanda de conteúdos de diversas origens.

Acompanhando a evolução tecnológica, a emergência de conteúdos no formato eletrônico proporcionou a evolução dos livros, causando uma nova revolução no setor de publicações de conteúdos. Com a facilidade de acesso a computadores e à rede internacional de computadores (a *internet*), as publicações deixaram de ser somente impressas, algumas sendo publicadas originalmente e somente em formato eletrônico.

As revistas científicas, como exemplo de publicação no meio acadêmico, há muito vem sendo publicadas em formato eletrônico, estando acessíveis aos pesquisadores em *sites* específicos de divulgação científica. A evolução dos livros para o formato eletrônico vem acompanhada de uma busca por um padrão de publicação, porém em constante desenvolvimento: formatos como ePub (*eletronic publishing*) e KF8 (*Kindle Format, version 8*) travam o que Shapiro e Varian (1999) intitulam como "guerra de padrões"¹, visto que crescem e disputam o mercado de publicações, procurando cada qual se tornar o padrão adotado.

Segundo Almeida (2012), o avanço tecnológico traz como consequência a criação de novos mercados para algum produto ou serviço, por meio de empreendedores oportunistas, proporcionando a entrada de diversos tipos de agentes no mesmo nicho. "Assim, cria-se uma competição que força os produtores a buscarem formas de produção mais eficientes e com custo mais baixo. [...] a competição será vencida pelo agente que conseguir fornecer seu produto ou serviço com a melhor qualidade e a um preço mais baixo".

Empresas do setor de tecnologia desenvolvem dispositivos de leitura cada vez mais avançados e com diferentes recursos, focando na alta competitividade pelo mercado de livros eletrônicos, no qual empresas tradicionais de diversos países adentram para competir com empresas de menor porte.

¹ Conforme Shapiro e Varian (1999, p. 299), "quando duas tecnologias novas e incompatíveis lutam para tornar-se um padrão de fato, dizemos que elas estão engajadas em uma guerra de padrões. Essas guerras podem acabar em uma trégua (como aconteceu com os *modems*), em um duopólio (como o dos videogames) ou em uma luta de morte (como no caso dos VCRs)".

Alguns dispositivos possuem acesso à *internet*, outros necessitam do uso de meios de transferência por meio de cabos e/ou cartões de memórias e, geralmente, possuem grande capacidade de armazenamento, além de serem fáceis de transportar no dia a dia e possuírem grande durabilidade de carga em suas baterias. Além da função de leitura, os dispositivos *tablets* e *smartphones* possibilitam a instalação de *softwares* (chamados de “aplicativos” ou “apps”), muito visados para entretenimento, mas também para produtividade profissional. Os *tablets* possuem como quesito principal o acesso à *internet*, seja por meio de sistema 3G, 4G (terceira e quarta geração) ou acesso via rede sem fio (*wireless*).

A evolução do livro para o formato eletrônico, evidenciado pelos novos formatos e pelos aparelhos móveis, acabou por abalar um seguimento de mercado diretamente relacionado às publicações: o setor editorial e livreiro. Devido à variedade de formatos disponíveis (existem diversos outros além dos três formatos já mencionados, entretanto, sem tanta popularidade), bem como à variedade de dispositivos que vem sendo desenvolvidos, o setor editorial e livreiro percebe que necessita se capacitar e evoluir para desenvolver determinados formatos, procurando atender a todos os tipos de dispositivos disponíveis no mercado e que continuam em evolução, disponibilizando-os aos seus clientes. Essa evolução vem ocorrendo desde meados dos anos de 1990, nos quais, segundo Furtado (2006), verifica-se a midiatização dos livros eletrônicos e assiste-se à entrada em cena das grandes empresas, não só já atuantes no mercado editorial, mas também no mundo da tecnologia da informação.

Com o desenvolvimento dos aparelhos móveis leitores e dos *tablets* (a partir da década de 2000), novas e grandes empresas iniciaram sua atuação neste setor, ampliando significativamente a concorrência no mercado editorial, principalmente entre livreiros. No Brasil, é possível citar a Amazon e a Google, que iniciaram as vendas de livros eletrônicos. No entanto, isso ocorreu somente em 6 de dezembro de 2012, sendo que anteriormente ambas já estavam presentes no mercado global há bastante tempo.

Informações a respeito de países que estão dispensando livros no formato impresso inserem campos de incertezas sobre o futuro do livro impresso, como a Coreia do Sul, por exemplo, na qual, "a partir de 2014, o material didático não será mais impresso. Pequenas tiragens serão publicadas apenas para abastecer

bibliotecas" (MAIA, 2011, p. 1). Em Taiwan, "os livros já foram substituídos por versões digitais" (MAIA, 2011, id). No Brasil, em agosto de 2010, foi lançada a portaria 440 (BRASIL, 2010), a qual submete os bens de viajantes procedentes do exterior a um tratamento tributário de isenção de imposto². Instituições de ensino brasileiras já incluem *tablets* como material a ser entregue aos seus alunos com todo o material didático do curso incluso no aparelho. Além disso, o próprio governo brasileiro vem anunciando a compra de *tablets* a serem distribuídos tanto para professores quanto para alunos de escolas públicas (MACHADO, 2012).

Em relação ao público leitor – foco que não será abordado nesta dissertação, mas que pode ser conferido na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (FAILLA, 2012) –, verifica-se que o livro eletrônico está sendo aprovado pelos leitores, mesmo sendo ainda um pequeno número, conforme a retrata a pesquisa:

Apesar do número de leitores de livros digitais ainda ser muito pequeno (7% da população estudada), as respostas positivas apontam tendência ao crescimento desse número, pois, entre os que tiveram acesso, 54% responderam que gostaram muito e 40% que gostaram um pouco. Somente 6% deles dizem que não gostaram. Entre a população que nunca leu: 48% acham que podem vir a usar e 33% acreditam que nunca farão uso dessa tecnologia. Esses números podem mudar, pois estão entre esses entrevistados aqueles que não conhecem o livro digital ou o *tablet*, o que dificulta uma avaliação mais acurada. Por outro lado, sabemos que essa tecnologia se renova dia a dia, e que a possibilidade de suportes mais funcionais e de conteúdos em novos formatos, como em "hipertextos", podem levar os resistentes a reverem seu interesse pela novidade. Sobre o fim do livro impresso, a maioria respondeu que acredita na convivência dos dois suportes por muito tempo (52%). Menos mal para a indústria editorial, que terá tempo para buscar novos modelos de negócios.

Versando sobre este panorama, esta pesquisa apresenta um levantamento a respeito do mercado de publicações de livros eletrônicos no Brasil, de forma a observar a presença dos editores brasileiros nesse novo mercado e suas atitudes frente às atualizações de conteúdo.

² A portaria afirma em seu artigo 2, parágrafo 1 que: "os bens portados por viajante ou que, em razão da sua viagem, sejam para ele encaminhados ao país ou por ele remetidos ao exterior, ainda que em trânsito pelo território aduaneiro, por qualquer meio de transporte"; e Parágrafo 6: "bens de caráter manifestamente pessoal [...]". E em seu artigo 7 informa a que tipo de itens a isenção tributária se refere: "O viajante procedente do exterior poderá trazer em sua bagagem acompanhada, com a isenção dos tributos a que se refere o art. 6º: I - livros, folhetos e periódicos; II - bens de uso ou consumo pessoal; [...]". Com essa redação, quem adquirir um *e-reader* no exterior terá a isenção dos impostos citados pela portaria, o que não ocorrerá com os *tablets* nem com computadores pessoais.

1.1 TEMA

Evolução dos livros eletrônicos em seus novos formatos de arquivos e a adoção do mercado editorial brasileiro a este formato de publicação.

1.2 PROBLEMA

O mercado editorial brasileiro está adotando a publicação de livros em formato eletrônico? Os editores brasileiros que estão publicando livros eletrônicos oferecem atualizações de conteúdos aos seus clientes/leitores?

1.3 OBJETIVO GERAL

Apresentar o panorama da publicação de livros no formato eletrônico das editoras brasileiras e a forma da atualização de conteúdos aos seus clientes/leitores.

1.3.1 Objetivos específicos

Como objetivos específicos são possíveis:

1. Apresentar a estrutura do formato ePub;
2. Abordar o formato Mobi e livros aplicativos;
3. Identificar os formatos de livros que vem sendo adotados pelos editores que publicam livros eletrônicos;
4. Verificar se os editores que publicam *e-books* já efetuaram algum tipo de atualização de conteúdo e como o fizeram.

1.4 JUSTIFICATIVA

O mercado consumidor de livros eletrônicos vem crescendo no mundo todo, inclusive no Brasil. Segundo pesquisas da IDC (*International Data Corporation*), em relação à venda de *tablets*, "O mercado brasileiro se mantém aquecido e aponta um crescimento de 351% em relação ao mesmo período do ano passado" (IDC, 2012a).

Em números mais precisos, a instituição afirma que em 2011 foram vendidos 800 mil aparelhos e que apenas no primeiro trimestre de 2012 já foram vendidos 370 mil unidades, com uma estimativa de 2,5 milhões até o final de 2012 e uma previsão

de venda de 4 milhões em 2013. A Corporação apresenta também o crescimento de 84% em 2011 na venda de *smartphones* no Brasil, o que equivale a aproximadamente 9 milhões de aparelhos vendidos, com uma previsão de venda de 15,4 milhões em 2012 (IDC, 2012b).

Em relação à venda de *e-readers*, é possível verificar que em outros países sua venda é expressiva, principalmente nos Estados Unidos, no qual o dispositivo ultrapassa o número de *tablets* vendidos. No entanto, no Brasil, esse aparelho acaba sendo desconsiderado das pesquisas publicadas até o momento.

A aquisição de livros pelos consumidores brasileiros apresenta um constante crescimento, que pode ser conferido por meio do Relatório de Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, desenvolvido pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e publicado pelo SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) e pela CBL (Câmara Brasileira do Livro). A tabela 1, sobre produção e venda de títulos e exemplares no setor editorial brasileiro, apresenta um histórico resumido de exemplares e títulos produzidos e vendidos.

Considerando os dados da tabela, desde 1990 até o ano de 2006 a média estava em torno de 306 milhões de exemplares produzidos para 300 milhões de exemplares vendidos. A partir de 2007, mesmo ano em que a Amazon efetuou o lançamento do *e-reader* Kindle, é possível verificar um aumento no número de exemplares produzidos e vendidos, sendo de 10% a mais em 2007 e de 6% a mais em 2008, ambos em relação ao ano de 2006. Entretanto, aumento mesmo verifica-se nos dois últimos anos constantes na tabela 2009 e 2010, com um aumento de 18% em 2009 e de 45% em 2010, ambos em relação ao ano de 2008.

Considerando o aumento em relação ao ano de 2006, verifica-se em 2009 um crescimento de 25% e em 2010 um crescimento de 54% na produção de exemplares.

A tabela não apresenta diferença na venda de livros impressos e eletrônicos, mas é possível verificar no *site* do governo brasileiro que, considerados pela primeira vez no estudo, "os *e-books* equivalem a 9% dos lançamentos do mercado em 2011, com 5,2 mil títulos em formato digital. O segmento com a maior variação positiva foi o de livros científicos, técnicos e profissionais, com aumento de 38% em quantidade de exemplares e de 23% em faturamento" (BRASIL, 2012).

Ano	PRODUÇÃO (1ª edição e reedição)		VENDAS	
	Títulos	Exemplares	Exemplares	Faturamento (R\$)
1990	22.479	239.392.000	212.206.449	901.503.687
1991	28.450	303.492.000	289.957.634	871.640.216
1992	27.561	189.892.128	159.678.277	803.271.282
1993	33.509	222.522.318	277.619.986	930.959.670
1994	38.253	245.986.312	267.004.691	1.261.373.858
1995	40.503	330.834.320	374.626.262	1.857.377.029
1996	43.315	376.747.137	389.151.085	1.896.211.487
1997	51.460	381.870.374	348.152.034	1.845.467.967
1998	49.746	369.186.474	410.334.641	2.083.338.907
1999	43.697	295.442.356	289.679.546	1.817.826.339
2000	45.111	329.519.650	334.235.160	2.060.386.759
2001	40.900	331.100.000	299.400.000	2.267.000.000
2002	39.800	338.700.000	320.600.000	2.181.000.000
2003	35.590	299.400.000	255.830.000	2.363.580.000
2004	34.858	320.094.027	288.675.136	2.477.031.850
2005	41.528	306.463.687	270.386.729	2.572.534.074
2006	46.026	320.636.824	310.374.033	2.880.450.427
2007	45.092	351.396.288	329.197.305	3.013.413.692,53
2008	51.129	340.274.195	333.264.519	3.305.957.488,25
2009*	43.814	401.390.391	387.149.234	4.167.594.601,40
2010	54.754	492.579.094	437.945.286	4.505.918.296,76

Tabela 1 - Produção e vendas do setor editorial brasileiro

Fonte: SNEL (2012)

Nota (*) A pesquisa divulgada em 2011, que afere o resultado de 2010, apresentou como novidade na sua metodologia a realização de um Censo do Livro. Isso porque, em todo processo de inferência estatística, é recomendado que, de tempos em tempos, seja atualizado o universo da própria pesquisa. O Censo foi realizado entre novembro de 2010 e abril de 2011 e afere o ano de 2009. Com o Censo, os dados de 2009 foram reelaborados em 2010.

No gráfico 1, sobre a linha de tendência na produção de exemplares de livros, verifica-se uma linha escura central no gráfico, a qual demonstra a tendência ao aumento contínuo da produção e venda destes materiais. Essa tendência proporciona um momento propício para o desenvolvimento dos livros eletrônicos, tomando por base os números de vendas de *tablets* e aparelhos telefônicos, apresentados anteriormente pelo IDC.

Apesar desse relatório não apresentar diferenciação entre vendas de livros impressos e eletrônicos, com os números apresentados pelo IDC, referentes à venda de *tablets* e *smartphones* no Brasil, é possível inferir que o mercado

consumidor brasileiro está aderindo ao novo formato de livros e de aparelhos móveis, principalmente aos *tablets*.



Gráfico 1 - Tendência na produção de títulos
Fonte: A autora, com base na tabela 1.

A adesão aos livros eletrônicos exige, portanto, que os editores repensem suas atividades, publicando seus livros nos formatos que estão sendo desenvolvidos. Porém, além disso, para se manterem no mercado (altamente competitivo, com a adesão de grandes empresas ao setor como Amazon, Apple, Barnes&Noble, Google, dentre outras) os editores necessitam oferecer algo a mais, algo que conquiste e fidelize os seus clientes/leitores.

Há a necessidade da inovação, o que, segundo Almeida (2012, p. 50) é mais incentivado pelo mercado competitivo: "os produtores em mercados competitivos possuem mais incentivos para inovar do que em um monopolista [...] o qual já desfruta de um lucro razoável por conta das barreiras de entrada".

Com este quadro, e observando a existência da defasagem de conteúdos de livros impressos, devido a algumas áreas do conhecimento (como áreas de ciências jurídicas e ciências exatas, mais especificamente livros da área de informática) sofrerem constantes atualizações e aprimoramentos, por estarem em constante evolução e desenvolvimento, verificou-se a possibilidade de os editores oferecerem conteúdos atualizáveis em livros eletrônicos, incentivando a pesquisa sobre o cenário editorial a respeito dos *e-books*.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação encontra-se organizada em capítulos, sendo que no capítulo 1, **Introdução**, encontra-se um breve contexto a respeito de nuances que envolvem o mercado editorial, seguindo com a apresentação do tema, do problema, dos objetivos geral e específicos, bem como da justificativa para desenvolvimento da pesquisa.

O capítulo 2, **Literatura pertinente**, está subdividido da seguinte forma: o item 2.1 apresenta a transição dos livros impressos para os eletrônicos, comentando sua evolução, tanto em questões de formato quanto de definição. O item 2.2 apresenta os formatos dos arquivos eletrônicos, adentrando nos formatos atuais, apresentando a estrutura do formato ePub. No mesmo item discorre-se sobre os livros aplicativos, os sistemas de gerenciamento de direitos, a linguagem HTML5 como futuro para os livros eletrônicos e os *softwares* existentes para a conversão de arquivos para o formato ePub. O item 2.3 chama a atenção para a defasagem de conteúdo no modelo impresso, de forma a ser evitado no modelo eletrônico. Neste item, comenta-se a respeito de sistemas para gestão de conteúdo, bem como se discorre a respeito do processo editorial para desenvolvimento e edição de livros impressos e eletrônicos.

O capítulo 3, **Metodologia**, discorre sobre os passos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa, desde definição do universo, da população e da amostra até a tabulação dos dados obtidos pelo método Survey. O capítulo 4, **Resultados e Discussão**, apresenta os gráficos obtidos com a aplicação da técnica escolhida, acompanhados de algumas inferências realizadas após a análise dos resultados obtidos com os gráficos apresentados. O capítulo 5, **Considerações finais**, oferece as conclusões do estudo, bem como indicações para estudos futuros. Finalmente, encontram-se as **Referências** e os **Apêndices** complementares ao estudo.

2 LITERATURA PERTINENTE

Neste capítulo são apresentadas informações sobre as transformações que a emergência do livro eletrônico proporcionou ao setor editorial, ocorrendo uma transição do modelo impresso para o modelo eletrônico. Na sequência, apresentam-se algumas definições, alguns conceitos e opiniões de autores que oferecem subsídio para a pesquisa sobre a produção editorial de livros eletrônicos no Brasil, os formatos de arquivos de livros eletrônicos que travam a "guerra de padrões", bem como sua estrutura, e sugere-se o uso de sistemas de gestão de conteúdo por parte dos editores para fornecerem serviços de informação aos seus clientes leitores além de meros conteúdos estáticos em suas obras.

2.1 TRANSIÇÃO DOS LIVROS IMPRESSOS PARA OS ELETRÔNICOS

O livro impresso, antes de ser um meio de transmissão e disseminação de informações e promoção de conhecimentos, é, em primeiro lugar, um objeto de valor simbólico, como se pode observar pela afirmação de Benício e Silva (2005, p. 5): “não pode jamais ser visto apenas como material inerte ou simples objeto de consumo, mas como um objeto simbólico ao qual a cultura pós-Gutenberg confiou a tarefa de armazenar e fazer circular o conhecimento considerado relevante”.

Silva e Bufrem (2001, p. 1) já observavam que o livro eletrônico vem afetando o livro impresso:

Entre os diferentes produtos criados com recursos da informática, o livro eletrônico, em língua inglesa *e-book*, vem afetando uma história de cinco séculos da hegemonia do impresso. [...] É certo que este não desaparecerá tão cedo, pois está profundamente arraigado à cultura de transmissão impressa e ao uso generalizado de um amplo contingente de leitores.

A expressão "livro eletrônico" (ou *e-book*), bem como a noção de "edição eletrônica", não é recente, porém, estes termos têm sido evidenciados devido ao avanço no desenvolvimento de dispositivos portáteis de leitura, como os leitores eletrônicos (*e-readers*), as pranchetas eletrônicas (*tablets*) e o avanço da tecnologia nos aparelhos celulares (*smartphones*). Conforme afirma Almeida (2012, p. 20), o livro eletrônico referia-se à réplica do livro físico, transposto para o formato digital, geralmente no padrão Adobe PDF (*Portable Documento Format*), o qual poderia "ser acessado *online*, ser impresso ou lido em computadores e – ultimamente – em

dispositivos ultraportáteis (*tablets*). O PDF foi introduzido em 1993 como um aplicativo orientado principalmente para publicação de livros". Dessa forma, qualquer arquivo eletrônico³ de uma obra, originária ou não nesse formato, que estivesse disponível para acesso e leitura em computador era considerado um *e-book*. O conceito de livro eletrônico modificou-se em função do desenvolvimento dos dispositivos de leitura portáteis e devido ao desenvolvimento de novos formatos de arquivos em busca de um padrão para esse tipo de publicação.

Furtado (2006, p. 29) afirma que

Temos assistido, com o desenvolvimento da *internet*, ao aparecimento de novas formas de escrita, de edição, de distribuição e de leitura, e especialmente à multiplicação de documentos digitais, de editores eletrônicos, de livrarias virtuais, de obras de referência e de bases de dados textuais *on-line*, de obras hipertextuais e de dispositivos de leitura de livros eletrônicos.

O suporte dos livros deixa de ser físico e passa a ser digital, eletrônico, de forma que arquivos como PDF e DOC (documentos eletrônicos) passam a figurar como documentos de maior valor, visto que deixam de serem simples arquivos eletrônicos para assumir o papel de livros eletrônicos. Verifica-se em Benício (2003, p. 44) que,

Entre a cultura do manuscrito e a do texto impresso, o livro passou por diversas transformações, mas em toda sua história nada é comparado à revolução dos *e-books*. O que o diferencia de um livro é que, ao invés de ser impresso, ele é disponibilizado em formato digital, vendido, baixado ou recebido via e-mail.

O livro eletrônico emerge como um avanço em relação ao suporte do livro tradicional. De acordo com Furtado (2006, p. 29), o processo de digitalização da cultura do impresso não é recente, considerando-se os "primeiros esforços de informatização e gestão de bases de dados de endereços por parte dos clubes de livros". Garcia (2010) comenta que "antes mesmo de *e-books*, *e-readers* ou dos *blogs*, já era possível distribuir uma obra pela *internet*. Não por acaso, a rede possibilitou, em poucos anos, um 'boom' na produção de conteúdo". Almeida (2012,

³ Neste trabalho de pesquisa, optou-se por adotar o termo **livro eletrônico**, devido à denominação usada mundialmente – *e-book* – e também pelo fato de o livro ser eletrônico a partir do momento em que ele é processado pelo dispositivo de leitura. Conforme o Conarq, um **documento digital** trata-se de "Documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional." Já, um **documento eletrônico** seria "Gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos", evidenciando como mais adequado o termo adotado.

p. 210) comenta que a "abrangência e a importância da *internet*, bem como o avanço e a utilização de tecnologias de digitalização, possibilitaram a explosão na produção de conteúdo intelectual que, em última instância, alcançou a hipermobilidade por meio de conteúdo *on-line* e do livro digital".

A publicação eletrônica acompanhada de novidades e inovações (como os dispositivos e os novos formatos de arquivos), fez com que grandes empresas de tecnologia se voltassem a este seguimento. Benício (2003, p. 47) afirma que

Os livros eletrônicos, embora fossem experimentados desde a criação dos computadores, uma vez que alguns autores chegaram a lançar disquetes-livros, utilizando como ferramenta de leitura o bloco de notas, estes só tiveram seu "boom" [sic] a partir do ano de 2000, com o lançamento de *Riding the Bullet*, de Stephen King, considerado o grande pioneiro do *e-book* e um dos autores mais conhecidos no mundo da literatura de suspense.

O que diferencia especificamente o formato PDF dos formatos atuais refere-se à flexibilidade do conteúdo. Arquivos em PDF são estáticos e tem *layout* fixo enquanto que, arquivos em ePub, por exemplo, podem ser modificados automaticamente pelos aparelhos leitores, como alteração de cores e a ampliação do tamanho das letras, o que faz com que os parágrafos organizem-se a cada modificação, inserindo novas quebras de linha a cada ampliação ou diminuição de letra.

Devido à aceitabilidade que os novos formatos de livros eletrônicos vêm recebendo em outros países, como nos Estados Unidos, que anuncia a superação de venda de impressos pelos eletrônicos (G1, 2011a), questiona-se a sobrevivência e até a extinção do modelo impresso. Versignassi (2010), em artigo para a Revista Super Interessante, acredita que o fim do livro impresso é uma questão de tempo até que as fabricantes de *e-readers* e *tablets* cheguem no "aparelho perfeito", que seria, segundo opinião do autor, a união do que tem de bom no Kindle com o que tem de bom no iPad.

Demonstrando a importância dos *e-books*, principalmente para acesso à cultura e à informação, Cristaldo (2010, p. 1) apresenta argumentos consistentes, afirmando que "o livro [impresso] nem sempre está onde dele precisamos. [...]". O autor continua, afirmando que "já não mais existem livrarias nas pequenas cidades do Brasil. Quando existem, só vendem *bestsellers*. Onde você vai encontrar uma

obra de Platão, ou de Tomás de Aquino, ou de Descartes, numa cidade do interior?" E complementa, referindo-se a populações com menor privilégio econômico: "mas se há telefonia em sua aldeia, e se você tem um computador, poderá ter esses autores – talvez nem todos, mas pelo menos os clássicos – em poucos segundos em sua tela".

Contudo, autores como Eco e Carrière (2010, sinopse), Chartier (2004) e Distefano (2009) acreditam na convivência do livro impresso com os dispositivos eletrônicos de leitura que vierem a ser desenvolvidos.

2.1.1 Evolução dos livros eletrônicos

Em 1945, Vannevar Bush (diretor do Escritório de Pesquisas e Desenvolvimento dos EUA) idealizou o primeiro aparelho leitor de livros o qual chamou de Memex. Em 1968, Allan Kay (um cientista norte-americano da Xerox Corporation) previu o aparecimento, por volta dos anos de 1990, de um livro dinâmico que seria uma espécie de computador portátil (SILVA; BUFREM, 2001). Em 1971 Michael Hart fundou o Projeto Gutenberg (GUTENBERG, 2008), que foi a iniciativa que criou o *e-book*, oferecendo, atualmente, mais de 36.000 livros livres para *download* e leitura em diversos tipos de dispositivos. Verifica-se em Barreto (2011, p. 134) que, em 1992, a Apple

inaugurou o mercado de computadores de bolso com o Newton, um fracasso estrondoso de vendas. Sony, Philips e Sharp foram igualmente derrotadas na missão de emplacar um portátil. Quem conseguiu tirar os *handhelps* do anonimato e transformá-los em ícones dos anos de 1990 foi a até então desconhecida Palm Computing.

Assim como os formatos e dispositivos, o conceito de *e-book* também evoluiu, visto que em vários artigos publicados sobre livro eletrônico verifica-se o uso do termo *e-book* para designar tanto o arquivo do livro quanto os aparelhos leitores, considerando a união de *software*, *hardware* e conteúdo como sinônimo de *e-book* (BENÍCIO, 2003; BENÍCIO; SILVA, 2005; BUFREM; SORRIBAS, 2009; DZIEKANIAK, 2010; SILVA; BUFREM, 2001, entre outros), uma vez que a terminologia estava em processo de desenvolvimento e necessitava de um maior "tratamento por parte das áreas envolvidas com o estudo dos suportes informacionais" (DZIEKANIAK, 2010, p. 2). Constata-se a evolução da definição de

e-book como sinônimo do arquivo eletrônico, após a popularização de *e-readers*, impulsionados pelo lançamento do *e-reader* Kindle da Amazon em 2007 (TERRA, 2011). Deste ano em diante houve um grande crescimento no desenvolvimento de novos aparelhos leitores (YANO, 2010) e *tablets* (mais especificamente após o lançamento do iPad, em 2010 (FOLHA ONLINE, 2010), pela Apple).

2.2 OS FORMATOS DOS ARQUIVOS DE LIVROS ELETRÔNICOS

Ao mesmo tempo em que os *e-readers* e *tablets* avançaram sobre o mercado editorial, o desenvolvimento de novos formatos de arquivos também foi incentivado, de forma a criar a já mencionada "guerra de padrões" (SHAPIRO; VARIAN, 1999). A incompatibilidade de formatos entre os dispositivos evidenciou-se, o que levou o IDPF (*International Digital Publishing Forum*) a desenvolver, em 2007, um formato de arquivo que oferecesse flexibilidade e principalmente interoperabilidade dentre diversos dispositivos, o formato ePub.

O IDPF é uma organização dedicada ao desenvolvimento e à promoção de publicações eletrônicas e consumo de conteúdo (IDPF, 2012a) e era conhecido, até 2005, como OEB (*Open eBook Forum*), formado por um grupo de organizações envolvidas com o desenvolvimento das publicações eletrônicas (LIBRARY OF CONGRESS, 2012). Até o ano de 2009, o formato desenvolvido por esta organização era o OEBPS (*Open Ebook Forum Publication Structure*), o qual foi incorporado no desenvolvimento de seu sucessor, o ePub. Este formato era utilizado pelos desenvolvedores de *e-books* como base para desenvolvimento de seus próprios formatos, como é o caso do *mobi*, usado pela Amazon para geração de seu formato AZW.

Formato	Ano de desenvolvimento	Responsável
PDF	1993	Adobe
OEBPS	2005 (data aproximada)	OEB
ePub	2007	IDPF
AZW	2007	Amazon

Quadro 1 - Formatos de arquivos (ano e responsável)

O formato da Amazon, AZW (associado ao *Mobi*) surgiu ao mesmo tempo em que houve o lançamento do Kindle, também em 2007. Conforme o *site* File-

Extensions (2012), a extensão AZW é associada ao Kindle da Amazon, sendo um formato proprietário e que somente seus próprios dispositivos oferecem suporte a este tipo de arquivo. Para o desenvolvimento de arquivos no formato adotado pela Amazon, há a necessidade do uso de ferramentas disponibilizadas pela própria empresa (*KindleGen*, *Kindle Previewer*), bem como é necessário seguir as diretrizes solicitadas pela empresa em seu guia de publicação (AMAZON.COM, 2012). O formato AZW é armazenado em um formato de arquivo de imagem MobiPocket *e-book*, mas a sua extensão é alterada de *.mobi* para *.AZW* pela Amazon, contendo, muitas vezes, DRM. Ambos os formatos (*ePub* e *mobi*) são baseados em padrões XML (*Extensible Markup Language*) e HTML (*Hypertext Markup Language*) e em suas últimas atualizações oferecem suporte a folhas de estilo CSS (*Cascading Style Sheets*) e HTML5 (*Hypertext Markup Language, version 5*).

Bem aceito pelas empresas fabricantes de dispositivos de leitura, o formato *ePub* tem sido incorporado na grande maioria dos dispositivos, com exceção do Kindle da Amazon. No *site E-reader lookup* (2012) é possível verificar uma lista de 131 dispositivos *e-readers* e seus respectivos formatos suportados, ilustrando a diversidade de tipos de aparelhos existentes, e que o *ePub* está alcançando o PDF em termos de aceitabilidade. Dentre os dispositivos da lista, verifica-se, conforme o gráfico 2, que o PDF é o formato predominante dentre esses dispositivos, com 92,4% de aceitação. O *ePub* vem em segundo lugar, com 83,20%, acompanhado do HTML (71%) e por fim o *mobi* 30%.

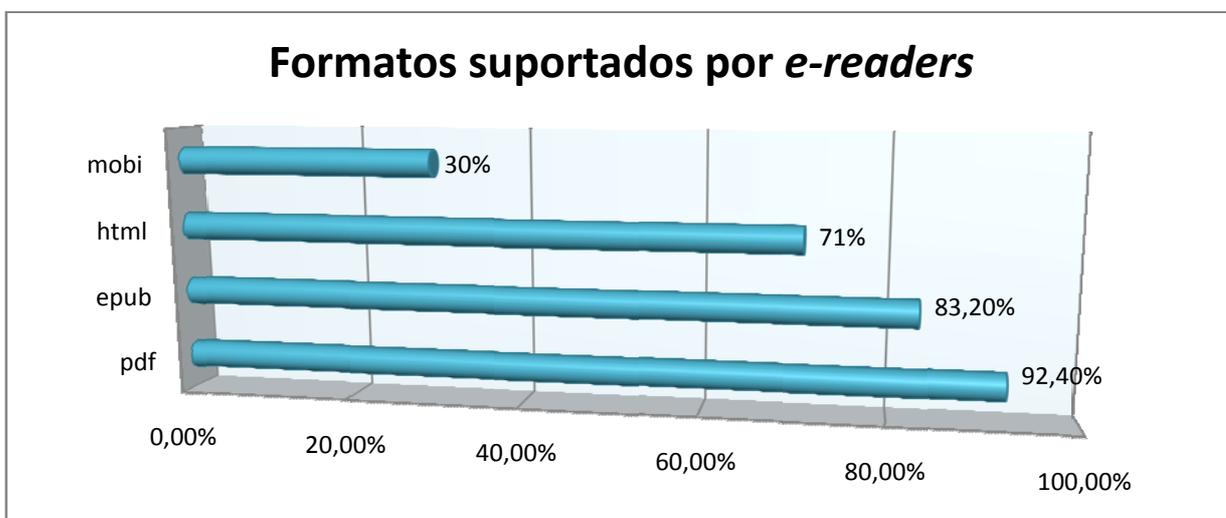


Gráfico 2 - Formatos de *e-books* suportados por *e-readers*
Fonte: Adaptado de E-reader Lookup (2012).

A Amazon mantém seu formato AZW e o KF8, este sendo uma atualização do AZW que também oferece suporte ao HTML5, o qual, por sua vez, promete oferecer interatividade e maior interoperabilidade dentre diversos dispositivos. O formato ePub encontra-se em sua versão 3, oferecendo suporte ao HTML5 e CSS. Todos esses formatos (ePub, AZW, KF8 e, inclusive, HTML5) ainda estão em desenvolvimento, dependendo, principalmente, do aprimoramento dos dispositivos de leitura, que necessitam fornecer suporte para as funcionalidades destas linguagens.

O que esses arquivos de livros eletrônicos oferecem de diferente do seu antecessor PDF é o quesito flexibilidade textual, adaptação e possibilidade de manipulação dos arquivos por parte do usuário/leitor, que pode alterar o tamanho da letra (fonte) e as cores da visualização (conforme cada dispositivo de leitura). Outro item de diferenciação refere-se à capacidade dos novos formatos de ajustarem-se automaticamente a qualquer tamanho de tela, além de oferecerem recursos multimídia como áudio e vídeo inseridos dentro do conteúdo do livro. No entanto, existem editoras que preferem ainda publicar em PDF seus livros eletrônicos, as quais acreditam que este formato é o mais seguro em relação à distribuição não autorizada. Tanto o ePub, quanto o *Mobi* e AZW, possibilitam uma navegação interna no livro, por meio de *links* no texto que levam a notas de rodapé, notas de fim, notas de referências, ao sumário, a figuras, tabelas e até a *links* externos ao livro, caso o dispositivo de leitura possibilite acesso à *internet* e navegação na *web*.

A hipertextualidade⁴ torna-se completamente possível com o uso desses arquivos eletrônicos em dispositivos de leitura que ofereçam navegação na *web*. O leitor pode clicar em um *link*, navegar no texto externo ao livro e retornar ao mesmo ponto de leitura para continuar seu estudo. Conforme Tenan (2008, p. 3), "por mais que se pense que é algo exclusivo da cibercultura, a informação hipertextual foi buscada pelo homem já outras vezes, encontrando barreiras tecnológicas que impossibilitavam sua plena realização", problema este resolvido há muito tempo no ambiente *web* e agora pelos novos formatos de livros eletrônicos.

⁴ "Segundo Lévy (1993), o hipertexto é composto de nós (palavras, páginas, sons etc.) ligados por conexões (*links*), e esses nós podem também ser hipertextos" (MACULAN et al., 2011).

2.2.1 Estrutura do ePub

Por ser desenvolvido pelo IDPF, o formato ePub é um padrão aberto, desta forma, tendo toda sua especificação disponível na *internet* (IDPF, 2012a) para acesso a qualquer interessado no formato.

A arquitetura do formato ePub é simples, definida pela especificação de três padrões abertos: OPS (*Open Publication Structure* IDPF (IDPF, 2010a), OPF (*Open Packaging Format* (IDPF, 2010b)) e OCF (*Open Container Format* (IDPF, 2010c)). Esses padrões, simplificados, especificam ordem e conteúdo de arquivos e diretórios, cada um com uma função específica, sendo que “Cada elemento do arquivo ePub é criado com base em certas normas internacionais estabelecidas pelo IDPF” (TAVARES, 2011, p. 14), como apresentado, pelo autor, a seguir:

- **Open Publication Structure (OPS):** Descreve a formatação dos conteúdos. É a sintaxe do ePub.
- **Open Packaging Format (OPF):** Descreve a estrutura do arquivo ePub.
- **Open Container Format (OCF):** Descreve o modo como os arquivos são compactados no formato.

O ePub 3 é a versão atual do padrão que foi desenvolvido após aprovação pelos sócios do IDPF em maio de 2010. Em outubro de 2011, foi aprovada como versão final a ser adotada por todos os membros da organização, substituindo assim a versão anterior (IDPF, 2012b).

Facilmente é possível verificar os arquivos constantes dentro de um arquivo ePub que não estejam criptografados por DRM, quando tem sua extensão de arquivo (.epub) alterada para a extensão de arquivo comprimido (.zip), o qual é possível abrir com um *software* para extração, permitindo acessar os arquivos e os diretórios existentes.

Os principais encontrados serão:

- 1 **Arquivo mimetype:** identifica o conteúdo existente no pacote. É um arquivo de texto, porém, sem identificação de extensão. Deve ser o primeiro arquivo do pacote e deve conter a seguinte informação:

<code>application/epub+zip</code>

Quadro 2 - Conteúdo padrão do arquivo mimetype

- 2 **Pasta META-INF:** esta pasta contém um arquivo “container.xml” e pode conter também um “encryption.xml”. O primeiro arquivo contém informações em XML para processamento do ePub. O segundo pode conter informações para criptografia do conteúdo do arquivo. O conteúdo padrão para o arquivo “container.xml” é o seguinte:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<container version="1.0"
xmlns="urn:oasis:names:tc:opendocument:xmlns:container">
  <rootfiles>
    <rootfile full-path="OEBPS/content.opf" media-
type="application/oebps-package+xml"/>
  </rootfiles>
</container>
```

Quadro 3 - Conteúdo padrão do arquivo container.xml

- 3 **Pasta OEBPS ou OPS:** esta pasta conterà todo o conteúdo do ePub, que pode ser organizado em subpastas específicas: *Images*, *Text* e *Styles*, conteúdo respectivamente: imagens, textos em XHTML (*Extensible Hypertext Markup Language*) e estilos em CSS. Além das subpastas para armazenar os arquivos, é possível encontrar mais dois arquivos importantes:

- **content.opf** – arquivo para efetuar um *checklist* de todo o conteúdo do ePub. Aqui devem ser listados cada arquivo existente, na ordem correta da leitura de cada um, bem como informações de metadados do ePub. A seguir consta um exemplo de conteúdo de um arquivo content.opf:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8" standalone="yes" ?>
<package xmlns="http://www.idpf.org/2007/opf" unique-
identifier="BookID" version="2.0">
  <metadata xmlns:dc="http://purl.org/dc/elements/1.1/"
xmlns:opf="http://www.idpf.org/2007/opf">
    <dc:identifiser id="BookID" opf:scheme="UUID">identificador do
livro, pode ser DOI, ISBN ou outro</dc:identifiser>
    <dc:contributor opf:role="bkp">Colaborador</dc:contributor>
    <dc:date opf:event="creation">data de criação</dc:date>
    <dc:creator opf:role="aut">Nome dos autores</dc:creator>
    <dc:language>pt</dc:language>
    <dc:title>Título do livro</dc:title>
    <dc:publisher>Nome da editora</dc:publisher>
    <dc:date opf:event="modification">data de
modificação</dc:date>
    <meta name="cover" content="cover.jpg"/>
  </metadata>
</manifest>
```

```

        <item href="toc.ncx" id="ncx" media-type="application/x-
dtbncx+xml"/>
        <item href="Styles/style001.css" id="style001.css" media-
type="text/css"/>
        <item href="Text/referencias.xhtml" id="referencias.xhtml"
media-type="application/xhtml+xml"/>
        <item href="Text/folharosto.xhtml" id="folharosto.xhtml"
media-type="application/xhtml+xml"/>
        <item href="Text/sumario.xhtml" id="sumario.xhtml" media-
type="application/xhtml+xml"/>
        <item href="Text/introducao.xhtml" id="introducao.xhtml"
media-type="application/xhtml+xml"/>
        <item href="Text/cap1.xhtml" id="cap1.xhtml" media-
type="application/xhtml+xml"/>
        <item href="Text/cap2.xhtml" id="cap2.xhtml" media-
type="application/xhtml+xml"/>
        <item href="Images/cover.jpg" id="cover.jpg" media-
type="image/jpeg"/>
        <item href="Styles/capa.css" id="capa.css" media-
type="text/css"/>
        <item href="Images/1.jpg" id="_1_.jpg" media-
type="image/jpeg"/>
        <item href="Images/2.jpg" id="_2_.jpg" media-
type="image/jpeg"/>
    </manifest>
    <spine toc="ncx">
        <itemref idref="capa.xhtml"/>
        <itemref idref="folharosto.xhtml"/>
        <itemref idref="sumario.xhtml"/>
        <itemref idref="introducao.xhtml"/>
        <itemref idref="cap1.xhtml"/>
        <itemref idref="cap2.xhtml"/>
        <itemref idref="referencias.xhtml"/>
    </spine>
</package>

```

Quadro 4 - Exemplo de conteúdo de um livro – content.opf

- **toc.ncx** – arquivo que contém informações sobre a lógica de navegação do arquivo. Permite a fácil navegação pelo documento a qualquer ponto da leitura, em qualquer dispositivo.

Exemplo de arquivo toc.ncx:

```

<?xml version="1.0" encoding="UTF-8" standalone="no" ?>
<!DOCTYPE ncx PUBLIC "-//NISO//DTD ncx 2005-1//EN"
"http://www.daisy.org/z3986/2005/ncx-2005-1.dtd">
<ncx xmlns="http://www.daisy.org/z3986/2005/ncx/" version="2005-1">
  <head>
  </head>
  <docTitle>
    <text>guide</text>
  </docTitle>
  <navMap>
    <navPoint id="navPoint-1" playOrder="1">
      <navLabel>
        <text>Sumario</text>
      </navLabel>
    </navPoint>
  </navMap>
</ncx>

```

```

        <content src="Text/sumario.xhtml" />
    </navPoint>
    <navPoint id="navPoint-4" playOrder="4">
        <navLabel>
            <text>Introdução</text>
        </navLabel>
        <content src="Text/introducao.xhtml" />
    </navPoint>
<navPoint id="navPoint-42" playOrder="42">
    <navLabel>
        <text>Referencias</text>
    </navLabel>
    <content src="Text/referencias.xhtml" />
</navPoint>
</navMap>
</ncx>

```

Quadro 5 - Exemplo de conteúdo de um sumário – toc.ncx

A união desses arquivos em conjunto com os conteúdos dão forma ao *e-book*, representando, empacotando e codificando conteúdos estruturados e semanticamente avançados. Parte importante constante em arquivos de livros eletrônicos refere-se aos metadados, que são descritores utilizados para identificação e descrição do conteúdo do arquivo, considerados "informações úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados" (IBGE, 2012).

O padrão de metadados do ePub é o *Dublin Core*, desenvolvido pelo DCMI (*Dublin Core Metadata Initiative*), o qual trata-se de um vocabulário de quinze propriedades⁵ para uso na descrição de recursos (DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE, 2012). O IDPF especifica apenas três desses elementos como obrigatórios para uso no ePub: *Title* (usado para descrever o título da publicação), *Identifier* (para o número identificador, geralmente o *International Standard Book Number* (ISBN)) e *Language* (para especificar a linguagem em que se encontra o livro); mantendo o uso dos 12 elementos restantes como opcionais (IDPF, 2011).

Recomenda-se o uso de outros elementos, como *Publisher*, para identificação da editora responsável pela publicação, e *Creator* para identificação da autoria do livro. Muitos desses elementos são passíveis de serem repetidos no documento, de forma a inserir todas as informações necessárias à completa identificação do arquivo, bem como possuem ainda atributos que podem ser inseridos como complemento de informações.

⁵ Os quinze elementos definidos pelo padrão Dublin Core são: *contributor, coverage, creator, date, description, format, identifier, language, publisher, relation, rights, source, subject, title* e *type* (DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE, 2012).

2.2.2 Livro aplicativo

Enquanto o ePub3 não é suportado por todos os dispositivos de leitura, os *tablets* e computadores, bem como *smartphones*, possuem a possibilidade da instalação de *softwares* aplicativos móveis que permitem a organização de diversos programas e arquivos no dispositivo de leitura escolhido, muitos por meio de uso de *login* e senha. Verifica-se em Procópio (2010, p. 62) que estes aplicativos são programas

[...] criados para a leitura não de documentos comuns como páginas da *internet*, mas criados especialmente para a leitura de livros eletrônicos em tela. São os chamados *readers*, programas que podem ser instalados em computadores de mesa [PC, Linux ou MAC], *laptops*, *notebooks*, *netbooks*, em *handhelds* [computadores de mão, como os *smartphones*, *PalmTops* e similares ao iPhone] e até em celulares ou *smartphones* [como os que rodam no sistema operacional do Google — o Android].

Inclusive, existem aplicativos específicos para o gerenciamento de arquivos de livros eletrônicos, a exemplo do iBooks da Apple, que organiza qualquer arquivo PDF e ePub transferido ao *tablet* por meio do computador ou de compra na loja *online* da Apple.

Como uma alternativa para o gerenciamento dos arquivos, diversas editoras e *e-bookstores* (lojas virtuais de livros eletrônicos) optam pelo desenvolvimento de seus próprios aplicativos, de forma que a compra de seus livros possa ser realizada dentro do próprio aplicativo, instalado no dispositivo de leitura, sendo acessado em todos os dispositivos que tiverem o aplicativo instalado por meio de *login* e senha, dentro dos limites determinados no DRM de cada arquivo.

Caso o cliente/leitor efetue compra em *e-bookstores* distintas, necessita ter o aplicativo de cada uma delas para ler cada livro adquirido, isso devido à aplicação do DRM que ocorre no momento da compra do arquivo por meio do aplicativo ou da plataforma de distribuição da *e-bookstore* que o está vendendo. Contudo, o uso de aplicativos é uma opção bastante interessante para a leitura de livros eletrônicos por causa da organização que oferece e por permitir o acesso de toda a biblioteca adquirida em dispositivos distintos. Entretanto, exclui a possibilidade de aparelhos que são apenas *e-readers* de ter acesso aos mesmos arquivos, visto que nesses tipos de aparelhos não é possível efetuar a instalação de aplicativos.

Em relação ao ePub, o desenvolvimento de aplicativos acaba sendo algo mais trabalhoso e oneroso, pois é um processo de desenvolvimento de *software*, o qual irá gerenciar os arquivos de livros eletrônicos, geralmente em ePub e Mobi, necessitando o uso de linguagens de programação, como *Objective C*, para desenvolvimento voltado ao sistema operacional OS X, também conhecido como iOS (APPLE INC, 2012a); linguagem *Java IDE* para sistema operacional Android (GOOGLE INC, 2012) e linguagem ASP.NET para desenvolvimento de aplicativos para o sistema operacional Windows (MICROSOFT, 2012), cada qual ainda acompanhado de *kits* de desenvolvimento disponibilizados pelas instituições para as quais o aplicativo está sendo desenvolvido⁶.

Em relação à gestão digital de direitos, os aplicativos são mais favoráveis, pois controlam o acesso ao conteúdo por eles gerenciado por meio de *login* e senha, além de facilitar a portabilidade dentre distintos dispositivos, bastando estar conectado à *internet*, ter instalado o aplicativo em novo dispositivo (conforme restrições de seu DRM) e “logar” no sistema, para que este atualize automaticamente sua biblioteca pessoal.

2.2.3 HTML5 como futuro para livros eletrônicos

Os problemas relacionados ao quesito direito autoral, uso ou não de DRM por parte dos editores e distribuidores, acabam por fazer com que muitos optem por ainda não adentrar no mercado de *e-books*, receosos em disponibilizar suas obras eletronicamente e estas serem distribuídas livremente na *internet*.

O HTML5, ao oferecer compatibilidade, flexibilidade e interoperabilidade dentre diversos sistemas acaba por ocasionar a possibilidade de editores e *e-bookstores* oferecerem conteúdos de livros eletrônicos por meio de acesso *web*, com o conteúdo dos livros disponíveis de forma *on-line* para acesso por meio de *login* e senha⁷. A evolução dessa linguagem, no caso HTML, havia sido encerrada pelo consórcio W3C (*World Wide Web Consortium*), em favor do desenvolvimento da

⁶ O iPad da Apple, bem como seu *smartphone* (iPhone) possuem o sistema operacional iOS; os demais *tablets* desenvolvidos possuem o sistema operacional da Google, o Android (desenvolvido com base no Linux v2.6) e, recentemente, a Microsoft desenvolveu um sistema operacional também para aparelhos móveis, o Windows 8.

⁷ A Editora Livrus (<<http://www.livrus.net/>>) lançou em 2012 a obra *O jogo dos papéis coloridos*, a qual se utiliza do HTML5 e está disponível para leitura por meio de autenticação em seu *site*. Solução como esta exige que o usuário leitor tenha acesso à *internet* no momento do acesso e leitura do livro, não podendo fazer *download* da obra nem efetuar sua leitura *offline*.

XHTML, a qual foi realizada com base nos padrões da linguagem XML, chamada de "serialização XML" (W3C, 2009). Entretanto, em 2007, o consórcio reconsiderou sua decisão, após um grupo de desenvolvedores da Apple, da Fundação Mozilla e do navegador Opera criarem um grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver a HTML5 (SILVA, 2011). A partir de então, um grupo de trabalho (WHATWG – *Web Hypertext Application Technology Working Group*) para desenvolvimento da HTML5 foi criado, o qual especificou um conjunto de diretrizes⁸ a ser seguido pelo grupo, que descreve os princípios de desenvolvimento da linguagem (SILVA, 2011).

O HTML5 foi então retomado pelo consórcio W3C e no final de 2009 decidiu encerrar a continuidade ao XHTML. Com a serialização do HTML5 conforme as regras da XML, esta foi chamada de XHTML5. O consórcio afirma que reconhece a importância do XHTML, contudo, a próxima serialização XML a ser desenvolvida será abrangida pelas especificações da linguagem HTML5, deixando de ser chamada de XHTML5 (W3C, 2009).

Os livros eletrônicos (em formato ePub e Mobi (OEB)) usam, até sua versão 2, a linguagem XHTML como formato de suas páginas de conteúdos, e sua versão 3 está sendo adequada para o uso do HTML5, assim como o formato AZW da Amazon. Isso se deve à descontinuidade do desenvolvimento da XHTML, como necessidade de adaptação do formato para que a linguagem HTML5 não se torne mais um concorrente no mercado de publicações eletrônicas.

Com o início do desenvolvimento da linguagem HTML para a versão 5, cogitou-se a possibilidade de essa linguagem ser o futuro para os livros eletrônicos, visto que possibilita fornecer muitas alternativas em relação ao modelo atual. Procópio (2011, p. 2) apresenta algumas razões para isso:

Sugiro que os colegas não gastem, mesmo que tenham, cerca de trinta mil reais tentando criar aplicativos em linguagem C para depois correr o risco de não ter a sua aplicação aprovada pela *big* Apple, e correndo o risco também de, no futuro, a aplicação não poder ser lida nas próximas versões do sistema iOS. Mas, acima de tudo, sugiro que os amigos do mercado editorial não obriguem os seus consumidores a terem o sistema iOS para comprar os seus livros. Sugiro [...] que não dê o seu conteúdo de graça aos outros, em troca de audiência. [...] o interessante da tecnologia HTML5 é que ela pode ser aplicada tanto, por exemplo, na visualização final de uma página de uma determinada livraria *on-line* [ou *e-bookstore*] com o uso dos chamados metadados ou informações sobre os livros; pode ser utilizada no

⁸ Pode ser acessado por intermédio do *link* <<http://www.w3.org/tr/html-design-principles>>.

desenvolvimento de um aplicativo para a leitura dos livros eletrônicos; mas também pode ser usada na criação do conteúdo de um livro em si.

Além das particularidades com o desenvolvimento de aplicativos, como descrito por Procópio, o HTML vem sendo desenvolvido com o intuito de tornar-se uma linguagem realmente robusta e que ofereça segurança e conforto aos seus usuários. Contudo, pode ser um ponto negativo a necessidade de conexão à *internet* para poder ter acesso aos conteúdos de livros no momento de sua leitura.

Os princípios para desenvolvimento da HTML5, conforme Silva (2011), propostos pelo grupo WHATWG são baseados em: **Compatibilidade** (que garanta acesso ao conteúdo, independentemente do avanço da tecnologia), **Utilidade** (que resolva problemas existentes, proporcione segurança e um padrão semântico alinhado com o padrão estrutural), **Interoperabilidade** (sendo que deve ter seu comportamento bem definido, não ficando a cargo dos fabricantes dos dispositivos decidirem seu funcionamento) e **Acesso Universal** (visando que todas as funcionalidades sejam compatíveis com o máximo de mídias possível, além de ter suporte multilíngue e que garanta acessibilidade a portadores de necessidades especiais). Entretanto, essa linguagem ainda está em desenvolvimento, tendo algumas funcionalidades já suportadas pelos navegadores atuais, mas não todas.

O HTML5 apresenta-se então como uma certeza frente à evolução dos *e-books*, sendo idealizado como futuro para livros eletrônicos, seja em seu uso puramente em ambiente *web*, seja por meio da adoção dos formatos existentes às suas funcionalidades, o que já vem ocorrendo.

2.2.4 *Softwares* para edição de livros eletrônicos

Para o desenvolvimento dos livros eletrônicos há a necessidade de seguir todos os padrões especificados, citados anteriormente, padronizados pelo IDPF, responsável pelo desenvolvimento do formato ePub. Existem ferramentas que facilitam o processo de desenvolvimento desses arquivos, procurando automatizar o processo de conversão dos arquivos pré-existentes (seja em DOC, PDF, ou outro) para o formato ePub e também para o formato Mobi (AZW e KF8) e oferecendo possibilidade de edição do conteúdo após convertido. No entanto, ainda não se encontra na literatura publicações que abordem esse assunto, por isso o conteúdo aqui explicitado refere-se exclusivamente a uma pesquisa efetuada no buscador

Google em busca de *softwares* e *plugins* para apresentar as possibilidades existentes.

É possível encontrar ferramentas *on-line* que realizam essa atividade de conversão dos arquivos, entretanto, o *site* que oferece o serviço pode ficar com uma cópia do arquivo armazenada, o que não é indicado para editores que precisam proteger seus conteúdos da pirataria. Portanto, esses *sites* serão excluídos desta listagem, por não apresentarem (até então) um modelo totalmente confiável de tratamento dos livros eletrônicos.

É possível encontrar ferramentas que proporcionam o desenvolvimento e a conversão de arquivos para o formato ePub, bem como proporcionam trabalhar na interface visual do arquivo. A seguir, o Quadro 5 apresenta uma lista de *softwares* encontrados, bem como com quais tipos de arquivos trabalham.

Software	Documentos de entrada	Formatos gerados
Calibre	DOC, HTML, ePub, Mobi	ePub, Mobi, PDF
Epub Editor Altova	ePub	ePub
ePub Maker	DOC e HTML	ePub
iStonsoft ePub converter	Word, PDF, Texto, HTML e MOBI	ePub
Oxygen XML	ePub	ePub
PDF to ePub Converter	PDF	ePub
Sigil	TXT, HTML, ePub	ePub
Xilisoft to EPUB Converter	HTML	ePub

Quadro 6 - Ferramentas para criação e conversão de arquivos em ePub

Verifica-se, em relação às ferramentas mencionadas no Quadro 5, que são desenvolvidas para criar, editar, converter e validar arquivos ePub. Há também o desenvolvimento de *plugins* para instalação em *softwares* já existentes, como é o caso do EpubReader, desenvolvido como *plugin* para o Firefox⁹; o Readium, que é um *plugin* para o Google Chrome, além do Writer2ePub, desenvolvido para o Writer¹⁰.

Há organizações que desenvolvem aplicativos móveis e *softwares* para a leitura de livros eletrônicos de diversos formatos, como Twipe Digital Publishing;

⁹ Firefox é um *software* navegador para a *internet*, como o *internet* Explorer e o Google Chrome.

¹⁰ *Software* para processamento de textos do *Open Office Suite*: <<http://www.openoffice.org/pt/about/writer.htm>>.

EPUBReader; MobiPocket Reader; Iba Reader; Blue Fire Reader; Saraiva Reader; Aldiko; entre outros. Porém, ferramentas para facilitar e automatizar o processo de edição de conteúdos em livros eletrônicos já publicados não são, ainda, encontradas no mercado. Todos visam à edição visual, configuração das linguagens (código-fonte) e apresentação visual em diversos dispositivos.

2.3 DIREITO AUTORAL

Os *e-books*, sua distribuição, acesso e uso, dependem, além da tecnologia envolvida (*tablets*, *e-readers* etc.), de legislação e normas a serem cumpridas para evitar infrações ao direito autoral. A proteção de conteúdos, sejam digitais ou impressos, é alvo de grandes discussões e mudanças em todo o mundo. As leis de direitos autorais vem sendo constantemente atualizadas e adaptadas às mudanças que as tecnologias proporcionam.

Contudo, os editores brasileiros ainda estão receosos a adentrarem no mercado de publicação de livros eletrônicos, visto que a lei do direito autoral brasileira, n. 9.610/1098, encontra-se defasada e não está preparada para essa revolução eletrônica, pois não abrange especificamente o âmbito digital, apenas constando em seu artigo sétimo, de forma bem genérica e ampla, a sua abrangência: “Art. 7º - São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro” (BRASIL, 2010). O referido artigo tem o propósito de proteger o uso inadequado de conteúdos protegidos independentemente do suporte do conteúdo intelectual da obra. Almeida (2012, p. 30) comenta que "um leitor ou usuário que copia e distribui [...] um conteúdo intelectual protegido sem o devido amparo legal está realizando a captura do(s) direito(s) de propriedade conferido(s) ao detentor do direito autoral".

Essa carência de atualização da lei de direito autoral foi identificada pelo governo brasileiro o qual, em setembro de 2010, disponibilizou uma consulta pública para modernização da lei de direito autoral, de forma que a população brasileira

puдesse participar e sugerir alterações na lei. Sua versão final e aprovada ainda não foi publicada oficialmente¹¹.

Existem publicações na literatura sobre Direito Digital (PINHEIRO; SLEIMAN, 2009; SANTOS, 2009) que procuram abranger determinadas brechas da lei e dar uma noção a respeito do que seria o correto e o incorreto nesse meio. Elas abrangem principalmente a *internet* como ambiente digital e seus conteúdos, no entanto,  possível verificar a aplicabilidade também para os livros eletrônicos. Pinheiro e Sleiman (2009, p. 25) afirmam que o Direito Digital

É a evolução do próprio Direito aplicado à realidade atual da sociedade. Logo, reúne um conjunto de princípios fundamentais e instrumentos jurídicos já existentes. Exige muitas vezes a releitura de normas já vigentes, dentro dos novos casos práticos, e também abrange as novas leis que são criadas como forma natural de atualização do próprio Ordenamento Jurídico.

Grande parte da legislação que se aplica ao modelo impresso pode se transpor para o eletrônico, afinal, o objeto "livro" continua sendo o mesmo, o que muda é o seu suporte, que passa do impresso para o eletrônico. Santos (2009, p. 112) deixa bem claro em sua obra sobre *Direito Autoral na era digital* que "todas as obras intelectuais, como livros, músicas, obras de arte, fotos e vídeos, não perdem sua proteção quando digitalizadas, logo, não podem ser utilizadas sem prévia autorização".

Apesar de toda a legislação existente e de tentativas de autores publicarem obras que tentem retratar o direito autoral no âmbito digital, as infraoes  lei são inúmeras. Além da contrafação (reprodução não autorizada) e do plágio (cópia e uso sem autorização e sem identificação da fonte), há a grande ocorrência da pirataria, que segundo Pinheiro e Sleiman (2009, p. 16) " o ato de copiar ou vender produto não autorizado, ou seja, a utilização, particular ou para fins comerciais, sem pagamento dos direitos autorais quando devidos".

A pirataria dos conteúdos eletrônicos praticamente obriga – no caso, os editores – a optarem pelo uso de sistemas reguladores de *copyright* ou de gerenciamento de direitos, os chamados sistemas DRM (*Digital Rights Management*), impondo restrioes de uso dos arquivos dos usuários. Conforme Almeida (2012, p. 80), a regulação do *copyright* atua de forma positiva em relação

¹¹ A consulta pública recebeu ao todo 7.863 participaoes e sua versão consolidada pode ser acessada no endereço <<http://www.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/>>.

aos autores, editores e outros beneficiários do *copyright*, concedendo-lhes direito de propriedade; e de forma negativa em relação aos demais agentes, principalmente "ao utilizarem uma tecnologia que, como fator de produção, pode ser legalmente possuída e controlada para copiar o objeto protegido"; atenuando ou restringindo seus direitos.

A LIBRE (Liga Brasileira dos Editores), em 2010 (por meio de sua presidente Crisitna Warth e sua vice Eliana Sá), sugeriu ao governo federal brasileiro algumas atitudes a serem tomadas, como "uma nova regulação do mercado editorial e livreiro, com a adoção de medidas que protejam e incentivem a abertura, o fortalecimento e a profissionalização de pequenas editoras e, especialmente, pequenas livrarias pelo país" (WARTH; SÁ, 2010). Warth e Sá afirmam que o mercado editorial passa por um momento em que as atitudes devem ser repensadas, informando que

O mercado do livro passa no momento por uma profunda transformação, impulsionado pelo próprio movimento do capital, mas também pelas novas tecnologias, que ameaçam a bibliodiversidade, mas que também pode estimulá-la, dependendo das opções que nós, editores privados e poder público, fizemos. Por isso, acreditamos que, num país cada vez mais educado e com novos potenciais de desenvolvimento, é nosso dever apontar caminhos a trilhar para a manutenção, a sobrevivência e, especialmente, a democratização do conhecimento e da arte que dependem dessa bibliodiversidade. (WARTH; SÁ, 2010, p. 1)

Enquanto o mercado não possui uma regulamentação adequada, os próprios editores e livreiros necessitam tomar atitudes e repensar suas atividades no mercado dos livros. Segundo Almeida (2012, p. 320)

As editoras estão se ajustando à emergência da nova tecnologia pela influência que o novo paradigma desempenha na desvalorização dos ativos correntes. Na eminência de competição por parte do novo mercado, o setor está buscando um novo posicionamento estratégico. Não se trata de uma ação estratégica deliberada, mas as evidências sugerem ações defensivas contra a ameaça do livro digital.

É necessário repensar suas publicações oferecendo algo a mais a seus clientes leitores, pois se antes de publicarem no meio eletrônico a pirataria já era muito incidente, em meio eletrônico essa prática acaba muito mais facilitada.

Este é um tema que aflige os editores brasileiros e que possui grande peso em sua decisão de adentrar ou não no ramo das publicações eletrônicas: pirataria e o direito autoral. A solução encontrada foi o uso de sistemas DRM, os quais

procuram impedir a distribuição de cópias não autorizadas, impedindo o transporte de determinados livros eletrônicos para dispositivos distintos. No entanto, o DRM vem sendo muito criticado e apontado como sistema para restringir direitos do usuário do livro.

2.3.1 DRM – *Digital Rights Management*

Os sistemas de DRM, sistemas de gerenciamento digital de direitos, primam pela tentativa de evitar o uso indevido de determinados arquivos eletrônicos, aplicando restrições de uso, de cópia, distribuição e até de acesso ao conteúdo. Esse tipo de sistema "pretendia intimidar a pirataria, mas certamente não acaba com ela, apenas tenta guardar todos os direitos autorais sobre um documento eletrônico" (PROCÓPIO, 2010, p. 31).

Conforme Iannella (2001), DRM são sistemas usados para proteger conteúdos de documentos distribuídos em formato eletrônico, controlando e gerenciando a sua manipulação, abrangendo a descrição, a identificação, o comércio, a proteção, o acompanhamento e o monitoramento de todas as formas de usos de direitos sobre os ativos tangíveis e intangíveis, incluindo a gestão de relacionamentos dos detentores de direitos. Esse tipo de sistema é utilizado em CDs de áudio e vídeos (DVDs) de forma a inibir sua cópia e reprodução não autorizada, não impedindo que o usuário transporte sua mídia e utilize-a em dispositivos distintos. O mesmo não ocorre com os *e-books*, nos quais o DRM restringe inclusive o número de dispositivos em que o usuário/leitor pode efetuar a leitura de seu livro. Para Procópio (2010, p. 31), o DRM "trata-se de um método avançado de gerenciamento de direitos autorais que trabalha a conscientização do leitor, em conjunto com tecnologias de criptografias para arquivos".

O DRM pode impedir que uma cópia para uso particular (ato este permitido pela lei de direito autoral brasileira, Lei 9.610/1998) seja feita e transferida para outro dispositivo, dependendo das restrições nele programadas. Há, inclusive, a existência de movimentos contrários ao uso do DRM, sendo chamado de "*Digital Restrictions Management*", já que afeta negativamente os *softwares* livres, além de propiciar as dificuldades ao consumidor¹².

¹² É possível citar como exemplo o Dia Internacional contra o DRM, no dia 05 de maio de cada ano, criado pela Free Software Foundation.

Há estudos que propõem novos modelos, bem como novas aplicações de usos do DRM, tais como: Fournier e Moore (2006); Greveler (2006); Petkovic e Koster (2006); Sha (2006); Zhu, Yang e Chen (2006); Arnab e Hutchison (2007); Arnab et al. (2007); Fragopoulos et al. (2007); Yang, Fan e Lai (2009); Chang, Yang e Wang (2010); Chen (2010); Muller e Katzenbeisser (2010); ODRL International Advisory Board (2011); Ou e Ou (2011), dentre outros. Martin et al. (2002) acreditam que o DRM deve enfatizar o uso justo, protegendo a propriedade intelectual e permitindo subscrições múltiplas, ou seja, múltiplos acessos com base em pagamento ou não de taxas, sem comprometer a privacidade do usuário. Já Almeida (2012, p. 297), em seus estudos, é mais drástico e conclui que

as editoras não deveriam estar adotando a tecnologia do livro digital, pois o delineamento [...] e o exercício do *copyright* serão muito custosos. [...] as empresas que patrocinam a difusão do livro digital não precisam contar com esta proteção para capturar renda econômica dos seus serviços e produtos ofertados através desta tecnologia.

A opção encontrada pelos editores, que acaba sendo uma alternativa às livrarias tradicionais, é a parceria com plataformas de distribuição de conteúdo eletrônico, as *e-bookstores*. Como exemplo no Brasil de *e-bookstores* pode-se citar: Cultura, Saraiva, Gato Sabido, Xeriph, Perse, Bookess, Simplíssimo, entre outras. É possível verificar na pesquisa realizada pela ANL (Associação Nacional de Livrarias) que "27% das livrarias [registradas pela associação] comercializam conteúdo digital (*e-books/audio books*/músicas e filmes para baixar). Entre aqueles que não comercializam conteúdo digital, 54% pretendem comercializar e destes, 33% pretendem iniciar até 2013" (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS, 2012, p. 49), dados que indicam o crescimento no desenvolvimento de *e-bookstores*, como atitude frente à emergência do livro eletrônico. Entretanto, Procópio, em sua obra *O livro na era digital*, comenta sobre *e-bookstores* e a facilidade com que elas acessam e manipulam os conteúdos das bibliotecas pessoais de cada usuário, chegando inclusive a eliminar uma obra legalmente adquirida por diversos leitores¹³, o que denota para o autor "que ainda não existe um modelo seguro estabelecido para a venda de livros em meio eletrônico" (PROCÓPIO, 2010).

¹³ O autor refere-se ao caso da Amazon que excluiu dos aparelhos Kindle a obra "1984", que segundo a empresa foi inserida do *site* para venda por um editor não autorizado, ressarcindo os leitores que haviam efetuado a compra.

2.4 DEFASAGEM DE CONTEÚDO

Os livros em formato eletrônico possuem grande potencial para evoluir muito além do que se espera e se discute até então. Os conteúdos elaborados para livros são ainda rígidos (mesmo considerando formatos eletrônicos), estáticos e não evoluem ao mesmo tempo em que assuntos diversos renovam-se conforme novos estudos e descobertas são realizados.

Considerando o modelo impresso, torna-se aceitável a existência da defasagem de conteúdo devido a uma nova descoberta por cientistas, ao lançamento de um novo dispositivo tecnológico, atualizações e novos *softwares*, à atualização de uma lei, à descoberta de novos tratamentos na área de saúde, novos avanços da ciência, em fim, inúmeras atualizações e avanços do conhecimento. Já, considerando o modelo eletrônico e sua potencialidade em tornar-se atualizável de forma facilitada pelos avanços tecnológicos, torna-se inaceitável que esta situação perdure.

Procurando apresentar uma ferramenta para tratamento de conteúdos, a princípio ainda como tratamento visual, a Apple desenvolveu um *software* chamado iBooks Author (APPLE INC, 2012b), desenvolvido especialmente para usuários do computador da Apple, o Mac, para facilitar o processo de criação de obras (chamados *Multi-Touch books* (APPLE INC, 2012c)) por meio de uso de *layouts* pré-definidos pela empresa ou mesmo para novas criações. Esse *software* permite a criação de obras com conteúdos avançados como vídeos e áudio, sem a necessidade de qualquer conhecimento de linguagem de programação ou marcação, necessário para o desenvolvimento tradicional¹⁴ do ePub.

Após o lançamento dessa ferramenta pela Apple, a empresa também lançou uma atualização do seu aplicativo de leitura de livros eletrônicos no final de 2012, o iBooks 3, o qual oferece a possibilidade de atualização de conteúdos de livros já publicados, como correções de texto e até mesmo a inclusão de novos capítulos dentro de uma obra (APPLE INC, 2012b). O editor ou autor que publicou a obra faz novo envio da versão corrigida e o aplicativo envia uma mensagem para os clientes que possuem o livro, para que possam efetuar o *download* da nova obra. Contudo,

¹⁴ É possível encontrar ferramentas que proporcionam o desenvolvimento e a conversão de arquivos para o formato ePub, bem como proporcionam trabalhar na interface visual do arquivo. No entanto, há a possibilidade do desenvolvimento do ePub sem o uso de qualquer ferramenta, com o uso das linguagens contidas na especificação do IDPF (HTML e CSS).

apenas usuários de aparelhos da própria Apple podem contar com esse tipo de serviço, o que torna o momento propício para o desenvolvimento de sistemas gerenciadores de livros eletrônicos para outros sistemas também (Android e Windows).

Como uma possível opção, para sistemas operacionais diferentes do iOS da Apple, verifica-se a possibilidade de utilizar sistemas de gestão de conteúdos já existentes para o ambiente *web*, os chamados CMS (*Content Management Systems*), para possibilitar a gestão não somente dos livros eletrônicos em si, mas de seus conteúdos, a fim de proporcionar possíveis atualizações de conteúdos e disponibilizá-los aos demais usuários de sistemas distintos do iOS.

2.4.1 Sistemas para gestão de conteúdo¹⁵

O gerenciamento de conteúdos é muito usual no ambiente *web*, por meio da gestão de publicações em *sites* da *internet* ou *intranet*. Segundo Maculan et al. (2011, p. 276), esses sistemas "permitem uma grande facilidade de interação entre produtores e usuários de informação, pois sua vantagem é permitir alterações de conteúdo, com agilidade e de forma segura, a partir de qualquer computador conectado à *internet*."

A otimização de processos e o controle de acesso aos conteúdos são quesitos necessários ao trabalho com conteúdos dinâmicos, que sofrem alterações contantes, como *web sites*. Ainda conforme Maculan et al. (2011, p. 276), os CMS "otimizam os processos de criação, personalização, catalogação, indexação, controle de acesso, de segurança e de disponibilização de conteúdos na *web*".

Esses sistemas são também chamados de WCMS (*Web Content Management System*), que, segundo Roebuck (2011, sinopse) é um *software* que providencia autoria, edição colaborativa e ferramentas para administração desenvolvidas para que pessoas com o mínimo de conhecimento em linguagens de programação e marcação possam criar e gerenciar conteúdos de *sites web* com relativa facilidade.

¹⁵ Os sistemas para Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) poderiam também ser cogitados, entretanto, sua finalidade é a de organizar, classificar e proporcionar a busca de documentos, sejam físicos ou eletrônicos, e não permitir a edição de conteúdos deles. Por isso, esse tipo de sistema não foi verificado.

Diversas soluções CMS são encontradas na *web*, voltadas para a gestão de conteúdos de *websites*, de forma que os arquivos usados para esse tipo de atividade em geral são páginas HTML, XHTML e XML. Algumas soluções encontradas são as seguintes: IBM Web Content Manager, Autonomy IDOL (HP), Adobe® CQ Web Content Management, KWizCom Web Content Management, Ektron Web Content Management System, liveSTORYBOARD CMS; as quais são todas ferramentas estrangeiras, e as seguintes, 2D Tecnologia, Portal Server Lumis, SondaIT, NWMídia, como exemplo de algumas soluções brasileiras.

Todas essas ferramentas apresentam soluções para gestão, edição, atualização de conteúdos, entretanto, focadas no ambiente *web*, para *sites* comerciais, *blogs*, dentre outros. Contudo, verifica-se a possibilidade de adaptação desses sistemas ao formato de livros até então desenvolvido, o ePub, visto que este formato tem em sua essência arquivos XHTML, agora, HTML5. Isso pode ser realizado seguindo as regras de organização de pastas e arquivos conforme especificação do IDPF, descrito no item 2.2.1 e, com o auxílio de uma ferramenta gratuita chamada ePubPack, é possível gerar o ePub desses arquivos, sem a necessidade de edição após a conversão. Este *software* visa "empacotar" os arquivos, mas sem comprimir o arquivo mimetype, que deve ser apenas inserido no arquivo final (especificações do IDPF).

Torna-se possível, então, gerenciar os arquivos internos ao ePub com o uso de sistemas de gestão de conteúdo para gerenciar cada arquivo HTML ou HTML5 existente e assim gerar novos ePub para substituição de versões defasadas.

Como alternativa a esse tipo de sistema (CMS), que geralmente são sistemas pagos, há a possibilidade do uso do Subversion, *software* livre, de código aberto, o qual proporciona um sistema de controle de versões gerenciando arquivos e diretórios, bem como as mudanças efetuadas a eles ao longo do tempo. Há a possibilidade de recuperação de versões antigas, bem como examinar o histórico de modificações realizadas. O sistema permite que ele seja usado por pessoas em diferentes computadores, ao mesmo tempo (COLLINS-SUSSMAN; FITZPATRICK; PILATO, 2011).

Um empecilho para o uso desses sistemas, para a gestão de conteúdos de livros em formato ePub refere-se ao próprio formato do livro eletrônico. O ePub não permite a edição de seus arquivos internos sem que se realize a extração dos

arquivos XHTML ou HTML. O que obriga a necessidade de nova conversão para o formato, a cada modificação realizada. Trata-se de um processo a ser seguido e assim é totalmente possível o uso de sistemas para versionamento: extrai-se o conteúdo do ePub, utiliza-se o sistema escolhido para edição, versionamento e atualização, comprime-se novamente, conforme diretrizes do IDPF e publica-se o novo arquivo com todas as informações de versão necessárias.

Contudo, para que essa atitude se aplique completamente, é necessário que as *e-bookstores* possibilitem o envio e a substituição dos arquivos em suas plataformas pelas versões atualizadas, conforme a iBookstore vem fazendo. A plataforma da Apple, além de possibilitar a substituição dos arquivos, oferece informações sobre sua versão, informando se esta é a primeira ou se consta como uma versão atualizada, apresentando informações sobre o que foi modificado no arquivo.

2.4.2 Processo de publicação e edição de livros

O processo editorial para a publicação de um livro impresso é praticamente padrão nas editoras, sendo dividido em etapas e processos para edição do texto dos originais do autor, o qual será avaliado pela editora, tendo o seu conteúdo verificado em consonância com a linha editorial. A existência de um conselho editorial e/ou de pareceristas (internos ou ad hoc) é muito comum nas editoras que já possuem um catálogo numeroso de obras. Esses profissionais avaliam o conteúdo do livro, procurando cuidar de sua acuracidade e veracidade, de forma a lançar no mercado livros com conteúdos verídicos e de qualidade. Tenan et al. (2008, p. 7) apresentam o processo editorial para a produção de livros tradicionais como "preparação do original, revisão, apreciação de um parecerista, contato com o autor, com o departamento de arte, acerto dos direitos autorais, diagramação, entre outras etapas, até o envio do arquivo final para a gráfica". Em todo este processo, "o editor tradicional desempenha a sua participação exercendo certo controle sobre essa produção".

Após a aprovação da obra na primeira etapa, o original passa pela edição de textos, podendo ser composta por várias etapas: preparação de originais, copidesque, revisão textual, normalização. Em geral, conforme Almeida (2012, p. 292) o processo editorial "é baseado em um conjunto de arquivos digitais, que são

transformados em um arquivo único" para a produção, também conhecida como preparação de originais, "através de sistemas de gestão específicos para o trabalho dos Publisher" e de editores de texto voltados ao "processo de edição, prova de texto, indexação e *design*".

Um *software* editor de texto é utilizado no início no processo e um *software* sofisticado de *desktop publishing* é utilizado na fase final de produção dos originais. A próxima etapa refere-se à produção visual e gráfica, na qual realiza-se então a diagramação em projeto gráfico desenvolvido previamente pela equipe de arte, bem como cuidados com iconografia¹⁶. Teixeira (2011, p. 8) comenta sobre o processo de edição de obras didáticas, conforme a seguir:

No processo de produção do livro, numa primeira etapa, os editores definem, juntamente com o autor, o chamado projeto editorial, que deverá servir como espelho ou guia ao projeto autoral. [...] Concomitantemente a essas etapas, os agentes envolvidos no *design* do livro elaboram o chamado projeto gráfico [...].

Terminado o processo de preparação textual e visual, iniciam-se as etapas de revisões de provas sobre a obra já diagramada, em busca de falhas textuais (ortografia e gramática, harmonia textual) e aplicação de correções até que se considere que o livro está finalmente acabado. Ao mesmo tempo em que ocorre esse processo é também desenvolvida a capa e contracapa, textos complementares ao livro, como de contracapa, para lançamento em mídias, bem como se realiza o registro da obra em órgão competente, geralmente na Biblioteca Nacional, a qual confere um número de ISBN para cada edição de livro publicada.

Para Tenan et al. (2008), a produção de conteúdos dinâmicos em uma rede colaborativa exige ferramentas que possibilitem a fácil edição do conteúdo de forma a evitar erros e a defasagem de conteúdos, fato este observado nos livros impressos e que procura ser suprido por alguns editores com o fornecimento de atualizações.

A defasagem de conteúdo em livros sempre foi um desafio para as editoras e para os autores, que lançam novas edições para manter sua obra atualizada. Para o cliente/leitor, o lançamento de uma nova edição de determinado livro significa maior investimento, visto que, se for extremamente necessário, terá que efetuar nova aquisição, ficando a edição anterior obsoleta.

¹⁶ Muitas vezes na iconografia verifica-se, além das imagens e ilustrações, as aquisições de licenças e direitos para publicação de determinados trechos de poemas, músicas e outros itens que necessitem autorização e até pagamento de *royalties* devido aos direitos autorais.

Para os editores, a atualização de livro significa nova produção, novo processo editorial, visto que cada texto inserido ou modificado pode alterar a estrutura inteira de uma obra já editada. Procurando adiar o lançamento de novas edições de livros, algumas editoras procuram suprir a necessidade de atualização de conteúdo oferecendo arquivos complementares para *download*. O Quadro 6 apresenta uma pequena lista de editoras¹⁷ que oferecem o serviço de atualização de conteúdos de seus livros impressos publicados.

Editora	Fornecimento de atualização
Editora Atlas	Download de arquivos
Editora Ferreira	Download de arquivos
Editora Impetus	Download de arquivos
Editora Jus Podivm	Download de arquivos
Editora Medalheiros	Download de arquivos
Editora Método	Download de arquivos
Editora Riddel	Download de arquivos
Editora Roma Victor	Download de arquivos
Editora Portal Tributário	Envio por email
Editora Foco	Mediante cadastro
Editora Saraiva	Mediante cadastro
Revista dos Tribunais	Mediante cadastro

Quadro 7 - Editoras que fornecem atualização de conteúdo para obras impressas

Fonte: A autora, por meio de pesquisa no buscador Google.

Verifica-se no *site* dessas editoras que a maioria disponibiliza arquivos para *download* via *site* dos trechos atualizados em cada obra e que apenas uma editora envia as atualizações via e-mail para seus clientes; três delas permitem acesso somente a leitores cadastrados.

Quando esses arquivos tornam-se excessivos devido ao número de modificações e atualizações, os editores lançam então novas edições, algumas intituladas como: edição revista, edição atualizada e/ou edição ampliada. O leitor que já adquiriu uma edição anterior acaba sendo lesado, visto que não tem direito a uma nova edição, tendo que adquiri-la novamente de forma integral descartando o livro anterior, para não correr o risco de manter informações equivocadas.

¹⁷ Esta lista foi obtida após pesquisa no buscador Google e acesso a *sites* de diversas editoras do Brasil, conferindo em cada uma a existência desse tipo de prestação de serviço. Foi possível encontrar apenas as editoras listadas oferecendo algum tipo de atualização que não seja o lançamento de uma nova edição completa de suas obras. A pesquisa foi feita por meio das palavras chave "atualização" e "editora".

Livros técnicos, científicos e profissionais, assim como livros didáticos, no seu formato impresso, sofrem constantemente com a defasagem de conteúdos¹⁸. A cada nova emenda de lei publicada, a cada nova portaria ou lei complementar, os códigos e livros jurídicos que tratam dos artigos e incisos que acabam revogados tornam-se imediatamente defasados, ficando o leitor que os adquiriu com conteúdo ultrapassado. Da mesma forma, novos *softwares*, novos sistemas operacionais lançados, ou uma atualização em uma linguagem de marcação ou de programação, podem tornar defasados os livros há pouco tempo lançados no mercado.

Além do cliente/leitor, outro afetado pelos livros defasados é o setor livreiro tradicional que trabalha com a sua estocagem para a posterior venda. Além, também, das bibliotecas, que acabam acumulando diversas edições do mesmo livro em suas estantes. É possível confirmar casos de aquisição de livros defasados na *internet* com uma rápida pesquisa sobre o assunto, encontrando-se inclusive reclamações de consumidores que adquiriram uma obra de última edição¹⁹ (no caso do ano de 2012) no qual consta conteúdo equivocado. No caso, em se tratando de um livro no formato eletrônico, essa imprecisão poderia facilmente ser corrigida e o erro reparado pela editora.

Há editoras que proporcionam atualização de conteúdos em seus *sites* por meio do *download* de arquivos, conforme o Quadro 6, complementares às obras publicadas como erratas e/ou atualizações de conteúdos; outras proporcionam o desenvolvimento de *sites* específicos para os livros com o objetivo de complementar os conteúdos publicados; mas há editoras que não apresentam atualização de conteúdos, a não ser por meio do lançamento de novas edições de suas obras. No caso de editoras que fornecem atualizações em seus *sites*, o cliente/leitor tem que estar atento e visitar o *site* da editora ou do livro frequentemente em busca de possíveis atualizações de conteúdos, pois não há a prática de avisar o cliente sobre determinada atualização.

Com a adesão ao livro eletrônico, tanto pelas editoras quanto pelos leitores, esse quadro pode ser modificado, de forma que os conteúdos podem ser atualizados diretamente nos arquivos XHTML ou HTML5 dos livros, sem a

¹⁸ Como já dizia Zaid (2003, p. 17) "Quase todos os livros se tornam obsoletos no momento em que são escritos, se não antes".

¹⁹ Apenas a título de ilustração: no *site* Reclame Aqui consta o desabafo de uma cliente que adquiriu um livro para concursos públicos em agosto de 2012, o qual continha diversas leis revogadas ou modificadas (<<http://www.reclameaqui.com.br/3362550/editora-juspodivm/livros-desatualizados/>>).

necessidade de uso de documentos complementares para suprir essa atividade, gerando assim novas versões do livro.

O processo para atualização (bem como para a primeira edição) de um livro eletrônico é o mesmo do livro impresso, contudo, a parte relativa ao tratamento visual pode ser desenvolvida diretamente nos formatos de arquivos HTML e XHTML sem a necessidade de se passar pelo uso de *software* gráfico, como o InDesign. Contudo, se o editor sente-se confortável com o uso desse *software*, pode então gerar os arquivos ePub e posteriormente descompactá-los, criando, a partir disso, a organização necessária para prover as atualizações dos arquivos gerados com o uso do ePubPack, já citado no item anterior. Dessa forma, os sistemas CMS podem ser muito úteis como ferramenta para controle de edições, atualizações, acesso, segurança, controlando as versões dos arquivos por meio de metadados, os quais possibilitam, a cada nova versão do arquivo, inserir informações extras informando a qual versão se refere, bem como que tipo de modificações foram realizadas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia usada para o desenvolvimento da pesquisa com editores brasileiros, com o intuito de investigar se estão publicando livros no formato eletrônico e de que forma isso vem sendo realizado. O escopo ao qual a pesquisa se refere trata-se dos livros eletrônicos e dos *e-books*, independentemente da forma usada para sua conversão: se convertido do modelo impresso, ou se sua origem foi inicialmente no formato eletrônico/digital.

Neste trabalho de pesquisa optou-se por adotar o termo **livro eletrônico**, devido à denominação usada mundialmente (*e-book*) e também pelo fato de o livro ser eletrônico a partir do momento em que ele é processado pelo dispositivo de leitura. Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), um **documento digital** trata-se de “Documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional.” Já um **documento eletrônico** seria “Gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos”, evidenciando o termo adotado como o mais adequado.

A pesquisa teórica, exploratória, foi realizada com base na escassa literatura sobre o mercado editorial de livros eletrônicos. Seu objetivo foi esclarecer a importante mudança que os *e-books* vêm causando ao tradicional setor editorial. Um estudo foi realizado para compreender essa evolução, culminando na apresentação da estrutura do formato ePub, bem como na sugestão de uso de sistemas CMS para gerenciamento desses arquivos. Ainda na parte teórica, além da pesquisa direta com os editores, face ao fato da existência da defasagem de conteúdos de livros impressos, realizou-se uma pesquisa na *internet* em busca de editoras que ofereçam atualização de seus livros impressos, bem como para verificar de que forma isso ocorre, resultando em apenas 12 editoras que oferecem esse serviço. Essa pesquisa resultou no Quadro 6, apresentado no item 2.3.2.

Após esta verificação, em busca de uma proposta para inovação no contexto das publicações eletrônicas e ao observar a defasagem de conteúdo de livros impressos, como também a predisposição para atualização de conteúdos dos livros em formato eletrônico, uma pesquisa a respeito de sistemas para gestão de conteúdos eletrônicos foi realizada, procurando propor, aos editores, o uso de

sistemas de gestão de conteúdo, os CMS como uma forma de prestação de serviços por parte dos editores. Foi realizado um estudo teórico a respeito do cenário de livros eletrônicos apresentados no item “Literatura pertinente”, bem como um levantamento, por meio do buscador Google, de editoras que fornecem atualização de conteúdo para seus livros impressos.

Investigando o mercado editorial brasileiro, realizou-se uma pesquisa empírica com os editores da lista de expositores da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2011. O método de coleta de dados utilizado foi uma Pesquisa de Levantamento, *Survey*, usado para observar as características dos editores presentes na Bienal, reconhecendo quais deles atuam no mercado de livros eletrônicos, quais formatos estão adotando e sua atitude frente à atualização de conteúdo. A técnica de pesquisa usada foi a aplicação de questionários enviados via *e-mail* ou formulário no *site* de cada editor; ou ainda por meio de contato telefônico realizando, então, uma entrevista para preenchimento dos dados.

O questionário, que pode ser encontrado no Apêndice 1, foi inicialmente desenvolvido na plataforma Google Docs para auxiliar na formatação, mas devido à proliferação de vírus e falsos e-mails com *links* maliciosos, decidiu-se contatar os editores por e-mail inserindo o texto do questionário diretamente no corpo da mensagem, sem inserir *link* para acesso ao Google Docs. Após o recebimento das respostas, a pesquisadora inseriu cada resposta no Google Docs, para auxiliar na geração da planilha base para tabulação dos dados e posterior geração de gráficos por meio do Microsoft Excel. Cada gráfico gerado e apresentado a seguir foi obtido com o uso de tabelas dinâmicas, as quais permitem uma fácil organização e apresentação dos dados coletados.

O questionário desenvolvido contou com 16 perguntas as quais abrangeram questões sobre a linha editorial, se a editora publica ou não livros eletrônicos, bem como a quantidade de livros publicados mensalmente. Para compreensão do cenário de publicações eletrônicas, questionou-se sobre quais formatos de livros são publicados, se sua conversão é interna ou terceirizada e se a editora se utiliza de ferramentas para conversão de conteúdo. Isso auxilia na compreensão a respeito do conhecimento dos editores quanto ao processo de desenvolvimento do livro eletrônico. Questionou-se a respeito do *design* do livro eletrônico, se atende às expectativas dos editores, se estes optam ou não pelo uso dos sistemas de DRM e

de que forma realizam a distribuição dos livros, questões estas relativas ao desenvolvimento que os formatos e atitudes referentes à lei de direitos autorais vem enfrentando. Por fim, questionou-se a respeito da atualização de conteúdos, sua distribuição aos clientes e investigou-se o entendimento dos editores a respeito do HTML5.

O universo da pesquisa foi definido como a Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2011, devido à dificuldade em se conseguir dados concretos sobre os editores existentes no estado do Paraná, primeira opção de delimitação, bem como à dificuldade em se obter dados dos editores constantes no Brasil como um todo, mesmo após contatos com órgãos específicos do setor, como a Biblioteca Nacional e a CBL.

A seguir, apresenta-se um breve resumo sobre a definição do universo da pesquisa:

1º Junta Comercial do Paraná - Jucepar – Foi realizada a aquisição de 1600 registros de empresas cuja descrição no cadastro da Jucepar, constava como Editor de livros. No entanto, as empresas listadas eram, em sua grande maioria, empresas do ramo de informática e de prestação de serviços de tecnologia. Editores conhecidos existentes no Estado não faziam parte da lista, motivo pelo qual a base foi então descartada.

2º Contato com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Foi enviado um *e-mail* para IBGE na tentativa de encontrar registros de editoras classificadas em pequenas, médias e grandes. No entanto, este instituto indicou procurar a Fipe ou a CBL para conseguir determinadas informações.

3º Contato com Fipe – Foi feito contato com a Fipe, que solicitou contatar a CBL para conseguir determinadas informações.

4º Contato com CBL – Não houve retorno, no entanto, sabe-se que a CBL não possui registro de todos os editores, e sim, somente daqueles que elaboram a ficha catalográfica com ela, o que não é interessante para a pesquisa.

5º Contato com Biblioteca Nacional – Foi realizado, então, contato com a Biblioteca Nacional e com o setor responsável pelo registro de ISBN. No

entanto, a resposta obtida foi de que a base de dados não é fornecida a terceiros e que é para uso interno.

6º Levantamento manual – Procurou-se então realizar um levantamento manual no *site* da Biblioteca Nacional, no catálogo de editores. Entretanto, este catálogo lista os editores de forma duplicada e muitos de forma triplicada, sendo desgastante a tentativa de filtragem dos dados, o que estava tornando o desenvolver da pesquisa impraticável. Dessa forma, esse levantamento foi também descartado.

7º Bienal do Rio de Janeiro de 2011 – A Bienal do Livro do Rio de Janeiro é tradicional e recebe editores de diversas localidades, que tem, dentre outros interesses, o objetivo de acompanhar a evolução do mercado editorial e apresentar seus produtos. Em setembro de 2011 foi realizada a XIV Bienal do Livro do Rio de Janeiro, na qual houve a presença do assunto livro eletrônico nas palestras do evento (G1, 2011b; MENEGHINI, 2011a, b; PORTO, 2011). Considerando-se que os editores interessados no assunto estariam lá presentes, decidiu-se então considerar essa listagem como universo da pesquisa.

Dentre outras Bienais que ocorreram na sequência, no ano de 2012, a Bienal do Rio de Janeiro de 2011 foi a que apresentou o maior número de expositores, 499, enquanto a Bienal de Minas Gerais de 2012 apresentou 171 expositores; a Bienal de Brasília de 2012, 115 expositores; a Bienal do Amazonas de 2012, 52 expositores e a Bienal de São Paulo de 2012, 82 expositores.

Além de contar com o maior o número de expositores, dentre as Bienais citadas verificou-se também a presença do tema Livros Digitais/Eletrônicos nos eventos, de forma a procurar por um público que estivesse interessado nessa temática. Dentre as bienais citadas, apenas a do Rio de Janeiro e a de São Paulo apresentaram palestras e apresentações referentes à temática livros eletrônicos²⁰.

Após definido o universo da pesquisa, o *site* da Bienal Rio²¹ foi acessado e a lista de expositores foi então repassada para uma planilha, a qual foi então

²⁰ O *site* de cada Bienal citada foi acessado e as palestras e apresentações foram todas verificadas, observando a temática abordada e constatando a ausência do tema livro eletrônico nas Bienais de Minas Gerais, Brasília e Amazonas.

²¹ Pode ser acessado em: <<http://www.bienaldolivro.com.br/>>.

preenchida com os dados de contatos de cada um dos expositores listados. Para conseguir esses dados foi preciso acessar o *site* de cada editor listado, muitas vezes sendo necessário efetuar buscas em *sites* da *web* para descobrir algum endereço de *e-mail* (primeira forma de tentativa de contato), bem como para conseguir dados de telefone (segunda forma de tentativa de contato).

A lista de expositores da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2011 representou então o universo desta pesquisa, sendo composta de 499 expositores, no total dos quais foi possível observar que muitos não eram editores brasileiros, bem como existiam autores independentes e instituições, como associações e sindicatos, além de editoras que não possuem *site* ou informações na *internet* que possibilitassem qualquer tipo de contato. Dessa forma, foi necessário efetuar uma filtragem na lista para que restassem apenas editores brasileiros aptos a serem contatados, obtendo-se então um número válido de 292 editores brasileiros, sendo 207 nomes excluídos pela filtragem, conforme o Gráfico 3.



Gráfico 3 - Expositores excluídos e sua classificação
Fonte: A autora.

Para a definição da amostra, optou-se pela amostragem não probabilística por conveniência, utilizando-se dessa forma o número de editores válidos para o cálculo, devido ao fato de instituições como sindicatos e editores estrangeiros não estarem de acordo com o perfil adotado para a pesquisa. Considerando um erro de

5% na definição desta amostra, obteve-se uma amostra de 169 editores a serem contatados. Contudo, considerando que muitos não retornariam ao contato e objetivando conseguir o máximo de retorno possível, foi realizado contato com todos os editores válidos, por *e-mail*, com o envio de questionários e a realização de entrevistas.

Total	Erro 5%	Excluídos	Válidos	Amostra	Contatados	Responderam		Não responderam	
499	400	207	292	169	292	98	34%	194	66%

Tabela 2 - Amostra e porcentagem de participantes

Na tabela 2 é possível verificar o número da amostra, a quantidade de contatos realizados, bem como o número e a porcentagem de respondentes. Foram efetuadas até três tentativas de contato por *e-mail* com cada editor para obtenção de respostas, mas, como esperado, muitos não retornavam respostas à pesquisa, sendo então necessário efetuar contatos telefônicos para obter as respostas por meio de entrevista, as quais foram realizadas pela parte da manhã, durante os meses de maio e junho de 2012, sendo efetuadas até três ligações por editor como tentativa de obter as respostas necessárias. Até meados de janeiro de 2013 ainda foram efetuadas novas tentativas de contato via *e-mail* com os editores, o que auxiliou na obtenção desses resultados.

Ao todo, foi atingido o índice de 34% de retorno dentre os 292 editores contatados, obtendo-se, dessa forma, 98 retornos, sendo destes 5 recusas formais em participar da pesquisa, restando 93 respondentes. Após o recebimento das respostas dos questionários, os dados foram todos cadastrados em uma planilha, no Excel, e tabelas dinâmicas foram geradas para uma melhor obtenção dos somatórios de cada resultado, evitando erros na tabulação. Dessa forma, os dados foram tabelados e os gráficos puderam ser gerados no mesmo *software*.

O capítulo a seguir apresenta gráfico a gráfico os dados obtidos, explicando o motivo de se realizar determinada questão, seguido do respectivo gráfico gerado e de um resumo dos resultados observados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a participação dos editores da maior Bienal do Livro do Brasil, foi possível traçar um perfil dos editores nacionais em relação ao panorama da publicação de livros eletrônicos, além de ser possível verificar a incidência de atualização de conteúdos e a atitude dos editores frente a este processo editorial para com os seus clientes/leitores.

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa, ilustrando as respostas aos questionários e as entrevistas por meio de gráficos, os quais contêm comentários, em sua sequência, visando uma maior esclarecimento a respeito de determinada questão aplicada.

O primeiro questionamento refere-se à linha editorial, visto que, dependendo da linha, o assunto “atualização de conteúdo” pode não ser interessante ao editor, como pode ser o caso da linha de obras literárias. Entretanto, obras de cunho técnico, científico e profissionais, bem como didáticos, são grandes candidatos a se interessarem por atualização de conteúdos devido à natureza de suas obras.

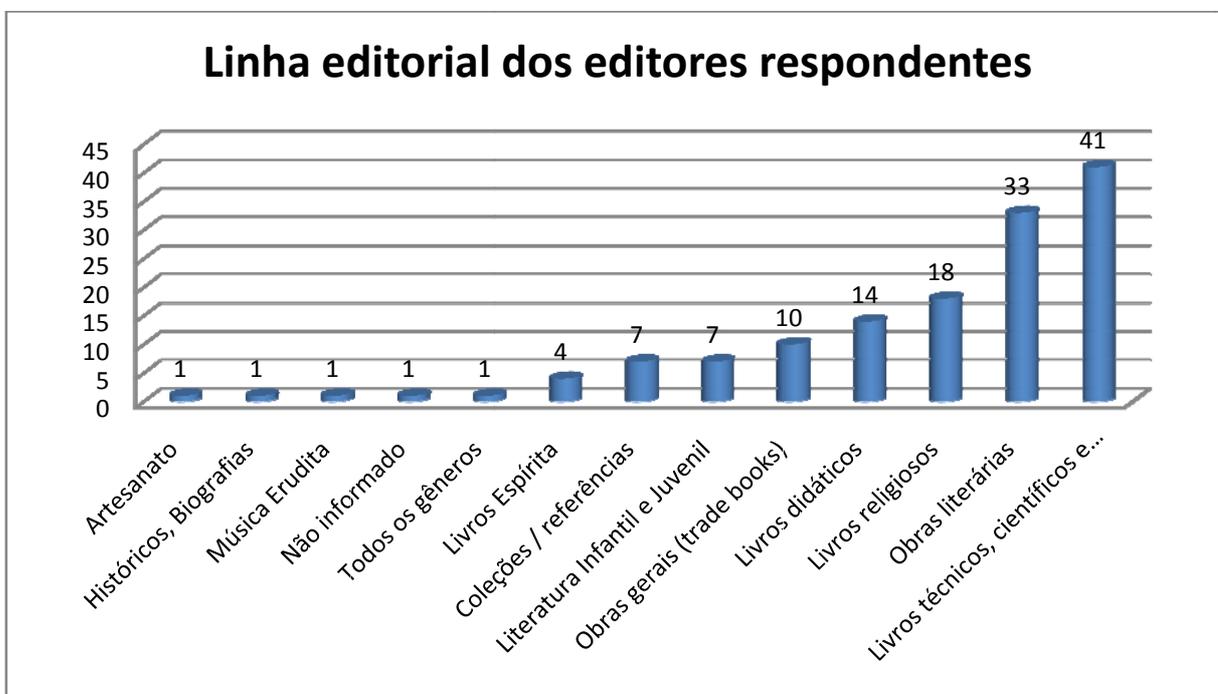


Gráfico 4 - Linha editorial dos respondentes

É possível perceber que dentre os 93 editores respondentes, 63% deles está em linhas editoriais que possivelmente se interessariam pelo assunto “atualização

de livros”, sendo que 41 editores (47%) encontram-se na linha de Livros técnicos, científicos e profissionais e 14 editores (16%) em Livros didáticos. Verifica-se também uma grande quantidade de editores na linha editorial Obras literárias (33 editores, o que equivale a 38%), linha esta que dificilmente se interessaria por atualização de conteúdos de livros, bem como uma grande participação na pesquisa de editoras da linha de Livros religiosos (18 editores, 21%).

A próxima questão dividiu o questionário entre os que publicam e os que não publicam livros eletrônicos. Os editores que responderam não publicar foram direcionados para a última questão, de forma a informar se há pretensão de publicar no formato e qual a previsão para isso acontecer.

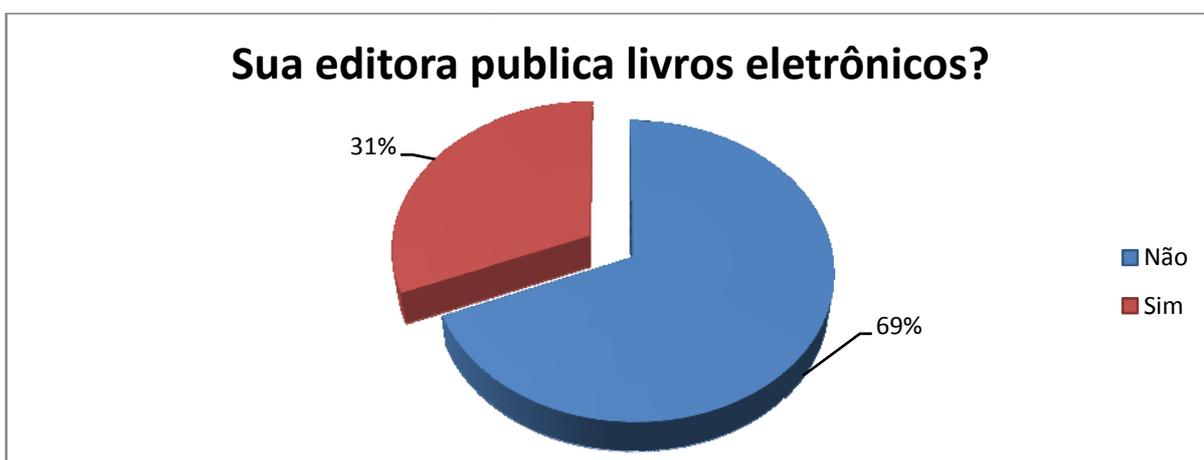


Gráfico 5 - Sua editora publica livros eletrônicos?

Do total de editores participantes da pesquisa, verifica-se que 69% (64 nomes) ainda não publicam livros no formato eletrônico. Estes foram então direcionados para a última pergunta do questionário, a respeito da previsão para iniciarem a publicação nesse formato.

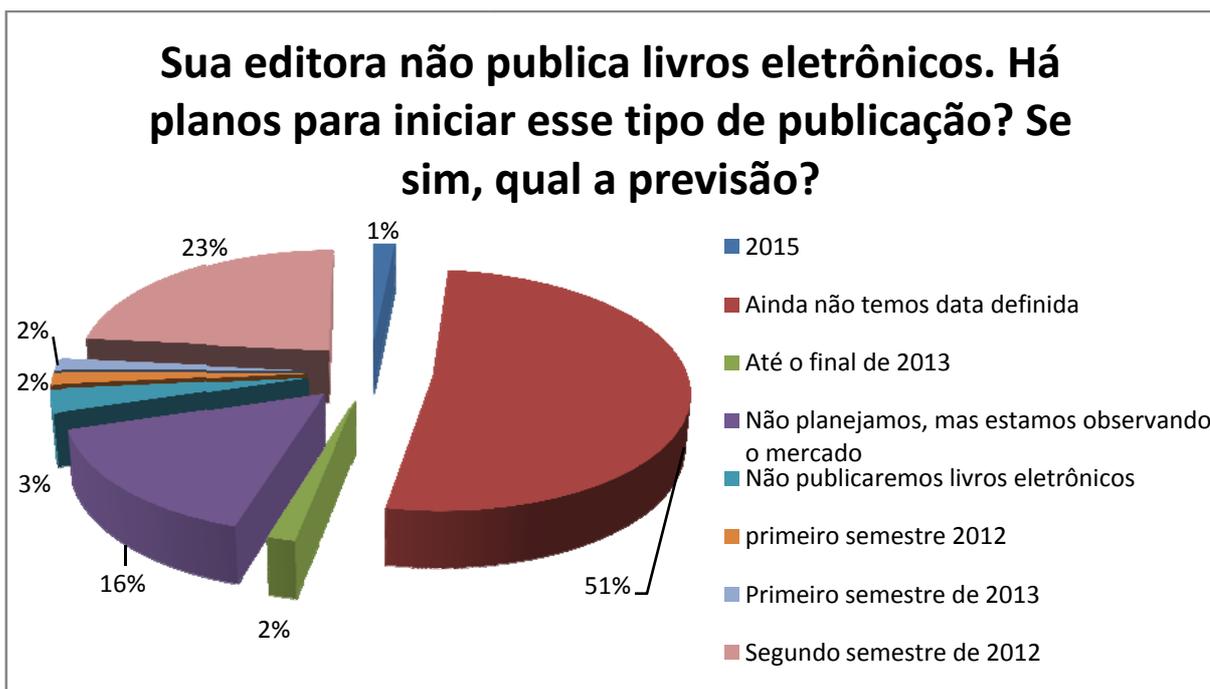


Gráfico 6 - Há planos para iniciar a publicação eletrônica?

Verifica-se, no Gráfico 6, que dentre os 64 editores que não publicam no formato eletrônico, 51% (33 nomes) pretende publicar, mas ainda não tem data definida; 25% (16 nomes) pretendia publicar ainda em 2012; 16% (10 nomes) não planeja ainda, mas conforme o percurso do mercado, manifestam que sua opinião pode se modificar, e 3% (2 nomes) mostram-se certos de que não pretendem publicar neste formato. O restante (5%) indica que entre 2013 e 2015 deve iniciar suas publicações eletrônicas.

Verificou-se, então, dentre os editores que publicam no formato eletrônico, a linha editorial predominante, conforme o Gráfico 7, visto que para opinar a respeito da necessidade de atualização de conteúdo é importante que os editores fossem, em grande parte, de áreas que sintam essa necessidade.

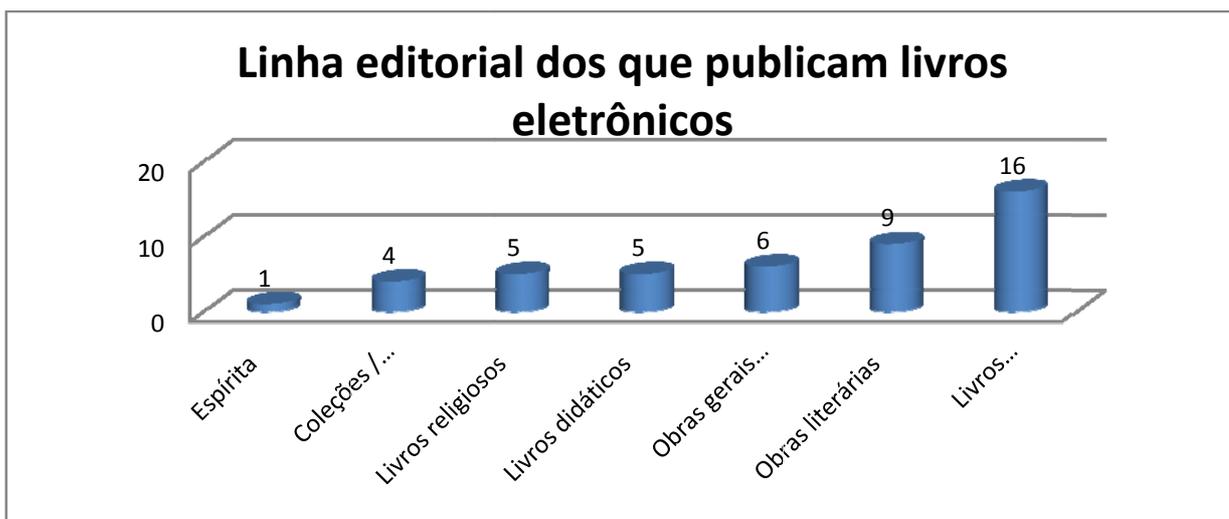


Gráfico 7 - Linha editorial das editoras que publicam livros eletrônicos

Com este filtro, foi possível identificar, dentre os 29 editores que publicam livros eletrônicos, que 72% (21 nomes) está dentro o perfil considerado interessado em atualização de conteúdo, ou seja, que produzem livros técnicos, científicos e profissionais, com 55% (16 nomes), e didáticos, com 17% (5 nomes).

Para observar a adesão dos editores ao formato eletrônico, questionou-se então a média de publicação mensal neste formato que vem sendo realizada, apresentada no Gráfico 8.



Gráfico 8 - Média mensal de publicações eletrônicas

As respostas obtidas denotam um mercado ainda tímido no setor, visto que 86% dos editores publicam menos de 10 livros eletrônicos por mês. Apenas um editor respondeu que publica entre 30 e 60 *e-books* por mês, destacando-se dentre os pesquisados.

Com vistas a identificar o formato de arquivo adotado no mercado, questionou-se aos editores quais formatos eles publicam. As alternativas ofereciam opções, entretanto, havia também um campo em aberto para possíveis formatos não contemplados nas alternativas, como foi o caso da opção "site".

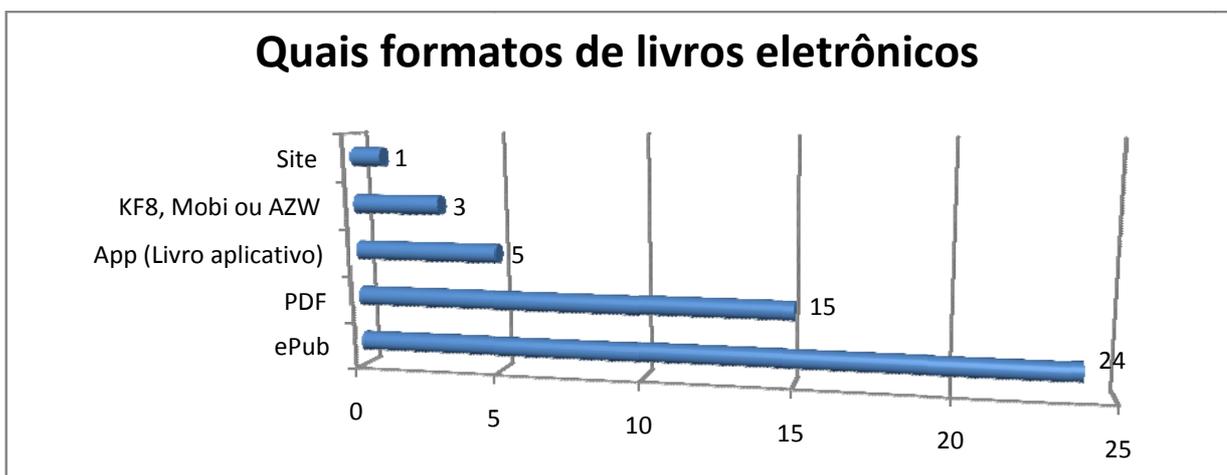


Gráfico 9 - Formatos de livros eletrônicos publicados

Dentre os formatos adotados pelos editores brasileiros, verifica-se que o ePub é o formato mais adotado, com adesão de 24 editores (83%), seguido do PDF, que se mantém como uma opção ainda forte no mercado entre 15 editores (52%). Contudo, verifica-se que o formato Mobi (AZW e KF8) somam juntos a adesão de apenas 3 editores (10%), mantendo-se atrás dos aplicativos (com 5 editores, 17%), situação que deve se modificar já em 2013, devido à entrada da Amazon no mercado brasileiro em 6 de dezembro de 2012.

Como verificação do processo de confecção dos arquivos – entretanto, não aprofundando nesse tema –, questionou-se a respeito da conversão dos arquivos, se feita internamente ou terceirizada.

A conversão de livros para os formatos eletrônicos é feita internamente ou terceirizada?

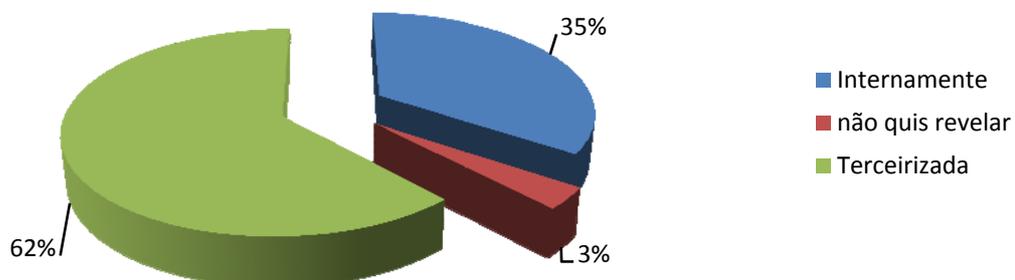


Gráfico 10 - Conversão de livros interna ou terceirizada

Os editores, em sua maioria (62%, 18 nomes), optam pela terceirização da mão de obra, enquanto 35% (10 nomes) opta por desenvolver internamente os arquivos eletrônicos.

Com o objetivo de verificar a compreensão dos editores (que realizam a conversão internamente) em relação aos formatos e o seu tratamento, questionou-se a respeito do uso de ferramentas para conversão, bem como qual o tratamento dado aos arquivos após convertidos.

Conversão interna: A editora se utiliza de alguma ferramenta para conversão? Qual(is)?

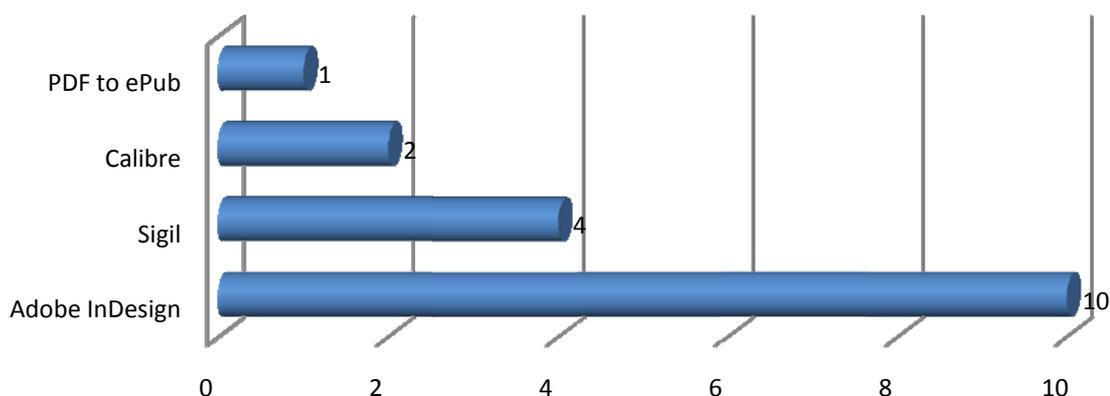


Gráfico 11 - Ferramentas usadas para conversão interna

O uso do InDesign (*software* de edição gráfica da Adobe) é unanimidade dentre os 10 editores que fazem a conversão internamente para os formatos eletrônicos, sendo que quatro editores ainda utilizam-se do Sigil²².

Em relação ao tratamento dado aos arquivos, questionou-se aos editores se estes fazem a edição do material após convertido, o que se refere diretamente à edição das linguagens XHTML e CSS, para aprimoramento do funcionamento dos arquivos em diferentes dispositivos.



Gráfico 12 - Edição dos arquivos após convertidos

Apenas 5 editores (17%) possuem um profissional interno para trabalhar com os arquivos convertidos, trabalho este essencial para obtenção do resultado final adequado. Do total, 16 editores (55%) responsabilizam completamente o serviço terceirizado para obtenção do resultado almejado e da edição dos arquivos; e 7 editores (24%) não fazem edição alguma após a conversão, o que pode consequentemente ocasionar mau funcionamento dos arquivos em determinados dispositivos.

Aproveitando o ensejo, questionou-se sobre o comportamento do *e-book* em diferentes dispositivos, em relação ao *design*, de forma a compreender a satisfação dos editores com os formatos adotados. Primeiramente, questionou-se de maneira geral se o *design* atende às expectativas, e na sequência, a pergunta foi repetida para os três principais dispositivos: *tablets*, *e-readers* e *smartphones*.

²² O Sigil é um *software* livre que permite a edição do código fonte do arquivo ePub para edição das linguagens XHTML e CSS, etapa esta essencial para o bom funcionamento dos arquivos nos distintos dispositivos de leitura.

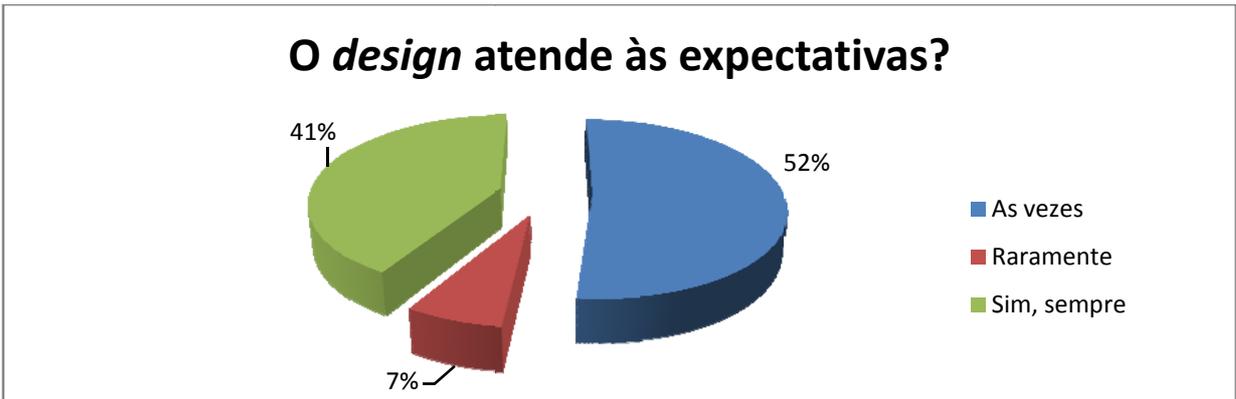


Gráfico 13 - Sobre o *design* dos arquivos



Gráfico 14 - Design em *tablets*



Gráfico 15 - Design em *smartphones*

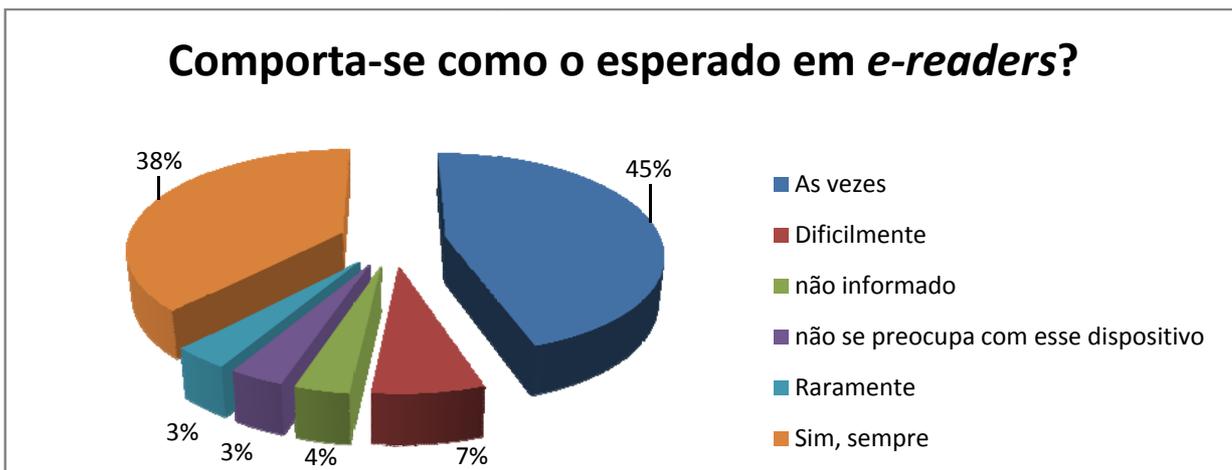


Gráfico 16 - Design em *e-readers*

Verifica-se nos gráficos 13, 14, 15 e 16 que o *design* dos arquivos de livros eletrônicos ainda não satisfaz ao esperado pelos editores, sendo que para 52% (15 editores) às vezes comporta-se como o esperado. Quando o dispositivo muda, o resultado também muda, sendo que em *tablets* é mais fácil conseguir o resultado esperado e em celulares (*smartphones*) o resultado é mais difícil de ser alcançado. Isso se confirma ao observar o número de editores que afirmam que sempre conseguem o resultado esperado, o qual diminui de 45% (41% no geral e 45% em *tablets*) para 31% quando se trata dos celulares. Em *e-readers*, o resultado também não é satisfatório ainda, no qual se verifica que apenas para 38% (11 editores), o resultado é o esperado. Um item interessante que consta nessas respostas é que um editor comentou que não se preocupa com esses tipos de dispositivos, sendo que produz suas obras apenas para leitura em computadores, não sendo, ainda, afetado pela evolução dos aparelhos móveis de leitura.

Em relação à proteção dos direitos das obras, questionou-se aos editores se optam ou não pelo uso de sistemas DRM.

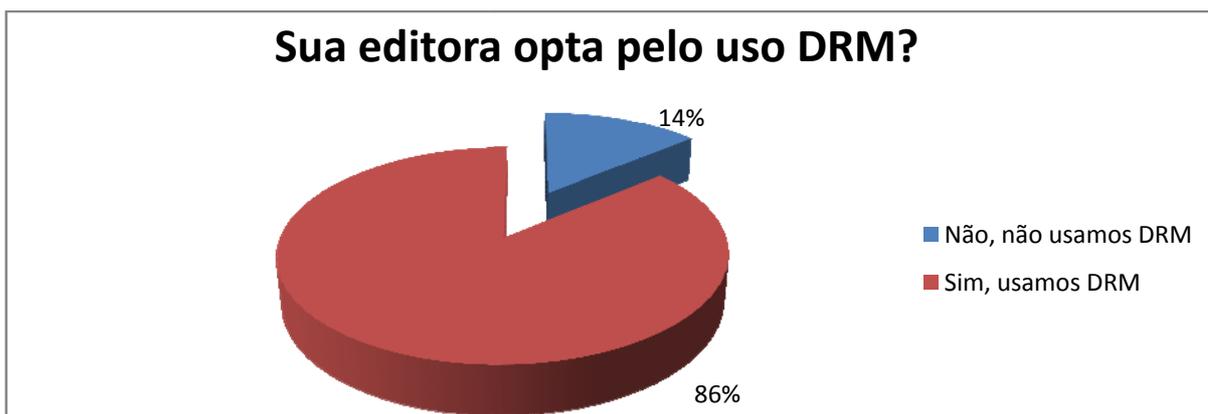


Gráfico 17 - Uso de sistemas DRM

O resultado é expressivo, sendo que 86% (25 nomes) optam por usar DRM, e apenas 4 editores (14%) afirmam não optarem pelo uso desse tipo de sistema.

Sabendo que o DRM é, geralmente, aplicado ao arquivo pela plataforma de distribuição, questionou-se aos editores como é realizada a distribuição de suas obras, com vistas a identificar as plataformas que são mais populares no momento.

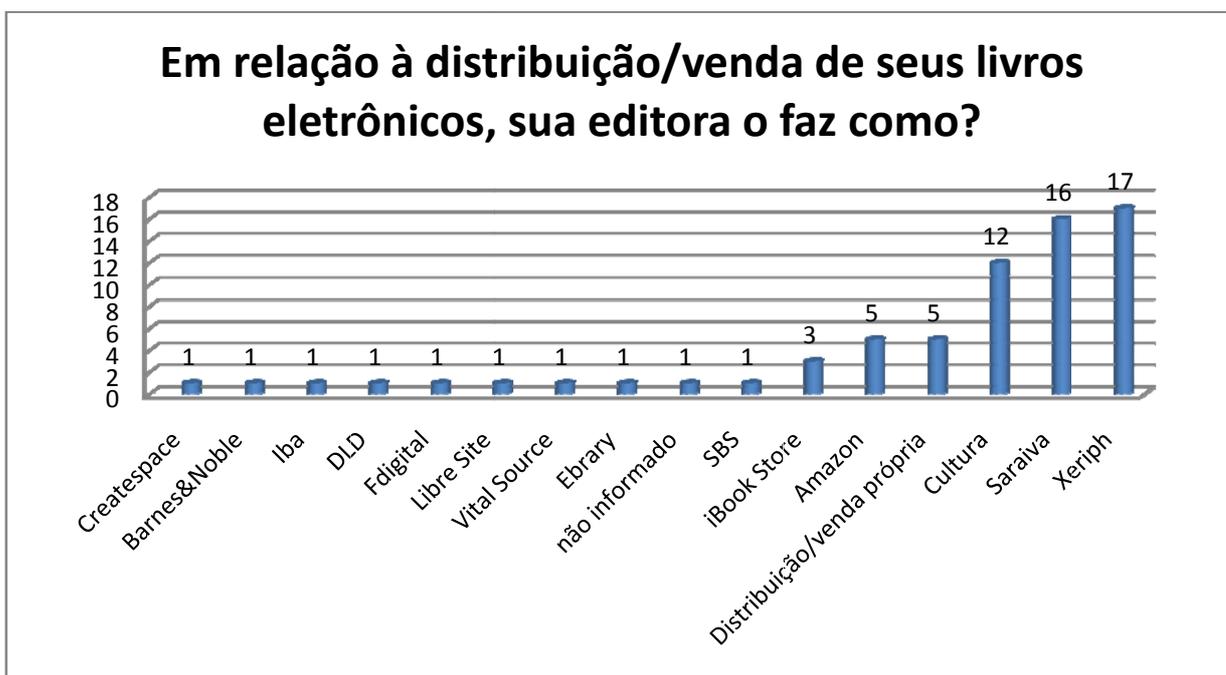


Gráfico 18 - Distribuição dos e-books

A variedade de plataformas usadas dentre os editores é grande, mas é possível verificar que três delas sobressaem-se, sendo que Xeriph está em primeiro lugar, com 17 editores optando por sua plataforma; a Saraiva vem em segundo lugar com a escolha de 16 editores, seguidos pela Cultura, que foi escolhida por 12

editores. O uso da Amazon equipara-se à escolha pela distribuição própria (no caso 5 editores), resultado este que tende a se modificar em 2013, visto que a Amazon iniciou suas atividades no Brasil em 6 de dezembro de 2012. A presença da plataforma da Apple é pouco expressiva dentre os editores participantes, visto que apenas 3 afirmam publicar na iBookstore.

Procurando adentrar ao tratamento do conteúdo dos livros eletrônicos por parte dos editores, questionou-se sobre a necessidade de atualizar (ou corrigir) algum conteúdo de livro eletrônico já publicado, solicitando que apontassem o procedimento adotado, caso a resposta fosse positiva.

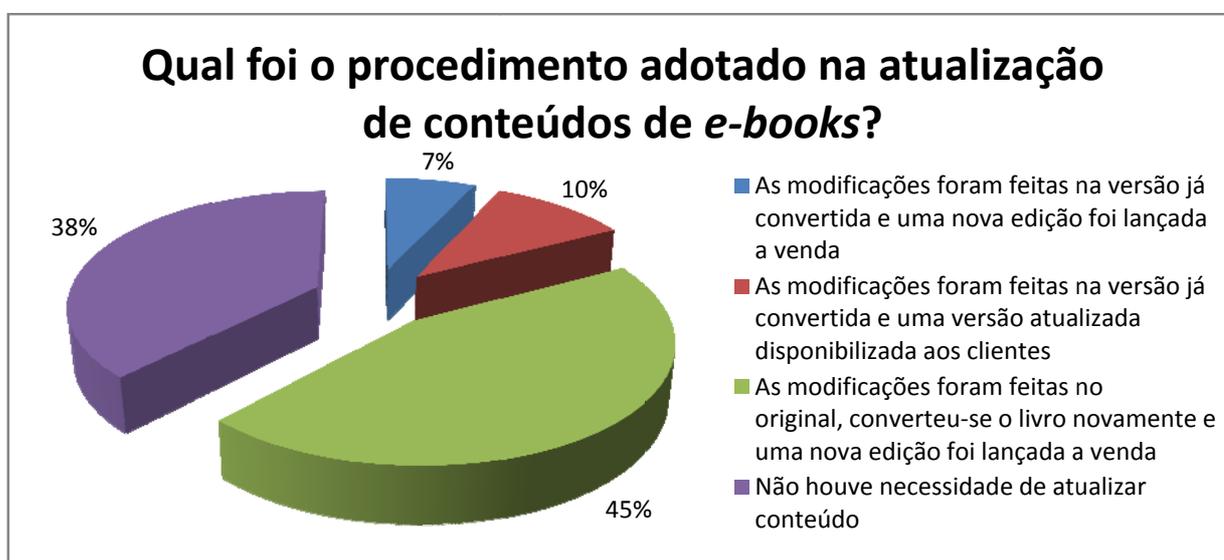


Gráfico 19 - Procedimento adotado para atualizar conteúdos

Quando questionadas a respeito da necessidade de atualização de algum conteúdo de seus livros, 38% (11 nomes) afirmam não ter havido necessidade de atualizar conteúdo. Do restante que efetuou alguma atualização, 45% (13 nomes) efetuou nova conversão do material, visto que as atualizações foram realizadas no arquivo original da obra, tendo o lançamento de uma nova edição após nova conversão do arquivo. Apenas três editores que efetuaram atualização em livros disponibilizaram a versão atualizada aos clientes que já haviam adquirido a obra.

Considerando um possível *software* para gestão de conteúdos aplicados aos livros eletrônicos, questionou-se aos editores qual seria sua opinião a respeito. Aqui uma importante observação foi anotada para os editores na questão: "*Considerare um sistema no qual autores e editores trabalhariam em conjunto para prover atualização*

de conteúdo de seus livros, fornecendo essa possibilidade como uma prestação de serviço para todos os compradores de seus livros eletrônicos."



Gráfico 20 - A editora se interessaria por um sistema de atualização?

Verifica-se que os editores estariam propensos a pensarem na possibilidade de utilizar um sistema de atualização de conteúdos que possibilitasse a atualização, pois 66% (19 editores) acredita que sua editora possivelmente se interessaria por esse tipo de sistema; 1 deles afirmou com certeza que sim.

Em relação aos clientes, questionou-se aos editores se acreditam que essa prestação de serviços (oferecer atualizações aos clientes/leitores que já possuem o livro adquirido) proveria uma fidelização, fazendo com que os clientes realmente comprassem os livros (originais, sem ser cópias ilegais) devido às atualizações fornecidas.

Os leitores comprariam os livros (originais), devida à essa prestação de serviços de atualização?

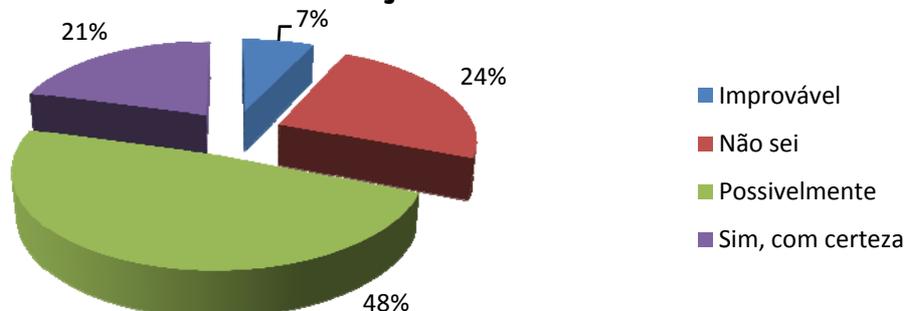


Gráfico 21 - Fidelizaria os clientes?

Apenas 6 editores (21%) afirmam com certeza acreditar que sim, que os clientes sentiriam-se motivados a adquirir os livros legalmente devido a essa prestação de serviços, enquanto quase metade, 48%, acredita que possivelmente isso aconteceria.

Sabendo da grande incidência de pirataria de obras (impressas e/ou eletrônicas), questionou-se aos editores sua opinião sobre a possibilidade do oferecimento de atualizações de conteúdos auxiliares no combate à pirataria.

A pirataria de livros seria reduzida devido a essa prestação de serviço de atualização?

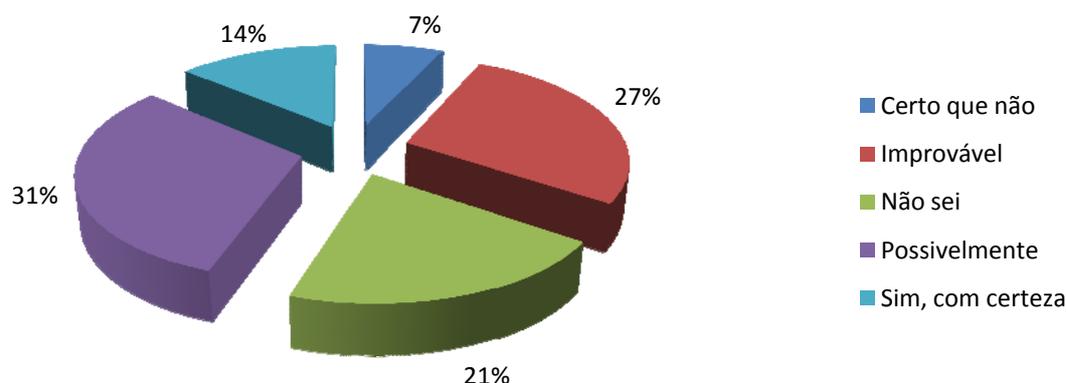


Gráfico 22 - Reduziria a pirataria?

Conforme as respostas, verifica-se que essa questão deixou os editores divididos em suas opiniões. Apenas 2 (7%) tem certeza de que não faria diferença,

enquanto 8 editores (27%) considera improvável. Dentre os otimistas constam 4 (14%) que acreditam que certamente auxiliaria e 9 deles (31%) entendem que possivelmente a pirataria seria reduzida se fornecessem atualizações aos clientes/leitores. A quantidade de editores que afirmou não ter opinião também é considerável, ficando em 21% (6 editores).

Apenas para conhecimento, questionou-se aos editores se consideram que esse tipo de serviço auxiliaria na fidelização dos autores²³ à editora e vice-versa.

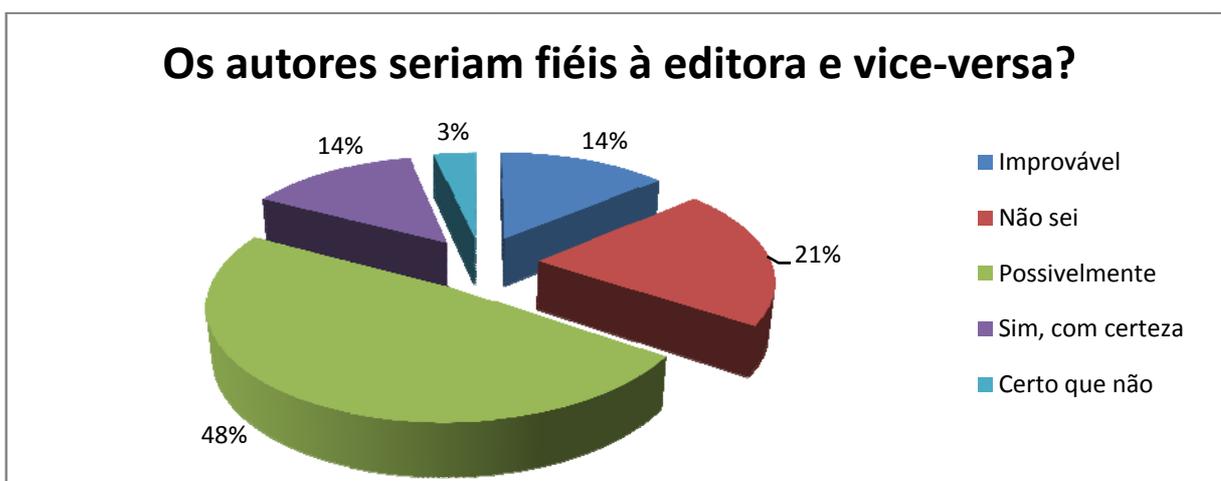


Gráfico 23 - Fidelidade de autores

O número de editores que tem certeza que sim fidelizaria é pequeno: 14% (4 editores); quase metade (48%) acredita que isso seria possível. Parte não soube responder (21%, 6 editores) e 14% (4 editores) consideram isso improvável.

Foi questionado também aos editores se consideram que um sistema que possibilitasse a atualização de livros encareceria o processo para esse tipo de atividade.

²³ Esse questionamento foi realizado considerando a existência de autores que tem contrato de fidelidade com editoras, enquanto outros publicam em diferentes casas editoriais, criando concorrência de suas obras em editores diversos.

Um sistema de atualização encareceria o processo de atualização do livro?

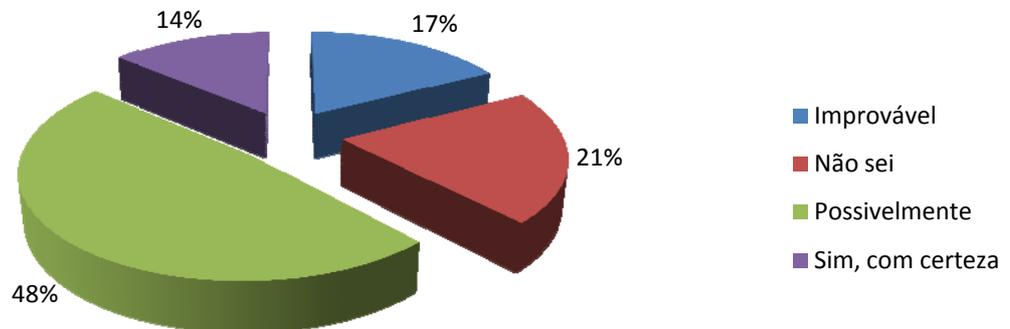


Gráfico 24 - Encareceria o processo?

A maioria (48%, 14 editores) concorda que possivelmente encareceria o processo, enquanto que 4 (14%) afirmam ter certeza. A quantidade de editores que considerou improvável foi de 5 editores (17%), sendo que 6 (21%) não souberam dar uma resposta.

As próximas quatro²⁴ questões procuraram investigar qual o comportamento esperado do sistema após realizar uma atualização de conteúdo de um livro eletrônico em um sistema desse tipo, questionando "O que seria o ideal para a editora?" em relação à aplicação das atualizações nas obras já adquiridas pelos clientes/leitores.

Que o sistema aplicasse a atualização automaticamente nos livros de cada cliente, avisando-os por meio de mensagem...

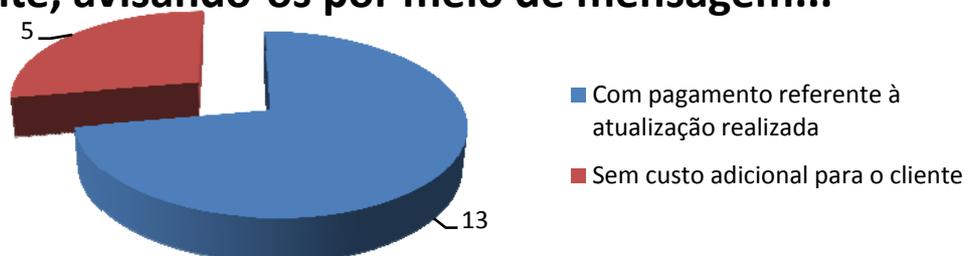


Gráfico 25 - Forma de disponibilizar atualizações: automaticamente

²⁴ Nestas questões especificamente as quantidades não estão em porcentagem, pois nem todos os editores responderam a todas as quatro questões, devida a possibilidade de selecionar apenas uma das alternativas como resposta.

Dentre os 18 editores que optaram pela alternativa referente a fornecer atualizações de conteúdos a clientes/leitores aplicadas automaticamente, 13 deles consideram que isso deveria ser feito com o pagamento referente à atualização realizada. Contudo, 5 editores consideram que isso poderia ser feito sem custo adicional para os clientes, os quais seriam avisados por meio de mensagens a respeito da atualização e respectivo custo.

A mesma questão foi realizada considerando o fornecimento de atualizações por meio do *download* integral de novo arquivo da obra.

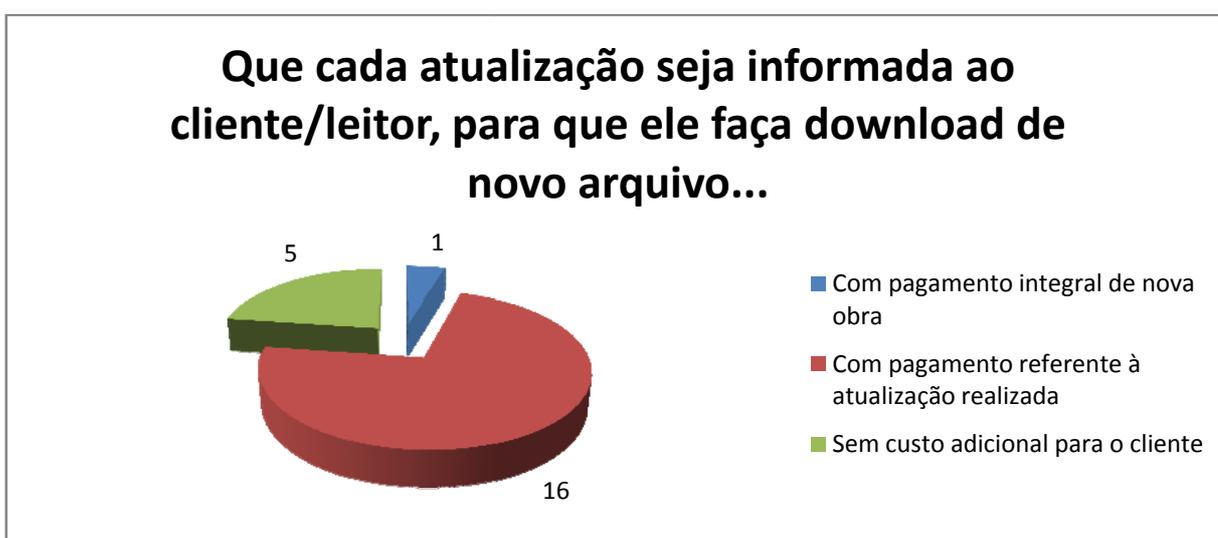


Gráfico 26 - Forma de disponibilizar atualizações: *download*

A opção referente ao fornecimento das atualizações por meio de *download* de novo arquivo da obra foi selecionada por 22 editores, sendo que destes há 1 editor que considera necessário ser feito novo pagamento integral da obra. O número de editores que selecionou esta opção, considerando que deve haver pagamento referente à atualização realizada, foi de 16 editores.

Na mesma questão foi apresentada uma alternativa para que fosse possível informar se a editora adquiriria um sistema que oferecesse esse tipo de serviço.

Minha editora não adquiriria um sistema desses

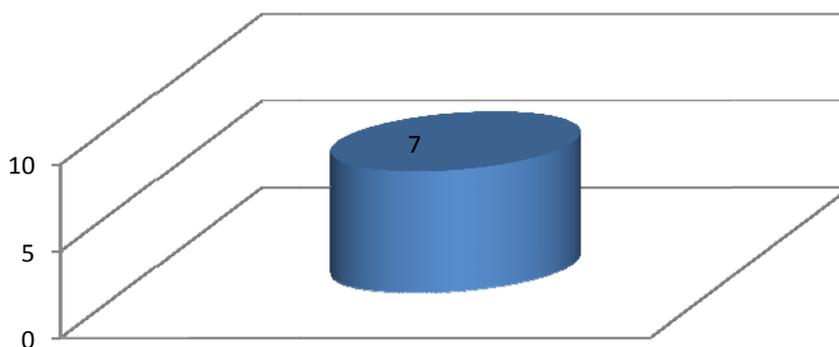


Gráfico 27 - Não adquiririam um sistema de atualização

Dentre os 29 editores que publicam livros eletrônicos, 7 afirmaram que sua editora não adquiriria um sistema com essa finalidade. Houve ainda 1 editor que afirmou que o sistema não deveria avisar o cliente das atualizações, sendo que este é que deveria se informar a respeito e comprar a nova edição de seus livros, como se verifica no Gráfico 28.

O sistema não precisa avisar, o cliente/leitor deve correr atrás e comprar a nova edição

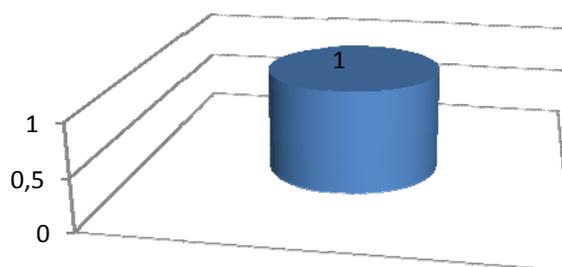


Gráfico 28 - Clientes devem comprar nova edição

Questionou-se então se considerariam que esse tipo de atividade (fornecer atualizações de obras já publicadas aos clientes/leitores) seria uma prestação de serviços e se consideram que isso seria adequado.

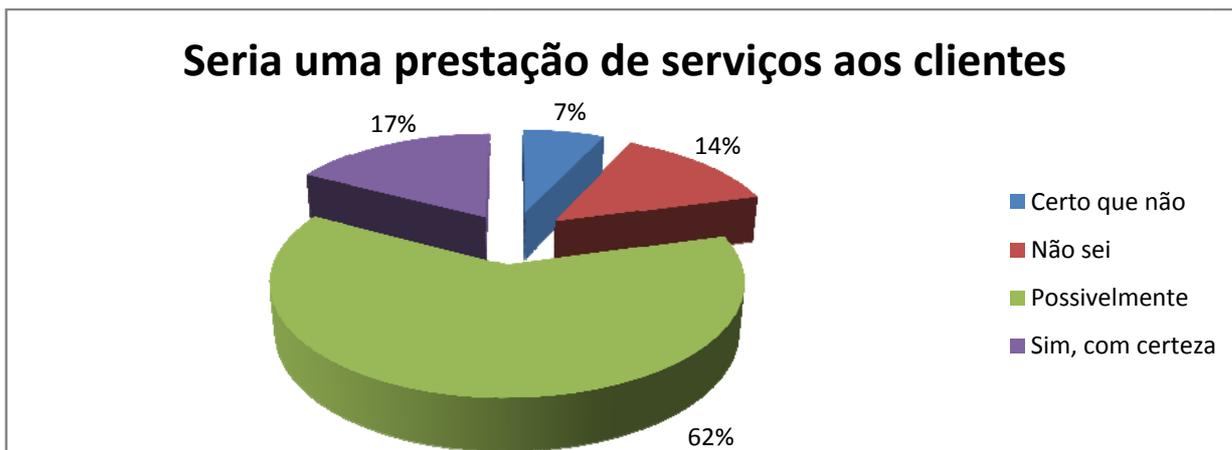


Gráfico 29 - Atualizações como prestação de serviços

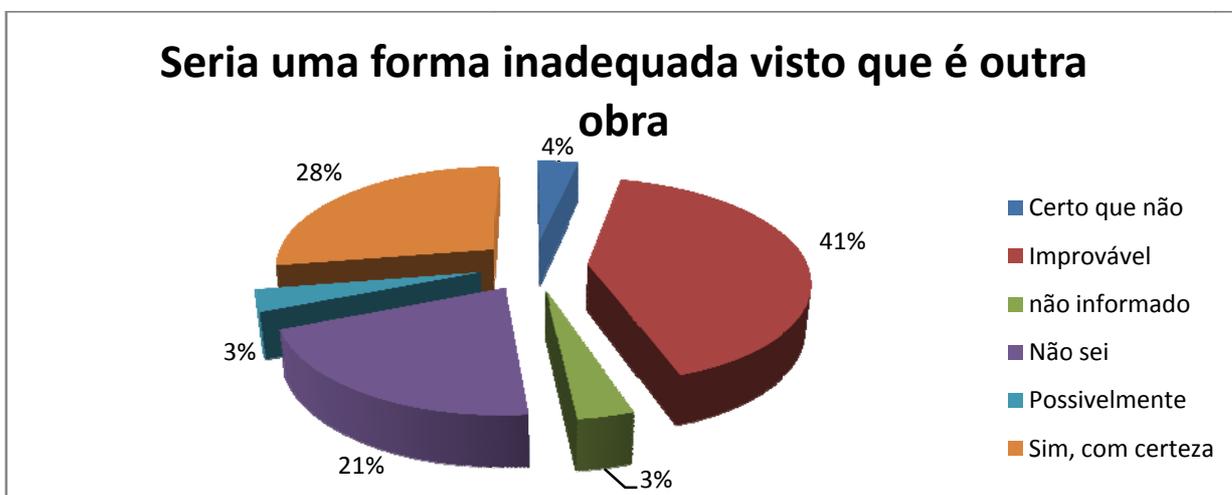


Gráfico 30 - Atualizações consideradas nova obra

Mais da metade (62%, 18 editores) respondeu que considera que há sim a possibilidade de se considerar uma prestação de serviços por parte das editoras. Já em relação à opinião sobre ser uma forma inadequada, os editores ficaram divididos nas respostas, com 41% (12 editores) considerando isso improvável e 21% (6 editores) afirmando não saber. Já 28% (8 nomes) dos editores consideraram sim ser inadequado, pois deveria ser considerada como uma nova obra.

Mencionou-se, então, aos editores, o tema defasagem de conteúdo, questionando se esse tipo de prestação de serviços seria uma boa alternativa para evitar e substituir as edições defasadas.



Gráfico 31 - Sistema de atualização como alternativa para edições defasadas

Verifica-se que a maioria (52%, 15 editores) considera que seria sim possível ser uma boa alternativa para substituir edições defasadas, sendo que além destes, 31% (9 nomes) afirma com certeza ser uma boa alternativa.

Investigando a opinião dos editores a respeito do custo desse tipo de atividade, mas sem aprofundar no tema, questionou-se se esse tipo de prestação de serviços faria com que a editora "perdesse" dinheiro.

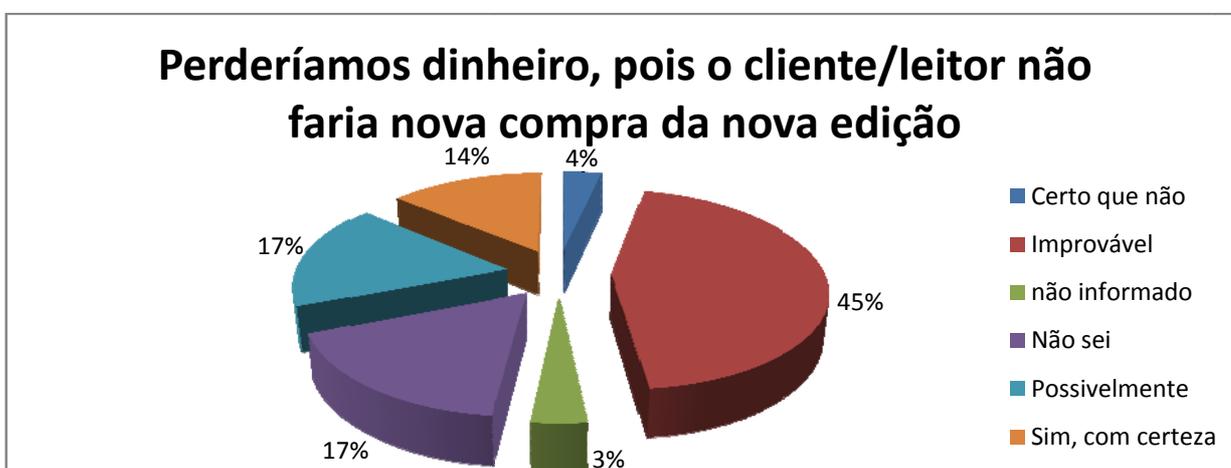


Gráfico 32 - Consideram perda de ganho

Interessante verificar que 45% (13 editores) considerou improvável que houvesse perda e que 1 editor manifestou certeza de que não haveria perda, enquanto o restante dividiu-se entre não saber dar resposta (17%, 5 nomes), considerar que seja possível sim a perda (17%, 5 nomes) e 14% (4 nomes) afirmar ter certeza de perda.

Questionou-se então, a respeito da possibilidade dessa prestação de serviços auxiliares na fidelização dos clientes/leitores.

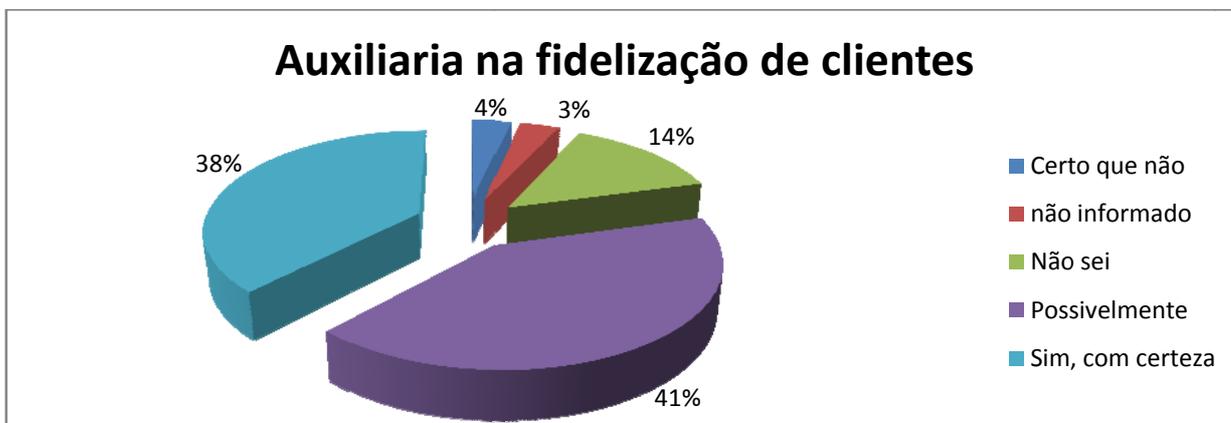


Gráfico 33 - Fidelizaria clientes

Grande parte dos editores (41%, 12 nomes) considera que seja sim possível existir a fidelização de clientes/leitores com o oferecimento de atualizações, enquanto 38% (11 editores) tem certeza de isso aconteceria.

Novamente mencionou-se a questão pirataria, dessa vez considerando um sistema que controlasse os clientes/leitores por meio de um cadastro, para o qual seriam enviadas as atualizações. Perguntou-se então se isso faria com que a pirataria fosse reduzida.

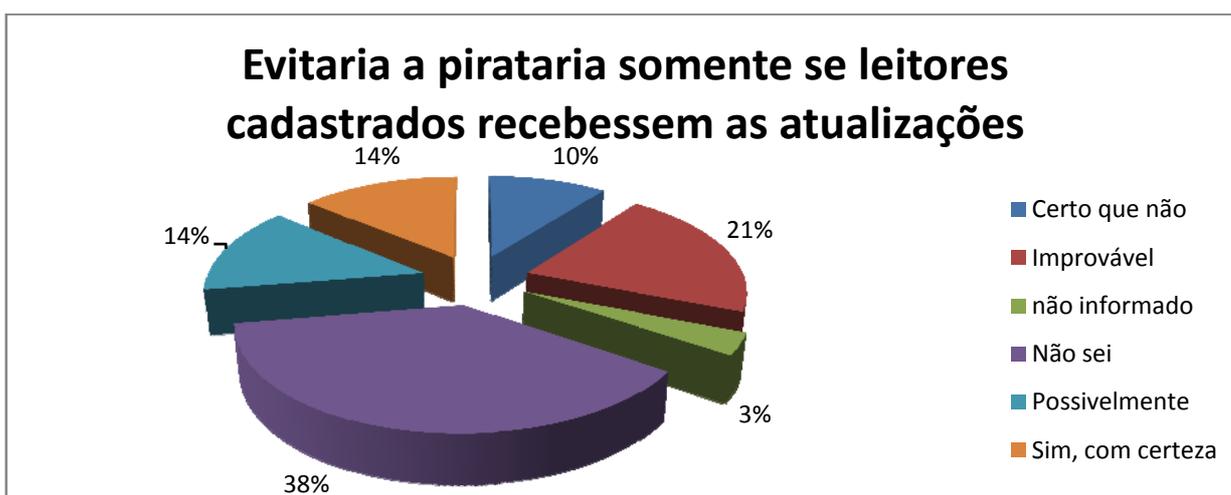


Gráfico 34 - Evitaria pirataria para clientes cadastrados

Essa questão gerou muita dúvida dentre os editores, sendo que 38% (11 editores) não soube opinar a respeito. Os que acreditam que possivelmente evitaria, em conjunto com os que acreditam com certeza que evitaria a pirataria, somam 28%

(8 editores). Entre os que consideram improvável e que tem certeza de que não faria diferença somam-se 31% (9 editores).

Por fim, como investigação a respeito do conhecimento e da opinião dos editores sobre a possibilidade de desenvolvimento de livros para acesso por meio de *login* e senha (como é o caso da citada editora Livrus) e seu conhecimento e opinião a respeito da linguagem HTML5, foram realizadas duas questões abertas para que os editores pudessem expressar sua opinião e seu conhecimento. As respostas a estas questões foram inseridas no *site* Wordle²⁵, o qual gerou nuvens de palavras ilustrando os termos de maior incidência no texto.

Questionou-se então a respeito do conhecimento dos editores sobre livros a serem acessados via *login* e senha, obtendo-se a seguinte nuvem:



Gráfico 35 - Nuvem de palavras sobre acesso via *Login* e Senha

É possível observar que os editores consideram que ainda é inviável no Brasil as publicações a serem acessadas por meio de *login* e senha. Muitos consideram que não é uma boa ideia por se necessitar de conexão contínua com a *internet*, o que é acessível a um público restrito, e que deveria haver a possibilidade de leitura sem esta conexão. Apesar dessas dificuldades, consideram a proposta interessante por possibilitar mobilidade e controle de acesso.

Questionou-se, então, a opinião especificamente a respeito do formato HTML5 com o intuito de compreender o conhecimento dos editores sobre essa linguagem, obtendo a nuvem a seguir.

²⁵ Este *site* permite a inclusão de texto e, conforme a incidência dos termos inseridos, apresenta visualmente uma "nuvem" de palavras para visualização gráfica dos termos mais recorrentes no texto. Pode ser acessado neste *link*: <<http://www.wordle.net>>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho reforça a tendência de que a publicação de livros em formato eletrônico está sendo implantada no Brasil. Grandes empresas de setores distintos ao editorial instalaram-se no mercado para concorrer diretamente com editoras e livrarias nacionais, a exemplo da Google e Amazon, que iniciaram as vendas de livros eletrônicos no Brasil em 6 de dezembro de 2012, o que denota a visibilidade e importância que o mercado consumidor brasileiro representa no exterior. Outro exemplo que pode ser citado refere-se às parcerias que são realizadas com empresas brasileiras, como a Livraria Cultura, que agora revende o *e-reader* Kobo, da também grande empresa Barnes & Nobles.

Este cenário denota o crescimento de uma concorrência anteriormente desconhecida para os editores brasileiros: empresas do setor de tecnologia e grandes editoras estrangeiras adentrando em um setor tradicional e confortavelmente dominado por empresas consagradas na área. Contudo, com a emergência dos novos formatos para livros eletrônicos e o grande desenvolvimento dos aparelhos móveis leitores, principalmente de *e-readers* e *tablets*, este setor está abalado e necessita tomar providências para se manter e dessa forma garantir a continuidade de suas atividades.

O mercado consumidor está aderindo à ideia, principalmente no exterior, como foi possível conferir nas pesquisas do IDC (aumento de 351% na venda de *tablets* no Brasil) e Retratos da Leitura no Brasil de 2012 (a pesquisa aponta a tendência no aumento do número de leitores de livros eletrônicos) as quais indicam que o leitor vai se adaptar aos novos formatos de arquivos, abrindo desse modo um novo nicho para os editores brasileiros adentrarem e manterem-se no mercado.

O setor editorial brasileiro, mesmo com esses dados e acontecimentos há mais de 12 anos ocorrendo (desde a década de 2000 iniciou-se a revolução dos novos dispositivos de leitura), mantêm-se acomodado, aguardando os acontecimentos.

Como é possível verificar com a pesquisa empírica realizada com os editores presentes na Bienal do Rio de Janeiro de 2011, dentre os 292 editores contatados, apenas 98 editores (34%) retornaram aos contatos realizados, sendo que 93 aceitaram participar da pesquisa. Este número é pequeno em relação ao número

contatado, o que denota que o setor editorial brasileiro é pouco participativo nas pesquisas realizadas, negando-se às vezes a oferecer respostas aos contatos realizados. É um setor difícil de retratar, pois são poucos os editores que se dispõem a responder a questionários e entrevistas, sendo que as pesquisas que existem provêm sempre da mesma fonte, como cita Barcellos (2006, p. 28):

Ao contrário do que ocorre em outros países, o mercado do livro brasileiro é carente de pesquisas e de dados capazes de oferecer visibilidade à situação do setor. As bases estatísticas geralmente não são primárias e a fonte é comumente a mesma: Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Analisando as respostas obtidas com os 34% de editores que participaram da pesquisa, foi possível perceber que o mercado editorial brasileiro está se adaptando lentamente ao cenário de publicações de livros eletrônicos, muitos ainda resistentes ou pouco propensos a publicar nesse formato.

Um expressivo número de editores dentre os participantes (64 editores) não publica livros no formato eletrônico, sendo que somente 30% possui alguma previsão para iniciar as publicações nesse formato; e 67% (43 editores) ainda não tem uma previsão para publicar livros eletrônicos.

Dentre os editores que publicam livros eletrônicos (31%), verifica-se que o fazem de forma ainda tímida, como uma forma de testar o mercado, pois sua publicação mensal fica abaixo de 10 livros eletrônicos por mês. Esta fatia adota o ePub como formato padrão, seguido ainda do PDF, e 62% destes editores prefere terceirizar o desenvolvimento dos livros eletrônicos, evitando o investimento em capacitação interna.

Apesar de o DRM ser considerado restritivo e prejudicial às obras adquiridas pelos clientes/leitores, esse sistema é usado em massa, representando 86% de editores que optam pelo uso desse sistema. Isso se deve também ao fato dos editores usarem as plataformas de distribuição como opção de venda para seus livros (as *e-bookstores*), que obrigatoriamente inserem o DRM nos arquivos no momento da venda. Apenas 5 editores optam pela distribuição própria, o que deixa claro que os editores temem que seus clientes/leitores sejam potenciais infratores e passem a distribuir seus livros de forma ilegal na *internet*.

Em relação ao tratamento do conteúdo dos livros eletrônicos, especificamente sobre atualização, foi possível conferir que há a presença de

atualizações de conteúdos nos livros eletrônicos que já foram publicados, contudo, apenas 10% dos editores ofereceu a versão atualizada aos seus clientes/leitores; 52% dos editores que atualizaram conteúdos lançaram uma nova edição à venda, sem oferecê-las aos clientes que já haviam adquirido a obra.

Interessante observar que apenas 5 editores efetuaram as atualizações da versão já convertida do livro eletrônico, e o restante (13 editores) realizou esta atividade no arquivo original da obra, tendo o retrabalho de converter o livro novamente para o formato eletrônico. Isso gera uma dificuldade aos editores que o fazem dessa forma, pois as ferramentas existentes para conversão de livros para o formato ePub ainda não são completamente funcionais, apresentando muitas falhas, tendo que obrigatoriamente haver um trabalho de edição das linguagens da estrutura do arquivo (XHTML, CSS, HTML5). Isso pode justificar o motivo pelo qual os editores não estão contentes com os resultados obtidos nos dispositivos de leitura, quando questionados em relação ao *design* do livro atender as expectativas (52% afirma que às vezes o *design* atende ao esperado).

Verifica-se que os editores demonstraram interesse em um possível sistema para atualização de conteúdos dos livros eletrônicos (69%), sendo que 16 editores acreditam que o cliente/leitor deveria efetuar nova aquisição com pagamento referente à atualização realizada na obra; 23 editores consideram a possibilidade de isso ser uma prestação de serviços aos seus clientes, sendo uma boa alternativa para substituir edições defasadas, o que para eles fidelizaria os clientes à editora. Em relação a esse assunto, atualizações de livros eletrônicos, verifica-se que essa atitude já está presente no mercado por meio da Apple, porém, disponível apenas para sistemas iOS.

Portanto, obteve-se um panorama do mercado editorial de livros eletrônicos, demonstrando uma timidez no mercado editorial brasileiro em adotar novos formatos. Contudo, os que o fazem, acreditando que sejam promissores, já estão realizando edições em seus conteúdos, substituindo as edições defasadas e demonstrando-se propícios à adoção de sistemas para possibilitar o fornecimento de serviço de atualização de conteúdos aos seus clientes/leitores.

Essa pesquisa, além do panorama do mercado editorial, demonstrou que os formatos de livros eletrônicos já não são tão diversos, ficando restritos entre os que se tornaram mais populares, como o ePub, o Mobi (AZW e KF8). Ainda, há a grande

presença do formato PDF. O livro aplicativo também marcou presença dentre os editores pesquisados.

Apresentou-se então a estrutura do formato ePub como sendo um conjunto de páginas XHTML comprimidas com os demais arquivos necessários para o funcionamento do arquivo (imagens, estilos, fontes). Após conhecer o histórico do formato OEB foi possível compreender que a base para todos os formatos de arquivos eletrônicos é a mesma, sendo que o Mobi e o ePub são uma adaptação e evolução desse formato. Ao desenvolver um arquivo em ePub, seguindo algumas recomendações da Amazon na configuração dos arquivos XHTML e/ou HTML5, obtêm-se o KF8 e o AZW por meio do *Mobi* gerado por ferramentas próprias disponibilizadas gratuitamente pela empresa.

O HTML5 como evolução da linguagem HTML oferece maior interatividade, mais recursos e maior compatibilidade dentre distintos sistemas e dispositivos, entretanto, na realidade, muitos dos dispositivos eletrônicos existentes (até o momento) não oferecem suporte para esta linguagem. Desse modo, o cliente que já fez sua aquisição não possui certeza se poderá usufruir das novidades propostas pela linguagem. Cogitava-se o HTML5 como substituto dos arquivos de livros eletrônicos, sendo usado para acesso a conteúdos de livros em formato *online*; no entanto, conforme se verifica com a opinião dos editores (observar os gráficos 35 e 36), o Brasil ainda carece de maior infraestrutura e de muitos investimentos no setor de telecomunicações, pois esse cenário de livros sendo acessados por meio de *login* e senha torna-se ainda inviável no Brasil, visto que uma parcela restrita da população possui acesso a esse tipo de tecnologia.

Abordaram-se os chamados livros aplicativos, os quais são *softwares* para leitura de arquivos ePub e *Mobi* que podem ser instalados em *tablets* e computadores. Vários aplicativos estão disponíveis no mercado, o que causa um pequeno problema aos leitores de diversas editoras e livrarias: ao adquirir arquivos em *e-bookstores* diferentes, o leitor tem que instalar o aplicativo de cada uma onde efetuar a compra e alternar de aplicativo em aplicativo para ler seus livros. O cliente/leitor acaba tendo várias bibliotecas em aplicativos diferentes dentro do mesmo dispositivo. Isso ocorre devido ao uso do DRM que não permite a organização das obras de distintos distribuidores em um único aplicativo de leitura.

Verificou-se que existem ferramentas disponíveis e que possibilitam o trabalho de controle de edições em arquivos diversos e que pode ser aplicado aos livros eletrônicos, seguindo as regras de organização de arquivos e diretórios explicitados pelo IDPF, dependendo apenas dos editores e das *e-bookstores* oferecerem meios para que isso seja ofertado aos clientes/leitores como uma prestação de serviços.

Finalizando o estudo, infere-se que o setor editorial necessita se capacitar e evoluir para adentrar no universo de publicações eletrônicas e poder concorrer com as grandes empresas do setor de tecnologia que estão se inserindo nesse mercado. Isso implica investimento em tecnologia, conhecimento a respeito do formato ePub, mas principalmente em novas atitudes frente aos seus clientes/leitores, que são a fonte de sustentabilidade das editoras. Livros e mais livros são publicados, lançados no mercado, mas não há uma preocupação com quem compra o seu produto.

É necessário um tratamento diferenciado ao cliente/leitor, o qual é tratado pelos editores como um possível infrator, disposto a distribuir ilegalmente as obras adquiridas na *internet*. Este cliente/leitor é também considerado como alguém que deve se interessar pelas atualizações realizadas, mas que deve pagar por elas. O que ocorre hoje é que se o cliente/leitor quer as atualizações deverá adquirir a obra integral novamente, pois não há ainda o oferecimento de atualizações para quem já adquiriu a obra (com excessão de 3 editores que disponibilizaram aos clientes).

É possível encontrar na *internet* reclamações de clientes que adquiriram uma obra (no caso, impressa) para fins de estudo encontrando conteúdo defasado e, ao tentar obter atualizações com a editora, não conseguem, não são atendidos, recebendo como resposta que devem efetuar nova compra de uma edição mais atual. Mudanças de atitude são necessárias por parte dos editores para com seus clientes que necessitam de um serviço de pós-vendas, o que não existe no mercado editorial. Um serviço de atualização de conteúdos é apenas um início de necessárias mudanças no setor e que deve ser rapidamente implantado pelos editores, visto que as empresas estrangeiras já estão desenvolvendo (como a citada Apple).

Os editores necessitam, então, compreender a importância que o livro no formato eletrônico tem não só para com seus consumidores, mas também para a sobrevivência das editoras nessa revolução ocasionada pelo desenvolvimento dos novos aparelhos de leitura. As grandes empresas estrangeiras estão atuando no

Brasil e oferecem grande concorrência a quem não participar desse novo modelo de negócios. Não é impossível entrar nesse nicho, na verdade, é bastante acessível, pois o padrão ePub é *open source*, sua especificação é aberta e acessível a todos na *internet* gratuitamente. As ferramentas que auxiliam na edição do ePub e no seu desenvolvimento são gratuitas e facilitam o trabalho para criar um arquivo ePub.

Os arquivos de livros eletrônicos são mais baratos que os impressos, pois não tem o custo da gráfica, não tem o custo do papel, não tem o custo de estoque. O processo editorial para produção e para distribuição é o mesmo, contudo, estoque em *e-bookstore* ocorre apenas para um arquivo por livro, que pode ser vendido infinitamente, sem que a edição torne-se esgotada.

Os aparelhos leitores (*e-readers*, *tablets*, *smartphones*, computadores) estão mais baratos e mais desenvolvidos, sendo mais acessíveis às pessoas em geral. O avanço tecnológico e o desenvolvimento de aparelhos cada vez mais modernos faz com que modelos ainda muito funcionais tornem-se "ultrapassados", sendo que as lojas que os mantêm em estoque necessitam de estratégias para sua venda, reduzindo os preços, muitas vezes abaixo da metade do valor de lançamento, o que permite que sejam adquiridos por parcela da população que é mais restrita.

Um dispositivo de leitura pode armazenar centenas, milhares de livros, de acordo com a capacidade de armazenamento de cada aparelho, sendo possível carregar no bolso (ou na mochila) uma biblioteca inteira de obras para serem lidas a qualquer instante, em qualquer lugar. O conteúdo desses livros pode ser sempre aprimorado, acrescido, atualizado, sempre no mesmo arquivo. Isso pode ser oferecido ao cliente/leitor como uma prestação de serviço por parte dos editores, que não podem esperar que o governo decida ampliar o acesso à *internet* às classes menos favorecidas. Estas devem agir no momento e propiciar que isso aconteça.

O que é necessário para se chegar a este patamar? Mudança de atitudes dos editores para com seus clientes, conhecendo-o e entendendo-o. O cliente quando compra um livro, o faz por meio de uma livraria. Isso continua acontecendo com o livro eletrônico, já que a livraria faz a venda. O cliente não é comprador da editora, mas da livraria. Ele é fiel à livraria que vende tais livros e não à editora. A editora nem toma conhecimento de quem são seus clientes, apenas tem números de vendas, mas quem os compra? Esse cliente não tem necessidade de pós-vendas? As erratas que são providenciadas após a descoberta de algum problema na edição

(impressa) são repassadas a quem já adquiriu a obra com o conteúdo equivocado? E atualizações de conteúdos mais profundos, o cliente que tem a obra não tem direito e deve, necessariamente, comprar o livro novamente, atualizado?

Sugere-se, então, para estudos futuros, uma pesquisa mais detalhada com os editores a fim de verificar os requisitos necessários para o desenvolvimento de um novo modelo de negócios, propondo o desenvolvimento ou a adaptação de ferramentas que auxiliem no controle de seus conteúdos e clientes de forma a oferecer serviços aos seus clientes/leitores por meio do relacionamento com o cliente, compreendendo suas necessidades e suprindo-as.

Dessa forma, será possível que o cliente sinta-se importante e fazendo parte do meio. Havendo a preocupação da editora com sua satisfação, este deixa de ser considerado como um potencial infrator dos direitos de autor, de forma que se sinta valorizado e torne-se fiel à editora. Contudo, isso deve ser estudado com cuidado, para verificar todas as nuances que envolvem o tema, como a cultura e os costumes em se distribuir conteúdos alheios na *internet*. É necessário, além de estudo com os editores, um estudo com os consumidores para compreender os motivos que os levariam a piratear uma obra, bem como os motivos que os levariam a não piratear. Enfim, muito estudo ainda é necessário, mas atitudes já podem ser tomadas desde já.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. J. C. D. **O livro digital no mundo editorial e a evolução histórica do copyright e das estratégias de apropriação de lucro**. 2012. 367 f. (Mestrado em Administração) - Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALVARENGA NETO, R. C. D. D.; BARBOSA, R. R.; PEREIRA, H. J. Gestão do conhecimento ou gestão de organizações da era do conhecimento? Um ensaio teórico-prático a partir de intervenções na realidade brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007.

AMAZON.COM. **Amazon Kindle Publishing Guidelines**: How to make books available for the Kindle platform. [s.l.]: AmazonKindle, 2012.

APPLE INC. **Mac Developer: Cocoa Text Architecture Guide**. Cupertino, CA: Apple Inc, 2012a. Disponível em: <<http://developer.apple.com/library/mac/documentation/TextFonts/Conceptual/CocoaTextArchitecture/CocoaTextArchitecture.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

_____. **iBooks Author**. 2012b. Disponível em: <<http://www.apple.com/ibooks-author/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Book Publishers: frequently asked questions**. 2012c. Disponível em: <<http://www.apple.com/itunes/content-providers/book-faq.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ARNAB, A.; HUTCHISON, A. Persistent Access Control: A Formal Model for DRM. **Drm'07: Proceedings of the 2007 Acm Workshop on Digital Rights Management**, 2007.

ARNAB, A. et al. Experiences in implementing a kernel-level DRM controller. **Axmedis 2007: Third International Conference on Automated Production of Cross Media Content for Multi-Channel Distribution, Proceedings**, 2007.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivista.org/arquivologia-online/dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS. **Diagnóstico ANL do Setor Livreiro 2012**. São Paulo: GfK, 2012.

BARCELLOS, M. D. A. **O Sistema Literário Brasileiro atual**. 2006. 159 f. (Tese de Doutorado) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BARRETO, J. O bisavô do iPad. **Info Abril**, São Paulo, n. 302, abr. 2011.

BENÍCIO, C. D. **Do livro impresso ao e-book**. 2003. 142 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

BENÍCIO, C. D.; SILVA, A. K. A. D. Do livro impresso ao ebook: o paradigma do suporte na biblioteca eletrônica. **Biblionline**, v. 1, n. 2, 2005.

BRASIL. **Mercado Editorial**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/literatura/mercado-editorial>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Lei 9610/98. Atualizada com as mudanças da Minuta de Anteprojeto de Lei que está em Consulta Pública. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/lei-961098-consolidada/>>. Acesso em: nov. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. RECEITA FEDERAL. Portaria MF nº 440. Brasília, DF. 30 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2010/MinisteriodaFazenda/portmf440.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

BUFREM, L. S.; SORRIBAS, T. V. Práticas de leitura em meio eletrônico. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, n. 1, v. 11, p. 298-326, dez. 2009. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2038/pdf_112>. Acesso em: 12 jul. 2011.

CHANG, C. C.; YANG, J. H.; WANG, D. W. An efficient and reliable E-DRM scheme for mobile environments. **Expert Syst Appl**, Sep 2010.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 2004.

CHEN, C. L. An "All-in-One" Mobile Drm System Design. **Int J Innov Comput I**, Mar 2010.

COLLINS-SUSSMAN, Ben; FITZPATRICK, Brian W.; PILATO, Michael. **Versino Control with Subversion**: for subversion 1.7. Apache, 2011. Disponível em: <<http://svnbook.red-bean.com/en/1.7/svn-book.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

CRISTALDO, J. Escritores em pânico. **Baguete**, 30 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.baguete.com.br/colunistas/colunas/31/janer-cristaldo/30/07/2010/escritores-em-panico>>. Acesso em: ago. 2011.

DISTEFANO, R. Livro impresso versus livro digital: a falsa guerra. **Revista Ideias**, 28 set. 2009. Disponível em: <<http://revistaideias.com.br/ideias/materia/livro-impresso-versus-livro-digital>>. Acesso em: ago. 2011.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. **Dublin Core Metadata Element Set, Version 1.1**. 2012. Disponível em: <<http://dublincore.org/documents/dces/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

DZIEKANIAK, G. V. Considerações sobre o e-book: do hipertexto à preservação digital. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, n. 2, v. 1, p. 83-99, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=16400>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ECO, U.; CARRIÈRE, J.-C. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

EREADERLOOKUP.COM. **Complete list of ebook readers (131)**. 2012. Disponível em: <<http://ereaderlookup.com/product/fulllist>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

FAILLA, Z. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/4056.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

File-Extensions.Org. 2012. Disponível em: <<http://www.file-extensions.org/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

FOLHA ONLINE. **Steve Jobs apresenta iPad, o aguardado tablet da Apple**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u685448.shtml>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

FOURNIER, J. J. A.; MOORE, S. A vector approach to cryptography implementation. **Digital Rights Management: Technologies, Issues, Challenges and Systems**, 2006.

FRAGOPOULOS, T. et al. Security and DRM in indoor/outdoor heterogeneous networking applications for user-centric frameworks. **Etfa 2007: 12th IEEE International Conference on Emerging Technologies and Factory Automation, Vols 1-3**, 2007.

FURTADO, J. A. **O papel e o pixel**. Florianópolis: Escritório do Livro, 2006.

G1. Amazon diz que venda de livros digitais ultrapassa os de papel. **Globocom**, 2011a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/05/amazon-diz-que-venda-de-livros-digitais-ultrapassa-os-de-papel.html>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

_____. Ministro anunciou distribuição de tablets em escolas, diz assessoria. **G1 Bienal do Livro Rio**, 01 set. 2011b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/haddad-diz-na-bienal-que-mec-distribuira-tablets-em-escolas-publicas.html>>. Acesso em: 15 set. 2011.

GARCIA, B. Futuros possíveis para o mercado editorial. **Webinsider**, 14 set. 2010. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/2010/09/14/futuros-possiveis-para-o-mercado-editorial>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

GOOGLE INC. **Developer Android: Developer Tools**. 2012. Disponível em: <<http://developer.android.com/develop/index.html>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

GREVELER, U. Enforcing regional DRM for multimedia broadcasts with and without trusted computing. **Digital Rights Management: Technologies, Issues Challenges and Systems**, 2006.

GUTENBERG. **Projeto Gutenberg**. 2008. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/wiki/Gutenberg>About>>. Acesso em:

IANNELLA, R. Digital Rights Management (DRM) Architectures. **D-Lib Magazine**, USA, v. 7, n. 6, 2001. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/june01/iannella/06iannella.html>>. Acesso em: 27 out. 2011.

IBGE. **Banco de metadados**. 2012. Disponível em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

IDC. **Pesquisa da IDC revela que foram vendidos mais de 370 mil tablets no primeiro trimestre de 2012**. 2012a. Disponível em: <http://www.idclatin.com/news.asp?ctr=bra&id_release=2249>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. **Estudo da IDC revela que foram vendidos aproximadamente 9 milhões de smartphones no Brasil em 2011**. 2012b. Disponível em: <http://www.idcbrasil.com.br/news.asp?ctr=bra&year=2012&id_release=2213>. Acesso em: 10 jul. 2012.

IDPF. **Open Publication Structure (OPS) 2.0.1 v1.0.1**. 2010a. Disponível em: <http://idpf.org/epub/20/spec/OPS_2.0.1_draft.htm>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. **Open Container Format (OCF) 2.0.1 v1.0.1**. 2010b. Disponível em: <http://www.idpf.org/doc_library/epub/OCF_2.0.1_draft.doc>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. **Open Packaging Format (OPF) 2.0.1 v1.0.1**. 2010c. Disponível em: <http://idpf.org/epub/20/spec/OPF_2.0.1_draft.htm>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. **EPUB Publications 3.0: The metadata Element**. 2011. Disponível em: <<http://idpf.org/epub/30/spec/epub30-publications.html#sec-metadata-elem>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. **International Digital Publishing Forum**. 2012a. Disponível em: <<http://idpf.org/about-us>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

_____. **EPUB 3**. 2012b. Disponível em: <<http://idpf.org/epub/30>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

LIBRARY OF CONGRESS. **Sustainability of Digital Formats Planning for Library of Congress Collections**. 2012. Disponível em: <<http://www.digitalpreservation.gov/formats/fdd/fdd000171.shtml>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

MACHADO, R. Agora, Ministério da Educação promete tablets para professores. **Folha de São Paulo**, 3 fev. 2012. Disponível em: <<http://folha.com/no1043417>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

MACULAN, B. C. M. D. S. et al. Uso de gerenciador de conteúdos e hipertextos: gestão na biblioteca universitária. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./jun. 2011.

MAIA, F. **Correio Brasiliense**: Popularização dos tablets no país inspira escolas a utilizarem a tecnologia. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/co7ft>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

MARTIN, M. et al. Federated Digital Rights Management: A Proposed DRM Solution for Research and Education. **D-Lib Magazine**, v. 8, n. 7/8, July/August 2002. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/july02/martin/07martin.html>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

MENEGHINI, C. Na Bienal, empresa lança biblioteca virtual com mais de 6 mil títulos. **G1 Bienal do Livro Rio**, 6 set. 2011a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/na-bienal-empresa-lanca-biblioteca-virtual-com-mais-de-6-mil-titulos.html>>. Acesso em: 15 set. 2011.

_____. Visitantes da Bienal experimentam livros digitais. **G1 Bienal do Livro Rio**, 02 set. 2011b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/visitantes-da-bienal-experimentam-livros-digitais.html>>. Acesso em: 15 set. 2011.

MICROSOFT. **MSDN**: Referência ASP.NET. 2012. Disponível em: <[http://msdn.microsoft.com/pt-br/library/9k6k3k4a\(VS.85\).aspx](http://msdn.microsoft.com/pt-br/library/9k6k3k4a(VS.85).aspx)>. Acesso em: 09 jan. 2013.

MULLER, S.; KATZENBEISSER, S. A New DRM Architecture With Strong Enforcement. **Fifth International Conference on Availability, Reliability, and Security: Ares 2010, Proceedings**, 2010.

ODRL INTERNATIONAL ADVISORY BOARD. **ODRL Initiative**: an open policy language for the digital commons. USA, 2011. Disponível em: <<http://odrl.net/>>. Acesso em: 27 out. 2011.

OU, C. M.; OU, C. R. Adaptation of agent-based non-repudiation protocol to mobile digital right management (DRM). **Expert Syst Appl**, Sep 2011.

PETKOVIC, M.; KOSTER, R. P. User-attributed rights in DRM. **Digital Rights Management: Technologies, Issues Challenges and Systems**, 2006.

PINHEIRO, P. P.; SLEIMAN, C. M. **Tudo o que você precisa saber sobre direito digital no dia a dia**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PORTO, H. E-books tornaram pirataria brincadeira de criança, diz Scott Turow. **G1 Bienal do Livro Rio**, 10 set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/e-books-tornaram-pirataria-brincadeira-de-crianca-diz-scott-turow.html>>. Acesso em: 15 set. 2011.

PROCÓPIO, E. **O livro na era digital**. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

_____. **O padrão HTML5 aplicado aos eBooks**. 2011. Disponível em: <<http://ebookpress.wordpress.com/2012/04/28/o-padrao-html5-aplicado-aos-ebooks/>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

ROEBUCK, K. **Web Content Management Systems (Wcms)**. Newstead, Austrália: Emereo, 2011.

SANTOS, M. **Direito autoral na era digital**: impactos, controvérsias e possíveis soluções. São Paulo: Saraiva, 2009.

SHA, Y. AVS-REL - A new right expression language. **Digital Rights Management: Technologies, Issues Challenges and Systems**, 2006.

SHAPIRO, C.; VARIAN, H. R. **A economia da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SILVA, G. M. S.; BUFREM, L. S. Livro eletrônico: a evolução de uma ideia. In: INTERCOM, editor. Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande; 2001.

SILVA, M. S. **HTML5: a linguagem de marcação que revolucionou a web**. São Paulo: Novatec, 2011.

SNEL. **Produção e vendas do setor editorial brasileiro**. 2012. Disponível em: <<http://www.snel.org.br/ui/pesquisamercado/diagnostico.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

TAVARES, J. F. **Como produzir eBooks no formato ePub**. Curitiba: Simplíssimo, 2011.

TEIXEIRA, A. L. S. A transposição didática e os processos de edição de livro didático de língua portuguesa: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO TEXTUAIS, VI., 2011, Natal. **ANAIS**. Natal: EDUFRRN, 2011.

TENAN, B. D. P. L. et al. Caracterização do Processo de Edição de Textos Didáticos Colaborativos: o Caso Wikibooks. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008, Natal. 2-6 set. 2008.

TERRA. **Lançado em 2007, e-reader Kindle vira tablet: veja evolução**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/lançado-em-2007-e-reader-kindle-vira-tablet-veja-evolucao,cae8fbd1680ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html?vgnextfmt=fmtExpandedPics>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

VERSIGNASSI, A. O fim do livro de papel. **Super**, 2010. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/tecnologia/fim-livro-papel-543161.shtml>>. Acesso em: ago. 2011.

W3C. **Frequently Asked Questions (FAQ) about the future of XHTML**. 2009. Disponível em: <<http://www.w3.org/2009/06/xhtml-faq.html>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

WARTH, C.; SÁ, E. **Liga Brasileira de Editores: Um programa em defesa da bibliodiversidade**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.libre.org.br/institucional_view.asp?ID=89>. Acesso em: 14 dez. 2012.

YANG, Z.; FAN, K. F.; LAI, Y. X. Trusted Computing Based Mobile DRM Authentication Scheme. **Fifth International Conference on Information Assurance and Security, Vol 1, Proceedings**, 2009.

YANO, C. Compare 14 modelos de leitores de livros digitais. **Exame.com, Tecnologia**, São Paulo, 23 jul. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/compare-14-modelos-de-leitores-de-livros-digitais?p=1>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

ZAID, G. **Livros demais!:** Sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2003.

ZHU, B. B.; YANG, Y.; CHEN, T. R. A DRM system supporting what you see is what you pay. **Digital Rights Management: Technologies, Issues, Challenges and Systems**, 2006.

APÊNDICE 1 – Instrumento de pesquisa – Questionário / Entrevista

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS LIVROS ELETRÔNICOS NO BRASIL

Prezado Editor(a).

Esta pesquisa está sendo realizada na Universidade Federal do Paraná por Adriane Iansen Machado (estudante de mestrado) e pelo prof. Dr. Egon Walter Wildauer (prof. Orientador), ambos pesquisadores no programa de Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação.

Respondendo a este breve questionário você contribuirá com o conhecimento a respeito do mercado editorial de livros eletrônicos no Brasil. Por favor, responda da forma mais adequada à realidade de sua editora. **Essa pesquisa não levará mais que 10 minutos.**

Caso opte pela alternativa "outros", disponível em algumas questões, por favor, preencha o campo em aberto para que possamos compreender a sua real necessidade.

Ao final da pesquisa você terá a opção de inserir um endereço de e-mail para receber os resultados finais da pesquisa.

As respostas de sua editora, bem como sua identidade, serão preservadas, não sendo divulgadas em hipótese alguma.

Obrigada, Adriane Iansen - Mestranda - UFPR - 2012

* Questão obrigatória

1) Qual sua linha editorial?*(Questão de múltipla escolha)

- Livros didáticos
- Obras gerais (trade books)
- Livros técnicos, científicos e profissionais
- Livros religiosos
- Obras literárias
- Coleções / referências
- Outro: _____

2) Sua editora publica livros eletrônicos?*

- sim
- não (se não, vá direto para questão número 16).

3) Qual a média de publicação de sua editora* (Considere apenas os livros eletrônicos)

- Menos de 10 *e-books* por mês
- Entre 10 e 30 *e-books* por mês
- Entre 30 e 60 *e-books* por mês
- Entre 60 e 100 *e-books* por mês
- Mais de 100 *e-books* por mês

4) Quais formatos de livros eletrônicos sua editora publica?*(Por formato entende-se a extensão do arquivo gerado, o que define o tipo de aparelho que fará a sua leitura. Questão de múltipla escolha.)

- ePub
- PDF
- Mobi* ou AZW
- KF8
- App (livro aplicativo)
- .iBook
- outro _____

5) A conversão dos livros de sua editora para os formatos digitais é feita internamente ou terceirizada?*

- Internamente
 Terceirizada

6) Caso a conversão seja feita internamente: a editora se utiliza de alguma ferramenta para conversão? Qual(is)?* (Questão de múltipla escolha.)

- Adobe InDesign
 BrOffice
 Microsoft Office
 Sigil
 Calibre
 PDF to ePub
 Não usamos ferramenta para conversão
 Outro: _____

7) Após a conversão, como a editora lida com o design do livro eletrônico?*

- Possui um profissional interno que edita o código fonte.
 Se utiliza somente das ferramentas de conversão, não modificando depois de convertido.
 Não edita internamente, contrata terceirizados.
 Outro: _____

8) Em relação ao resultado final do livro eletrônico:*

	Sim, sempre	As vezes	Raramente	Difícilmente	Nunca
O design atende às expectativas?					
Comporta-se como o esperado em <i>tablets</i> ?					
Comporta-se como o esperado em celulares?					
Comporta-se como o esperado em <i>e-readers</i> ?					

9) Sua editora opta pelo uso de sistema de gerenciamento de direitos autorais (DRM)?* (São sistemas que tem o intuito de controlar determinadas ações por parte do usuário/leitor, com as obras adquiridas.)

- Sim, usamos DRM
 Não, não usamos DRM

10) Em relação à distribuição/venda de seus livros eletrônicos, sua editora o faz como?* (Questão de múltipla escolha)

- Distribuição/venda própria
 Amazon
 iBook Store
 Bookess
 Simplíssimo
 Xeriph
 Outro: _____

11) Sua editora já sentiu a necessidade de atualizar (ou corrigir) algum conteúdo de livro eletrônico já publicado? Se sim, qual foi o procedimento adotado?* (Considere: errata, correções técnicas ou até mesmo atualização de conteúdo defasado.)

- As modificações foram feitas no original, converteu-se o livro novamente e uma nova edição foi lançada a venda.
 As modificações foram feitas na versão já convertida e uma nova edição foi lançada a venda.
 As modificações foram feitas na versão já convertida e uma versão atualizada disponibilizada aos clientes.
 Não foi possível efetuar as atualizações necessárias.

() Não houve necessidade de atualizar conteúdo.

() Outro: _____

12) Digamos que sua editora necessita atualizar o conteúdo de seus livros em conjunto com o(s) autor(es). Qual sua opinião a respeito de uma plataforma para atualização de conteúdos de livros eletrônicos?* (Considere um sistema no qual autores e editores trabalhariam em conjunto para prover atualização de conteúdo de seus livros, fornecendo essa possibilidade como uma prestação de serviço para todos os compradores de seus livros eletrônicos.)

	Sim, com certeza	Possivelmente	Não sei	Improvável	Certo que não
A editora se interessaria por um sistema desses?					
Os leitores comprariam os livros (originais), devida à essa prestação de serviços?					
A pirataria de livros seria reduzida devido a essa prestação de serviço?					
Os autores seriam fiéis à editora e vice-versa?					
Um sistema desses encareceria o processo de atualização do livro?					

13) Após realizar a atualização de conteúdo de um livro eletrônico em um sistema desse tipo, o que seria o ideal para a editora?

	Com pagamento integral de nova obra	Com pagamento referente à atualização realizada	Sem custo adicional para o cliente
Que o sistema aplicasse a atualização automaticamente nos livros de cada cliente, avisando-os por meio de mensagem			
Que cada atualização seja informada ao cliente/leitor, para que ele faça download de novo arquivo			
O sistema não precisa avisar, o cliente/leitor deve correr atrás e comprar a nova edição			
Minha editora não adquiriria um sistema desses.			

14) Em uma atualização de conteúdo, quando não se trata apenas de errata e sim de modificações mais profundas, há a necessidade de novo ISBN (segundo a Biblioteca Nacional). Sendo assim, é lançada uma nova edição. Qual sua opinião a respeito do fornecimento de novas edições de livros já vendidos e de posse dos clientes, devida a atualização de conteúdo?

	Sim, com certeza	Possivelmente	Não sei	Improvável	Certo que não
Seria uma prestação de serviços aos clientes					
Seria uma forma inadequada visto que é outra obra					
Seria uma boa alternativa para a substituição de edições defasadas					
Perderíamos dinheiro, pois o cliente/leitor não faria nova compra da nova edição					
Auxiliaria na fidelização de clientes					
Evitaria a pirataria somente se leitores					

cadastrados atualizações	recebessem	as					
--------------------------	------------	----	--	--	--	--	--

15) Uma editora lançou recentemente um livro que fica na nuvem e o leitor para acessá-lo necessita de login e senha e acesso a *internet* no momento da leitura. Esse livro está usando o novo padrão HTML5 que pode ser um concorrente do ePub, por oferecer mais interatividade com o leitor.

- a) Qual sua opinião a respeito de livros a serem acessados via login e senha? Caso desconectado da *internet*, o leitor não tem acesso ao conteúdo.* (Questão aberta, dê sua opinião e sugestões)**

- b) Qual sua opinião a respeito de livros no formato HTML5? (HTML5 é um padrão de linguagem *web*, com novas funcionalidades e padronizações de marcações)* (Questão aberta, dê sua opinião e sugestões)**

Questão 16 – apenas para editores que não publicam livros eletrônicos.

16) Sua editora não publica livros eletrônicos. No entanto, tem planos para iniciar esse tipo de publicação? Se sim, qual a previsão?*

- Segundo semestre de 2012.
- Primeiro semestre de 2013.
- Ainda não temos data definida.
- Não planejamos, mas estamos observando o mercado
- Não publicaremos livros eletrônicos
- Outro: _____

OBRIGADA POR PARTICIPAR DA PESQUISA.

Suas informações serão muito úteis para traçarmos um panorama do mercado editorial de livros eletrônicos no Brasil.

Caso sinta-se a vontade, por favor, identifique-se e insira dados para contato.

Ex.: Nome; Nome da Editora; Posição que ocupa dentro da editora; Telefone e e-mail.

Caso queira receber os resultados finais desta pesquisa, anote seu endereço de e-mail:

APÊNDICE 2 – Editoras que retornaram aos contatos

1. AGE Editora
2. Algor
3. All Print Editora
4. Altos Planos
5. Argonauta
6. ARGOS – Editora da Unochapecó
7. Ateliê Editorial
8. Autêntica
9. Belas Letras
10. Biblos
11. Bicho Experto
12. Brasguide (Editorial Latina do Brasil Ltda)
13. Callis
14. Cambridge University
15. Cárita
16. Casa Dos Espíritos
17. Casa Editora O Clarim
18. Cengage
19. Centauro Editora
20. Ciranda Cultural
21. Companhia das Letras
22. Cosac Naify
23. Danprewan Editora
24. Devir
25. Edições BesouroBox
26. Edições e Distribuidora Loyola
27. Edições GLS
28. Edições SM
29. EDIPUCRS - Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
30. Editora 8INVERSO
31. Editora Ágora
32. Editora Alcance
33. Editora Alta Books
34. Editora Argumento
35. Editora Atheneu
36. Editora Autores Associados
37. Editora Ave Maria
38. Editora da Unijuí
39. Editora da Universidade Federal de São Carlos
40. Editora Documenta Histórica
41. Editora FGV
42. Editora FTD
43. Editora iD
44. Editora In House
45. Editora Interciência
46. Editora Jovem
47. Editora Komedi
48. Editora Leal
49. Editora Lumen Juris
50. Editora Mediação
51. Editora Mil Touros
52. Editora Minuano
53. Editora Moderna
54. Editora Mundo Mirim
55. Editora Paz e Terra
56. Editora Planeta
57. Editora PUC-Rio
58. Editora Rígel & LivrosBrasil
59. Editora Rovelle
60. Editora Salamandra
61. Editora Santuário
62. Editora Sulina / Sul Editores
63. Editora UNISINOS
64. Editora Vozes
65. EDUC / PUC-SP
66. EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul
67. Escrita Fina Edições
68. EXPOSITOR
69. Giz Editorial

70. Grupo Editorial Summus
71. Hub Editorial
72. Idéias & Letras
73. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
74. Intelítera Editora
75. JBC
76. Libretos
77. Livraria do Advogado Editora
78. Livro Técnico
79. Madras Editora
80. Mescla Editorial
81. MG Editores
82. Novo Conceito
83. Os Menores Livros Do Mundo
84. Papyrus Editora
85. Parábola Editorial
86. Plexus Editora
87. Selo NegroEdições
88. Sociedade Bíblica do Brasil
89. Summus Editorial
90. Tinta Negra Bazar Editorial
91. Tomo Editorial
92. V&R Editoras (Vergara & Riba Editoras)
93. Zahar
94. Não identificada
95. Não identificada
96. Não identificada
97. Não identificada
98. Não identificada

ANEXO I

Declaração

Declaro para fins de comprovação no programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, da Universidade Federal do Paraná, que a aluna ADRIANE IANZEN MACHADO fez as alterações recomendadas pela banca examinadora e que a dissertação está de acordo com o padrão da UFPR.

Curitiba, _____ de _____ de 2013.

Prof. Dr. Egon Walter Wildauer

ANEXO II

Declaração

Declaro para fins de comprovação junto ao programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, da Universidade Federal do Paraná, que a aluna ADRIANE IANZEN MACHADO obteve minha aprovação prévia para submissão do artigo "*Uso de Digital Rights Management como proteção a conteúdos digitais: Uma discussão*" Com autoria ADRIANE IANZEN MACHADO, Co-autoria de JOSÉ SIMÃO DE PAULA PINTO e EGON WALTER WILDAUER, à revista DataGramZero (Rio de Janeiro) avaliada como Qualis B3 pela CAPES.

Curitiba, _____ de _____ de 2013.

Prof. Dr. Egon Walter Wildauer

ANEXO III

Declaração

Declaro para fins de comprovação junto ao programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, da Universidade Federal do Paraná, que a aluna ADRIANE IANZEN MACHADO obteve minha aprovação prévia para submissão do artigo "*Uso do E-book Como Meio de Compartilhamento Formal e Disseminação do Conhecimento Explícito em Organizações*", com autoria ADRIANE IANZEN MACHADO, Co-autoria de FABIANA PAULA HOFFMAN DA SILVA e EGON WALTER WILDAUER, à Revista Tecnologia e Sociedade (Online), da UTFPR, avaliada como Qualis B4 pela CAPES.

Curitiba, _____ de _____ de 2013.

Prof. Dr. Egon Walter Wildauer

ANEXO IV

Declaração

Declaro para fins de comprovação junto ao programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, da Universidade Federal do Paraná, que a aluna ADRIANE IANZEN MACHADO obteve minha aprovação prévia para submissão do artigo "*Os sistemas de proteção de direito digital (DRM): tecnologias e tendências para e-books*", com autoria ADRIANE IANZEN MACHADO, Co-autoria de JOSÉ SIMÃO DE PAULA PINTO e EGON WALTER WILDAUER, à *Encontros Bibli*, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, avaliada como Qualis B1 pela CAPES.

Curitiba, _____ de _____ de 2013.

Prof. Dr. Egon Walter Wildauer